

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A MARCHA DAS MARGARIDAS: resistências e permanências

Autora: Berenice Gomes da Silva

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Brasília, maio de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A MARCHA DAS MARGARIDAS: resistências e permanências

Autora: Berenice Gomes da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Berenice Alves de Melo Bento

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria de Lourdes Bandeira –
Departamento de Sociologia da UnB

Profa. Dra. Diva do Couto Muniz – Departamento de
História da UnB

Profa. Dra. Ana Lièsi Thurler - Departamento de
Sociologia da UnB (Suplente)

Este trabalho é dedicado:

à Ednalva Bezerra (ex-secretária Nacional de Mulheres da CUT), companheira incansável em defesa dos direitos das mulheres, falecida em setembro de 2007;

à Maria dos Santos Rodrigues (ex-presidente do Sindicato de Acauã – PI) falecida em acidente de ônibus a caminho de Brasília onde participaria da Marcha das Margaridas;

à Iêda Cutrim Batista, militante feminista e professora da UFMA, falecida em 2008;

A todas as Margaridas que lutam por uma vida com dignidade e sem violência contra as mulheres no campo.

Música da Marcha das Margaridas

Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida,
É o querer é o querer das margaridas.
Somos de todos os modelos
Todos os tipos de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as margaridas
Nós que vem sempre suando
Esse país alimentando
Tamos aqui para lembrar
Este país tem que mudar!

Olha Brasília está florida...

Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer
Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa do jantar
Um mínimo para se ter
Um mínimo para se ter
Direito à paz e ao prazer
E dentro e fora à punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não!

Olha Brasília está florida...(bis)
É o querer é o querer das margaridas!
É o querer é o querer das margaridas!

Música e letra: Loucas de Pedra Lilás, 2003

AGRADECIMENTOS

Uma das poucas certezas reveladas por uma pesquisa acadêmica é que ela resulta de uma construção coletiva e de uma responsabilidade individual. Este trabalho foi desafiante e prazeroso, somente possível com o apoio de algumas pessoas. Não conseguirei citar todos os nomes, mas registro, por alguns e algumas, o meu sincero e grande agradecimento, entendendo que todos e todas se identificarão.

A minha orientadora, a Profa. Berenice Bento, pela orientação firme e segura e pelo apoio e compreensão.

Às Professoras Lourdes Bandeira, Diva do Couto, Ana Lièsi, Mary Ferreira e Tania Navarro Swain pelos ensinamentos e aprendizados compartilhados.

Ao Departamento de Sociologia da UnB e à Secretaria da Pós-Graduação, especialmente Abílio Maia, Evaldo Amorim e Márcia Araújo.

À Vera Azevedo por ter me apresentado às Margaridas ao sugerir o tema.

À direção da CONTAG, especialmente à Comissão Nacional de Mulheres, em nome da Carmem Foro, pela confiança depositada e às assessoras Sara Pimenta, Socorro Sousa, Ana Krigner, por me abrirem as portas para a minha pesquisa.

Às assessoras das FETAG's, especialmente do Maranhão e do Piauí – Maria Amélia, Claudia; às assessoras do MMTR-NE e MIQCB que me acolheram e me disponibilizaram material informativo das marchas estaduais.

A todas as margaridas e aos “cravos” que me receberam com muito carinho e se dispuseram a me dar entrevistas.

A Edson Lima, pela leitura crítica, apoio e revisão dos textos, agradecimento estendido à sua família, Bia, Sofia, Sara e Fernanda, por terem me acolhido na reta final deste trabalho.

À Adriana Costa, Divaneide Basílio, Joselma Assis pelo imenso apoio na reta final.

À Maria Angelica pela disponibilização de imagens e vídeo.

Aos amigos Raquel Pires Costa e Liberato Santos, pela tradução e revisão do resumo.

Às amigas Adriana Mendes e Luciana Nunes, à Camila Regina (minha sobrinha), meu biblioamigo Sinistro pelo apoio nas transcrições das entrevistas.

À Inês Cabanilha e à Socorro Silva pelas bibliografias indicadas e cedidas.

Às companheiras do MDA com quem tive e tenho a honra de compartilhar de vários momentos de discussão sobre as políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: Andrea Butto, Emma Siliprandi, Elisabete Busanello, Patrícia Mourão, Socorro Oliveira e outras.

Aos amigos e amigas que de alguma forma foram importantes em todo o processo de elaboração seja pelas sugestões, críticas ou apoio, cada um(a) a seu modo: as Adrianas Costa e Mendes, Lucivânia, Loide, Marinelma, Douglas, Dora, Nana, Nice, Mercês, Jorge Almeida, Benedita Freire, Patrícia Martins, Marcos Haddad, Fabianna Pepeu, Marcos Lima, Lílian Rahal, Reginaldo Magalhães e Arilson Favareto.

Às colegas da Pós-graduação da UnB em Sociologia e dos Estudos Feministas da História: Célia Orlato, Cida, Cristina Queiroz, Laila, Fernanda Fuentes, Luciana Nunes, Nina Madsen e Ludmila Gaudad pelos momentos vivenciados.

A minha família pelo incentivo e apoio espiritual.

Ao Filipe Guimarães pela torcida de longe.

À equipe da SDT/MDA, em nome de Reinaldo Pena Lopes, pelos momentos compartilhados, pelas oportunidades de aprender e pela “torcida organizada”.

Aos demais amigos e amigas que aderiram ao “Bloco das Margaridas” no carnaval de 2008 e permaneceram nele!

RESUMO

A pesquisa aborda a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais em torno da Marcha das Margaridas - uma estratégia de mobilização realizada por um conjunto de movimento **Contra a fome, a pobreza e a violência sexista**. Realizada em Brasília – DF - a cada três anos, a Marcha das Margaridas conta com a presença de mulheres oriundas de todas as regiões brasileiras. É retratada neste estudo como uma ação coletiva realizada por mulheres trabalhadoras rurais que constituem uma identidade política, a partir de problemas comuns ao meio rural brasileiro. O objetivo da pesquisa é identificar como o gênero é constituído na Marcha das Margaridas e como os desdobramentos resultantes deste conceito são identificados nas categorias poder e identidade. A análise é permeada pela diferença localizada nas tensões permanentes tanto na relação entre os próprios movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que integram a MM, quanto com as demais redes de movimentos com as quais esta Marcha se relaciona. O referencial teórico-metodológico é fundamentado nas contribuições de Scott (1992); Lauretis (1994); Descarries (2003); Foucault (1979; 1988); Hall (1999); Melucci (1989; 1990) e Sherer-Warrer (2005). A partir da apreensão do conceito de gênero como produto e processo das relações sociais, os resultados indicaram que, o gênero influenciou as práticas sociais das mulheres trabalhadoras rurais. O poder, visto como algo difuso e em constante disputa, assim como o gênero, localizam-se dentro e fora das estruturas sociais e é exercitado na Marcha das Margaridas mediante alianças e tensões permanentes. A unidade diz respeito à identidade política respaldada em uma pauta comum, porém, as diferenças acabam sendo reveladas pela diversidade e a pluralidade das mulheres presentes na MM: agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas que formam um mosaico identitário. Apesar desta pluralidade e diversidade, a afirmação da identidade política de *mulheres trabalhadoras rurais* na Marcha das Margaridas reforça a idéia de um *sujeito mulher* universal ancorado por uma essência feminina. Por outro lado, afirmar esta identidade configura-se numa estratégia importante para evidenciar as mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos de direitos, historicamente negados e que, impedem o reconhecimento de sua própria existência como seres humanos. Suas práticas sociais permeadas pelas relações de poder revelam que a atuação em rede proporciona articulações locais e globais. Ao questionar o Estado e os seus próprios movimentos, a Marcha das Margaridas rompe com estruturas sociais hierarquizadas e hegemonicamente masculinas e pauta um novo modelo de desenvolvimento do País. Assim, ao evidenciar que as desigualdades de gênero estão presentes em todas as relações sociais, a investigação acerca da Marcha das Margaridas aponta para novas possibilidades de apreensão das teorias e estudos feministas.

ABSTRACT

This research work studies the trajectory of rural women workers in a broad process of mobilization against hunger, poverty and sexist violence called the March of Margaridas (MM). Held once every three years in Brasilia with the presence of women from all regions of Brazil, the March is presented in this study as a collective action conducted by rural women workers who constitute a political identity which share issues that are common in Brazilian rural areas. The aim of this research work is to identify how the concept of gender is constituted in the March of Margaridas and how the new developments that result from this concept are identified under the categories of power and identity. Such analysis is characterized by differentiations which are located in the permanently tense relations among the several movements of rural women workers that integrate the MM, as well as the other networks of movements the March relates with. The theoretical and methodological references are based on contributions from Scott (1992); Lauretis (1994); Descarries (2003), Foucault (1979, 1988), Hall (1999); Melucci (1989, 1990) and Sherer-Warrer (2005). From the understanding of the concept of gender as the product and process of social relations, results indicated that the concept of gender had influenced the social practices of rural women workers. Power – which is seen as something undefined and under constant struggle -, as well as gender, are located both inside and outside the social structures and is exercised in the March of Margaridas through alliances and under permanent tension. The March's unity relates to a political identity which is based on a common agenda; the differences, however, are revealed in the diversity and plurality of the women who are in the March: family farmers, settlers, coconut breakers, fisherwomen, *quilombolas*, country, water, and forest women who form an identity mosaic. Despite such plurality and diversity, the affirmation of a political identity among rural women workers in the March of Margaridas reinforces the idea of a universal female subject which is anchored in a female essence. On the other hand, the affirmation of this identity constitutes an important strategy in order to highlight rural women workers as subjects who have historically been denied their rights which keep them from being recognized in their existence as human beings. Their social practices - as characterized by their power relations -, reveal that their networked actions allow for local and global initiatives to be taken. By questioning the State and its own movements, the March of Margaridas breaks from male-dominant hierarchical social structures and sets their own agenda as a new model for the country's development. Thus, on highlighting that unequal treatment based on gender is present in all social relations, this research work indicates new possibilities for approaching feminist theories and studies.

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ABGLBT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
ANPOCS- Associação Nacional de Pesquisas em Ciências Sociais
AP – Ação Popular
ATES – Assessoria Técnica e Sócio-ambiental
CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CONDRAF – Conselho nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar
CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEAMs – Delegacias Especiais de Proteção à Mulher
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAG's - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FETRACE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará
FETRAGRAP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amapá
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão
FETAG/PI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MMTR – NE- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMM - Marcha Mundial de Mulheres
MM – Marcha das Margaridas
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONU – Organização das Nações Unidas
ONGs – Organizações Não Governamentais
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAISM – Programa de Apoio Integral à Saúde da Mulher
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Programa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul
REM – Rede Especializada da Mulher
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
STR's – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária
UnB – Universidade de Brasília
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Movimentos de Mulheres e Características.....	26
Quadro 2 – Perfil dos(as) entrevistados(as).....	36

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Marcha Estadual do Piauí, no dia 4 de julho de 2007 em Teresina	91
Fotografia 2 – Reuniões da Coordenação Nacional da Marcha das Margaridas.....	92
Fotografia 3 – Entrega da pauta no Palácio do Planalto, Brasília-DF, 25 de julho de 2007.....	92
Fotografia 4 – Entrega da pauta ao MDA, Brasília, 15 de Agosto de 2007.....	92
Fotografia 5 – Entrega da pauta à bancada Feminista da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 15 de agosto de 2007.....	93
Fotografia 6 - Audiência Pública com as quebradeiras de coco babaçu.....	93
Fotografia 7 – II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em Brasília, 18-20/08/2007.....	94
Fotografia 8 – Expressões da diversidade das Margaridas, Marcha de 2007, Brasília – DF.....	101
Fotografia 9 – Marcha das Margaridas de 2007, Brasília-DF, em 21 de agosto.....	102
Fotografia 10 – Ambientação da Feira da Economia Solidária, Marcha das Margaridas 2007.....	103
Fotografia 11- Símbolo da Marcha Mundial de Mulheres, Marcha das Margaridas 2007.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População por faixa etária segundo situação do domicílio e sexo – Brasil, 2004.....	76
Tabela 2 – Pessoal ocupado na agropecuária por faixa de rendimento segundo o sexo- Brasil, 2004 (salário mínimo de setembro de 2004).....	80

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevista

Anexo 2- Relação das(os) entrevistadas(os)

Anexo 3 - Cartas das Mulheres Brasileiras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I:	
OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA	24
1 As aproximações com o tema	24
2 Os procedimentos metodológicos	28
2.1 As hipóteses	30
2.2 As técnicas adotadas	33
CAPÍTULO II:	
A ARTICULAÇÃO ENTRE GÊNERO E IDENTIDADE	38
2.1 Gênero, mulheres e feminismos	38
2.2 As identidades e suas múltiplas facetas	44
2.3 Ação coletiva e novos movimentos sociais	48
CAPÍTULO III	
MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL E O “SURGIMENTO” DAS MARGARIDAS	56
3.1 Referenciais históricos.....	56
3.2 As precursoras	66
3.2.1 Elizabeth Teixeira	66
3.2.2 Margarida Alves	70
3.3 Os lugares de fala das margaridas: anos 1990 e 2000	71

CAPÍTULO IV

OS SIGNIFICADOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS.....	86
4.1 Margaridas em marcha: história de uma construção permanente.....	86
4.2 As organizações parceiras.....	104
4.2.1 Secretaria de Mulheres da CUT.....	105
4.2.2 Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG – CNMTR.....	107
4.2.3 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR – NE.....	110
4.2.4 Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.....	113
4.2.5 Marcha Mundial de Mulheres – MMM	116
4.3 Análise das pautas: políticas transversais ou ações específicas?.....	117

CAPÍTULO V

PODERES E DIFERENÇAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS.....	125
5.1 Os significados de gênero para as mulheres trabalhadoras rurais	125
5.2 Poderes e diferenças.....	136
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

Francisca Eunice da Silva nasceu no Município de Milagres, Estado do Ceará. Após o falecimento de sua mãe, ela e o seu pai migraram para o Maranhão, onde se casou muito jovem. Em 1982 mudou-se para Araguaína, Estado do Tocantins. Naquele mesmo ano nasceu sua primeira filha. Em 1995, foi morar no Amapá. Ainda, em Tocantins, teve os primeiros contatos com organizações de bairro. Lá, Eunice – como preferia ser chamada - começou a participar de associações e da organização do Sindicato Rural, depois de trabalhar como assalariada. Finalmente, conseguiu um lote, por meio de um projeto de assentamento da reforma agrária.

Quem ouve ou conversa com Eunice não concebe o tamanho das dificuldades que ela enfrentou (e ainda enfrenta) para criar e educar seus seis filhos e filhas, ao mesmo tempo em que plantava roça e extraía açaí. Por um longo período, ela e a sua família moraram e trabalharam em fazendas, nas quais somente o “chefe da família” - o pai - recebia o pagamento. Reclamar para o “patrão” representava uma ameaça ao emprego e à moradia. Com a satisfação da primeira roça plantada, num assentamento no Amapá, ocorreu um incêndio que destruiu a sua casa. Esses e outros tantos episódios, vivenciados durante a caminhada de migrante, contribuíram para a sua humanização e para a sua formação política sobre os problemas enfrentados por trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo assim, necessários para tomar a decisão de resolvê-los coletivamente.

Hoje, aos 42 anos, Eunice é Coordenadora Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais do Amapá e integrante da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG - instituição que coordena a Marcha das Margaridas. Eunice representa as inúmeras mulheres trabalhadoras rurais desta pesquisa, espalhadas por todas as regiões do país que enfrentam problemas comuns entre si e ao meio rural, apesar das realidades distintas.

É para ações protagonizadas por mulheres como Eunice que volto o meu olhar investigativo, no intuito de revelar a diversidade e a pluralidade das ações por elas protagonizadas na Marcha das Margaridas (MM). Esta pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, particularmente nos Estudos da Sociologia das Relações de Gênero e se constitui no esforço de registrar a trajetória das mulheres

trabalhadoras rurais em torno da MM. Considero as múltiplas desigualdades nas quais convivem milhares de mulheres no campo marcadas tanto pelo lugar de pertencimento - o meio rural brasileiro – quanto pelas dimensões de gênero, classe social, raça/etnia e geracional.

Evidenciar a trajetória de um sujeito político à luz das teorias feministas de diversas matrizes epistemológicas significa aceitar o desafio de buscar compreender como o gênero se constitui e quais são os efeitos práticos identificados na Marcha das Margaridas. As bases deste estudo resultam da junção de conceitos oriundos da Sociologia das Relações Sociais de Gênero e da Sociologia Rural, na tentativa de produzir novos conhecimentos, ainda que provisórios, acerca destes novos sujeitos políticos - as mulheres trabalhadoras rurais.

Para retratar a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais em torno da Marcha das Margaridas, é necessário explicitar de qual rural me refiro. Na sociedade brasileira prevalece uma visão dicotômica sobre o meio rural. Por um lado, o rural é associado ao “atraso”, ao passado, a um lugar não atingido pela modernização da agricultura, uma expressão da pobreza e do não desenvolvido. De outro lado, é apresentado como expressão do moderno - representado pelo agronegócio - com uso intensivo de tecnologia e mecanização, em geral, ocupando médias e grandes propriedades rurais e que responderia pela produção de riquezas para o País e demandante de políticas agrícolas.

Nestas concepções sobre o rural configuram-se os conflitos e disputas de interesse materializadas em torno de dois projetos políticos: o setor patronal agrícola e a agricultura familiar. O primeiro, historicamente privilegiado pelo Estado, representado pelo agronegócio, volta-se à exportação, e o segundo, até recentemente esteve alijado das políticas públicas. De acordo com estudos recentes, a agricultura familiar é responsável por 10% da produção do PIB brasileiro e 40% do PIB agropecuário (NEAD/FIPE, 2007).

Compartilho da visão sobre o rural brasileiro onde a agricultura é um dos elementos constituintes, pois se configura como espaço sócio-político, geográfico, de moradia e de culturas, permeados pelas questões agrária, agrícola e também boa parte dos conflitos ambientais. Abrange os pequenos Municípios, com até 50 mil habitantes nos quais em pleno século XXI, residem e vivem milhões de famílias de agricultores e agricultoras familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais (incluindo as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas) dentre os e as quais milhões são

mulheres trabalhadoras rurais. Neste universo, existe um número significativo de mulheres e homens sem acesso aos benefícios da educação, saúde, transporte, energia elétrica e segurança garantidos pelo Estado.

Neste sentido, o meio rural ou o campo brasileiro, é constituído por realidades distintas, ora antagônicas ora congruentes no qual revela-se a diversidade de atores e atrizes sociais presentes. É um espaço demarcado por desigualdades sociais, regionais, econômicas e culturais, mas, ao mesmo tempo, é um lugar de produção, de economias, conhecimentos, valores, significados e sentidos.

O rural nesta pesquisa busca ultrapassar a visão de espaço produtor de alimentos e da geração de renda, porque se recompõe por diferentes dinâmicas de sujeitos que compartilham saberes, poderes e diferenças. É neste ambiente de utopias, permeados por disputas de poder, construções coletivas e de relações sociais, materiais e simbólicas que localizo e sustento o meu olhar sobre a Marcha das Margaridas.

Posso inferir que o caráter subversivo do conceito de gênero influenciou as práticas dos movimentos feministas e de mulheres. Porém, ao mesmo tempo em que este conceito aparece como insurgente, também se apresenta como reiterador de papéis tradicionais atribuídos às mulheres. A partir desta constatação formulei o seguinte problema: como gênero é constituído na Marcha das Margaridas?

Considerando que o conceito de gênero implica em relações de poder, analisar a Marcha das Margaridas justifica-se pela tentativa de apreender quais os elementos constituidores dessas relações que envolvem aproximações, consensos e muitas tensões no contexto no qual as diferenças ficam aparentemente encobertas.

A Marcha das Margaridas tem como lema: **Contra a fome, a pobreza e a violência sexista**. Compreende um amplo processo de mobilização e de organização que culmina numa grande Marcha em Brasília – DF, da qual participam mulheres trabalhadoras rurais oriundas de todas as regiões do país. A escolha da Marcha das Margaridas como objeto de estudo deveu-se ao seu caráter inovador, por construir uma identidade política em torno da reivindicação de direitos.

Mas quem são estas *margaridas*? A partir desta questão, os objetivos da pesquisa são definidos: identificar as interfaces entre o conceito de gênero, poder e identidade em torno da Marcha das Margaridas (MM); caracterizar as estratégias políticas que constituem esta ação coletiva, com vistas a perceber como se dá articulam gênero e identidade e ainda

quais os significados de gênero e as implicações sobre poderes e diferenças na MM; analisar quais os desdobramentos dos conceitos de gênero, poder e identidade nesta rede de movimentos.

A pauta comum materializada em propostas objetivas apresenta-se como um instrumento para cobrar do Estado medidas voltadas à promoção da igualdade de gênero. As propostas estão vinculadas a um novo modelo de desenvolvimento e se confrontam com uma estrutura de poder concentradora e hierarquizada. A dimensão subjetiva da MM traduz-se na possibilidade das participantes compartilharem suas experiências de vida, revelarem suas subjetividades, desejos e trocas de conhecimentos.

Parto de dois pressupostos: a operacionalização do conceito de gênero na Marcha das Margaridas é apreendido como sinônimo de mulheres relacionando-o à afirmação de sujeitos coletivos. O segundo indica que a unidade existente nesta Marcha encobre a diversidade e a pluralidade das mulheres representadas pelas distintas organizações que a compõe. Assim, a relação entre identidade e diferença permeia toda a investigação, tendo em vista que a MM é marcada por tensionamentos com o movimento feminista, com as organizações parceiras e com os demais movimentos sociais do campo.

No processo de investigação, outras questões surgem no entorno do problema. Por exemplo: se, na sociedade brasileira, o poder é centrado no masculino, como as trabalhadoras rurais exercem o poder na Marcha das Margaridas? O que significa para uma mulher trabalhadora rural, que vive nos lugares mais distantes e isolados do país, participar de uma mobilização de caráter político na dimensão da Marcha das Margaridas?

A opção pela pesquisa qualitativa possibilitou dar ênfase às mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos de sua própria história. Os procedimentos adotados compreendem a pesquisa documental, entrevistas, observação *in locus* e alguns elementos da análise de discurso. O referencial teórico-metodológico se baseou em Scott (1992, 1995), Lauretis (1994); Descarrie (2003); Foucault (1979; 1988); Hall (1999); Melucci (1989; 1990). A contribuição de Bandeira & Siqueira (1997), Bento (2003), Novaes (1997), Rago (1995, 1998, 2000), Swain (2000, 2005) e Sherer-Warrer (2005) possibilitou situar o debate na realidade brasileira, sobretudo, articulada aos movimentos sociais e às políticas públicas. Na escolha das(os) teóricas(os) priorizei as produções de sociólogas, antropólogas, historiadoras como forma de valorizar suas contribuições às Ciências e às políticas públicas.

Os pressupostos são subsidiados pelo conceito de gênero, na perspectiva dos estudos feministas, como possibilidades de se evidenciar as desigualdades de gênero e de se apontar novas questões para repensar das relações de poder. Neste sentido, gênero é compreendido como produto e processo das relações sociais. O poder é apresentado como algo difuso que está em constante disputa e, assim como o gênero, localiza-se dentro e fora das estruturas sociais (Foucault, 1988). Além do poder, o conceito de gênero implica na discussão sobre as questões identitárias que instituem o próprio gênero. Tais conceitos possibilitam perceber que o poder exercido pelas mulheres na Marcha das Margaridas é marcado por aproximações, alianças e tensões permanentes.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no Capítulo I - **Os caminhos percorridos na pesquisa** – discorro sobre a aproximação com o tema, a construção teórica e os procedimentos metodológicos adotados; no Capítulo II – **A articulação entre gênero e identidades** – as categorias são apresentadas a partir da articulação entre os conceito de gênero e de poder para evidenciar as diferenças; no Capítulo III - **Movimentos sociais rurais no Brasil e o “surgimento” das margaridas** – contém uma abordagem histórica sobre os movimentos sociais rurais até o final da década de 1980, com vistas a evidenciar as mulheres trabalhadoras rurais como novos sujeitos políticos. Elizabeth Teixeira e Margarida Alves são referenciadas como precursoras das lutas sociais do campo, como estratégia para visibilizar as ações das mulheres trabalhadoras rurais. E, ainda, os lugares da fala, as desigualdades de gênero no meio rural no contexto em que surge a Marcha das Margaridas, no final dos anos de 1990; no capítulo IV - **Os significados da Marcha das Margaridas** – apresento um mapeamento das principais organizações de mulheres que compõem a MM, o histórico e as características que definem o seu caráter permanente, além das políticas públicas e outras questões inovadoras resultantes da MM; no Capítulo V – **Poderes e diferenças** – neste capítulo são evidenciadas as tensões resultantes do exercício do poder e da revelação da diferença, considerada o fio condutor da investigação.

As partes desta pesquisa apresentam-se como a própria Marcha das Margaridas numa rede de idéias e análise, enquanto o objeto de estudo apresenta-se como uma rede de movimentos e/ou uma estratégia política adotada por vários movimentos de mulheres. As margaridas estão organizadas numa ação coletiva para enfrentar os problemas comuns às mulheres que vivem no meio rural. O meio rural é o elemento central que confere identidade política, através da apresentação de uma pauta propositiva e reivindicativa para

cobrar do Estado a promoção da igualdade de gênero no meio rural. Na construção desta pauta, alguns temas são evidenciados: poder ou empoderamento, previdência social, violência sexista, saúde e agroecologia. Enquanto outros aparecem pouco visíveis: aborto e sexualidade.

A relevância da pesquisa consiste em valorizar a presença das mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos políticos, que realizam uma ação inovadora articulada em rede de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, com vistas a avançar no processo de sua emancipação, de um exercício da cidadania e de empoderamento.

Nos procedimentos metodológicos, a opção pela pesquisa qualitativa deveu-se ao fato de considerá-la mais adequada para este estudo que busca dar voz às mulheres trabalhadoras rurais compreendendo-as como sujeitos de sua própria ação. Esta preocupação está presente nas técnicas adotadas que inclui o registro das narrativas das mulheres trabalhadoras analisadas como fontes historiográficas juntamente com os documentos selecionados.

As principais técnicas adotadas foram: pesquisa documental, entrevistas e observação *in locus*. Para analisar as informações levantadas utilizei alguns elementos da análise de discurso que possibilitaram a apreensão do conceito de gênero como produto e processo das relações sociais.

O tratamento dado aos conceitos influenciou na compreensão e na investigação sobre as práticas sociais das mulheres trabalhadoras rurais. As diferentes perspectivas feministas adotadas confirmaram que na MM gênero viria a ser sinônimo de mulheres. Da mesma forma, a aplicação do conceito de poder revelou os efeitos desta categoria nas ações das mulheres revelando tratar-se de disputas permanentes. Na prática, o poder é associado ao empoderamento e à participação, como sinônimo e complemento. Assim como o gênero, o poder localiza-se dentro e fora das estruturas sociais e é exercitado na Marcha das Margaridas mediante alianças e tensões permanentes.

Nesse dinamismo, a unidade diz respeito à identidade política ancorada numa pauta comum. Entretanto, esta unidade se desfaz quando as diferenças eram reveladas pela diversidade e pela pluralidade das mulheres representadas na MM: agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas que formam um mosaico identitário. As análises indicavam a cada momento que as parcerias e as relações diretas entre o global e o local configuravam-se no caráter de

rede atribuída aos novos movimentos sociais.

As interfaces entre os diversos temas revelariam a complexidade da pesquisa e o propósito de apresentar novas questões como forma de contribuir com a produção de novos conhecimentos. Considerando que a escolha do objeto não é uma escolha neutra, revelar as alianças e as diferenças que permeiam a Marcha das Margaridas é, antes de tudo, uma forma afirmá-las como sujeitos das relações humanas. Significa, também, considerar as mulheres trabalhadoras rurais como produtoras e disseminadoras de novos conhecimentos.

CAPÍTULO I:

OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA

Concordo com Santos (1991), quando anuncia a compreensão do processo de investigação em Ciências Sociais como um ato de criação de conhecimentos sobre a realidade social, baseado em uma relação intrínseca entre teoria e prática, na qual a observação e a interpretação são fundamentais. O autor apóia-se no filósofo Gaston Bachelar para ressaltar a necessidade de uma vigilância epistemológica em todos os momentos da pesquisa. Desta forma, pensar um trabalho sociológico implica em assumir o questionamento sobre a prática dos(as) sociólogo(as), de modo a tornar a investigação um processo permanente sobre as condições, os limites e a validade dos conhecimentos. E, ainda, de escolher os métodos e técnicas adequadas para cada objeto de pesquisa investigado (Santos, 1997).

Imbuída neste espírito, construí este capítulo sobre **Os caminhos percorridos na Pesquisa**, organizando-o em duas partes: a primeira, nomeada de *As aproximações com o tema*, aborda os momentos iniciais do trabalho, as questões observadas *a priori* e as indagações que levaram à redefinição do “objeto” da pesquisa. Na segunda, descrevo **Os procedimentos metodológicos**, a problemática da pesquisa, as hipóteses (apresentadas como “respostas” provisórias), os procedimentos e as técnicas adotadas.

1.1 As aproximações com o tema

Antes de chegar ao tema da Marcha das Margaridas, a idéia inicial era estudar o PRONAF¹ e as mulheres, objetivando analisar criticamente o tratamento que o Estado dava às demandas apresentadas pelos movimentos das trabalhadoras rurais, sob a ótica das próprias trabalhadoras e não do Estado. A proposta inicial tentava atrelar o objeto a uma outra pesquisa que desenvolvia no trabalho de Consultoria exercido junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), por meio do Projeto de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Naquela primeira tentativa, o ponto de partida era as propostas apresentadas pelos

¹ O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado em 1995 em decorrência das reivindicações dos movimentos sociais do campo. É considerado o maior Programa destinado à agricultura familiar e possui diversas linhas de financiamento com recursos destinados anualmente, por meio do Plano Safra da Agricultura Familiar. Cf. www.pronaf.gov.br.

movimentos de trabalhadoras rurais transformadas em políticas públicas ou em programas de governo, a exemplo do PRONAF Mulher e do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. A minha inquietação consistia em buscar apreender como estas propostas foram incorporadas pelo Estado, pela percepção das próprias trabalhadoras rurais. Interessava-me compreender as representações das quais o Estado se utilizava para planejar as políticas específicas, como era o caso do PRONAF Mulher.

As primeiras observações indicavam a predominância do atrelamento das mulheres à família, como sinônimo de produção, reprodução e complemento. Tal visão era evidenciada na pequena quantidade de recursos disponíveis e acessíveis para as mulheres, se comparados ao montante destinado às famílias, no início da implementação desse Programa. As ofertas de financiamento estavam relacionadas aos afazeres domésticos, às atividades de cuidado com os/as filhos/as, além dos pequenos animais, atividades manuais e outras situadas em volta da casa (cursos sobre doces caseiros, criação de pequenos animais, hortaliças, artesanato etc).

Além disso, alguns problemas foram considerados entraves para o acesso das mulheres ao PRONAF Mulher², tais como: a ausência de documentos pessoais; a pequena quantidade de recurso destinado; as exigências burocráticas do sistema bancário; o atrelamento à família, por dependência do aval do marido; o pouco envolvimento dos agentes de assistência técnica na elaboração do projeto. Esses entraves foram apontados nas primeiras avaliações do Programa levando-o à reformulação e à requalificação, por meio de ações coordenadas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA (PPIGRE/MDA), com destaque para a realização das Cirandas do PRONAF³. Estas iniciativas, em parceria com as organizações de mulheres, resultaram na ampliação do acesso das mulheres trabalhadoras rurais ao PRONAF Mulher⁴.

² O trabalho da pesquisadora Lígia Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco, sobre o PRONAF e as mulheres, no Município de Afogados da Ingazeira, Pernambuco, revelou que, apesar dos limites impostos, o acesso ao crédito é uma das possibilidades de autonomia das mulheres. Cf. MELO, Lígia Albuquerque. **Relações de gênero e agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE**. Recife, UFPE. Tese de Doutorado.2005.

³ A Ciranda do PRONAF para as Mulheres consistiu num trabalho de difusão, capacitação e avaliação sobre o crédito para as mulheres rurais junto às organizações da sociedade civil, aos agentes financeiros que operavam o PRONAF, realizado em todas as regiões do país. A ação incluiu a Campanha *Crédito para Igualdade das Mulheres Rurais* e de Termo de Cooperação com diversos agentes financeiros. Cf. MDA/PPIGRE. Cirandas do PRONAF para Mulheres. Brasília: NEAD/MDA, 2005.

⁴ A inclusão da dimensão de gênero nas políticas públicas do MDA ocorreu em 2001, tendo como uma das ações, a Portaria que recomenda que 30% dos recursos disponibilizados para o Plano Safra, sejam destinados preferencialmente, para as mulheres. Alguns estudos indicam que as mulheres rurais utilizam suas rendas na educação dos(as) filhos(as); um dos exemplos citados são as agricultoras no Rio Grande do Sul, que ao dispor de recursos, seja de aposentadoria, salário ou renda rentável, estas investem mais na

Continuei insistindo no estudo sobre a relação entre as demandas das mulheres trabalhadoras rurais apresentadas pelo Estado, na referência empírica do PRONAF Mulher como uma das possibilidades de proporcionar autonomia às mulheres. Naquele momento, percebi que a tendência da pesquisa era de se transformar em uma análise sobre o PRONAF Mulher, contrariando o meu interesse. O fato de não pretender analisar tal Programa sob o ponto de vista do Governo Federal, levou-me a rediscutir o tema e o objeto de estudo.

Naquele período, comecei a mapear os movimentos das trabalhadoras rurais para conhecer as diferentes formas de organização, suas configurações políticas e também para me aproximar das lideranças femininas. Essa aproximação possibilitou-me realizar um primeiro mapeamento dos principais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, junto ao Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que é coordenado pelo PPIGRE/MDA.

Quadro 1- Movimento de Mulheres e características

<i>Nome do movimento</i>	<i>Característica</i>
Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG	Movimento composto por mulheres e homens. Componente da estrutura do movimento sindical rural. É constituído por uma rede de sindicatos rurais em todo o Brasil que possuem comissões de mulheres trabalhadoras rurais, em todos os níveis (locais, regionais ou pólos, estaduais e nacional).
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Movimento formado por mulheres autodefinidas como camponesas. Tem maior atuação na região sul do Brasil. Vinculado à Via Campesina, o movimento é composto por uma rede de movimentos sociais do campo de atuação internacional. Sua principal bandeira é a reforma agrária.
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)	Organização autônoma, composta por mulheres trabalhadoras rurais dos nove Estados do Nordeste. Autodenominado de feminista, integra a REDELAC (Rede de Mulheres Latinoamericana e do Caribe).
Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Composto por mulheres ligadas ao MST. Parte das questões consideradas estratégicas para o enfrentamento do capitalismo e transformar a vida das mulheres.
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB),	Organização formada por mulheres extrativistas automeadas “quebradeiras de coco”, porque as suas sobrevivências dependem da extração do coco babaçu. Defende a preservação das palmeiras dos babaçuais.
Organização de Mulheres ligadas à	Movimento misto situado na estrutura do movimento sindical

educação de filhos (as) e netos (as). Cf. BRUMER, Anita. **Mulheres Agricultoras no Rio Grande do Sul**: reprodução social e representação política; e, ainda, Cirandas do PRONAF para Mulheres (www.mda.gov.br/ppigre) e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (www.spmulheres.gov.br).

<i>Nome do movimento</i>	<i>Característica</i>
Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAF)	rural. Está em fase de expansão por todo o país.

Ao me aproximar dos movimentos de mulheres rurais⁵, percebi que as trabalhadoras organizadas em sindicatos tinham presença majoritária na Marcha das Margaridas comoparando-as a outros segmentos participantes. Por isso, a designação ***mulheres trabalhadoras rurais*** é lhes atribuída como sinônimo de suas lutas pela visibilidade e reconhecimento como sujeitos políticos e portadoras de direitos.

Os primeiros momentos da pesquisa de campo contribuíram para afirmar os objetivos e a problematização. Estes, ancorados nas discussões durante o Mestrado, principalmente, na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa⁶, possibilitaram-me testar as entrevistas como um dos instrumentos da investigação ainda em 2006⁷. A primeira entrevista ocorreu quando a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG construía a pauta e as estratégias para MM 2007 a partir da avaliação da MM 2003.

Os primeiros resultados da pesquisa de campo indicaram a existência de uma diversidade e de uma pluralidade de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Esta descoberta revelou tensionamentos, aparentemente encobertos, por categorias que não dão conta de expressar a pluralidade existente no meio rural. Constatei nos grupos de mulheres rurais ligadas ao MST, a Via Campesina e as extrativistas, principalmente as quebradeiras de coco a rejeição pela denominação trabalhadoras rurais.

Pelas entrevistadas, classifiquei as seguintes categorias identitárias que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais: agricultoras familiares, assentadas, canavieiras, extrativistas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, mulheres negras, brancas, indígenas, jovens, idosas que vivem no campo, nas águas, na terra, nos rios, nos mares e nas florestas: milhares de *margaridas* espalhadas pelo país. Ampliei o meu olhar percebendo que os seus

⁵ Quando me refiro a todos os movimentos de mulheres rurais denomino ***mulheres rurais*** ou ***mulheres do campo*** para considerar as mulheres camponesas, seringueiras, pescadoras e outras mulheres inseridas no meio rural que não se auto-definem como trabalhadoras rurais. Ao me referir às participantes da MM denomino ***mulheres trabalhadoras rurais***, assim como a referência às organizações de mulheres inseridas na Marcha das Margaridas é designada **movimentos de mulheres trabalhadoras rurais**.

⁶ A Disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa foi ministrada em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB pela Professora Dra. Lourdes Bandeira.

⁷ A primeira entrevista realizada com Carmem Helena Foro - Coordenadora Nacional da Comissão de Mulheres da CONTAG e vice-presidente da CUT nacional - foi realizada em julho de 2006, como um dos requisitos para a disciplina citada.

posicionamentos no mundo extrapolam a relação com a natureza. Seus discursos são marcados pelas experiências adquiridas em suas trajetórias de vida e pelas experiências de sujeitos coletivos, que incluem as concepções políticas e ideológicas presentes nos movimentos sociais do campo.

Em muitos casos, as representantes de movimentos contrariavam decisões de seus próprios grupos para se inserirem em espaços institucionais e discutirem os problemas vivenciados pelas mulheres do campo⁸. Isso não quer dizer que estas representantes abriram mão de suas posições ideológicas, porque tais posições eram freqüentemente postas em seus discursos. Percebi ainda, a existência de muitas diferenças entre as organizações das mulheres rurais e camponesas, conforme apresentadas no Capítulo IV.

1.2. Os procedimentos metodológicos

Reafirmo as concepções de Minayo (1994), definindo que o uso do método de pesquisa qualitativa abrange as concepções teóricas, as técnicas e a criatividade dos(as) pesquisadores(as) para compreender a metodologia e o caminho do pensamento e como a prática é exercida na abordagem da realidade. Implica, ainda, em lidar com um universo de significados, valores, crenças e com uma diversidade de variáveis cujas dimensões podem ser imensuráveis.

A opção pela pesquisa qualitativa coadunou-se com os objetivos propostos, no sentido de dar ênfase aos sujeitos e de buscar apreender os significados construídos nos saberes e nas práticas sociais. A valorização e a percepção da ação dos sujeitos investigados possibilitaram uma aproximação da realidade, pelo registro das narrativas que dão suporte à análise do objeto da pesquisa. O recorte temporal compreende o período de 2000 a 2007, que respectivamente, corresponde da primeira a terceira Marcha das Margaridas.

Utilizo alguns mecanismos da análise do discurso para apreender os sistemas de significação, considerando o funcionamento da linguagem como um processo complexo de constituição dos sujeitos e de sua produção de sentidos (Orlandi, 2003). Para esta autora, o estudo da linguagem não seria apenas transmissão de informação, mas trata-se de

⁸ Por exemplo: o MST, enquanto Movimento, não participa do CONDRAF- Conselho onde se discute as políticas de desenvolvimento rural. Sua posição é que tais espaços é uma forma de legitimar o sistema capitalista. Para este Movimento, é necessário se contrapor a este modelo. Entretanto, as mulheres vinculadas ao Setor de Gênero do MST integram o Comitê de Gênero deste Conselho.

processos de identificação dos sujeitos, argumentação, subjetivação, construção da realidade etc.

Adoto a perspectiva dos estudos feministas como procedimentos sociológico e metodológico. Isto significa imprimir às mulheres uma categoria social e colocar o sexo/gênero⁹ como categoria de análise. Entretanto, sua utilização reside em desconstruir os sistemas de dominação, as representações e os mecanismos reconstitutivos da divisão social dos sexos, como sugere Descarries (2000).

A metodologia da pesquisa desenvolveu-se em dois momentos: na pesquisa exploratória e na organização e análise de informações. A *fase exploratória* representa o entrelaçamento das idéias e dos questionamentos como se fossem uma teia, buscando as primeiras respostas e formulando outras perguntas. Nesta fase, as minhas preocupações centravam-se em não deslocar as reflexões teórico-conceituais das observações empíricas e do desafio de permanecer no ambiente institucional relacionando-o diretamente ao objeto da pesquisa.

Na *fase de organização e análise de informações* identifiquei os temas sem pré-estabelecimento de séries relacionando os recorrentes à medida que surgiam nas pautas e nos demais documentos da Marcha das Margaridas. Na intenção de apreender o contexto e os significados, elenquei os seguintes temas: poder, previdência social, combate à violência, saúde, agroecologia. Todo processo de escolha é seletivo e excludente. Daí, ao incluir alguns temas, conseqüentemente, exclui outros pelo movimento de escolher e de julgar a pertinência dos temas ao objeto de estudo e de correr os riscos inerentes a toda pesquisa científica. Todavia, os temas “aborto e sexualidade” evidenciados nas pautas dos movimentos de mulheres e feministas, encontravam-se diluídos e/ou ausentes dos discursos das mulheres trabalhadoras rurais.

Assim, considerando o conceito de gênero como insurgente e influenciador nas práticas dos movimentos de mulheres feministas surge o problema desta pesquisa: como gênero é constituído na Marcha das Margaridas?

A Marcha das Margaridas caracteriza-se por ser uma ação coletiva e uma estratégia adotada por diversos movimentos sociais de mulheres na construção de uma pauta comum, na qual os temas estão relacionados aos problemas enfrentados no campo. Tais movimentos possuem relações intrínsecas com o movimento feminista e se inserem no

⁹ O debate sobre sexo/gênero pode ser aprofundado em Butler (2003).

contexto dos novos movimentos sociais, mais precisamente, no que Warrer-Sherer (2005) denomina de redes de redes de movimentos. Surgem como um acontecimento pontual e, atualmente, firmam-se por uma mobilização permanente, integrando-se à Marcha Mundial de Mulheres - movimento de abrangência internacional formado por inúmeras organizações de mulheres de diversos países - como é abordado no Capítulo 4. O seu caráter político é revelado à medida que as mulheres trabalhadoras rurais buscavam romper coletivamente os papéis tradicionais.

O desdobramento do problema em três questões secundárias influenciou tanto o seu melhor entendimento quanto à elaboração das hipóteses. As questões derivadas do problema são: *como o conceito de gênero que surgido nos anos 1980 e fortalecido pelas pesquisas acadêmicas feministas, se insere em uma ação de caráter popular? O que significa para as mulheres trabalhadoras rurais participar da MM? Qual a relação entre identidade e diferença na constituição da MM?*

Os resultados de uma pesquisa não apresentam verdades conclusivas mas uma aproximação da realidade. E a busca de respostas, sobre a constituição do gênero na Marcha das Margaridas, seria possível mediante a utilização da análise de discurso, como método e técnica, para perceber o gênero através da produção de sentidos (Orlandi, 2005). Neste caminho, as teorias são fundamentais para pensarmos os processos, as produções subjetivas de constituição dos sujeitos, as aproximações e as diferenças que se inserem numa rede de jogos de poder (Foucault, 1988).

1.2.1 As hipóteses

O que denominei de hipóteses na realidade são dois pressupostos considerados na resposta ao problema:

a) o conceito de gênero se revela na Marcha das Margaridas como sinônimo de mulheres associada à afirmação sujeitos políticos.

Gênero surge no final dos anos 1980, como um conceito questionador da ordem patriarcal vigente. No contexto dos movimentos de mulheres rurais, este conceito alterou linguagens e práticas dando suporte às reivindicações de políticas públicas baseadas na existência de desigualdades entre mulheres e homens no campo. Ao mesmo tempo que o conceito de gênero ganhou força e legitimidade, no meio rural as trabalhadoras

continuaram adotando a categoria *mulheres* como estratégia para dar legitimidade a sua presença na cena política.

Apesar do gênero não se constituir enquanto idéia central nos discursos da MM, as ações desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais são sombreados pelo gênero. Muitos estudos atribuem às mulheres trabalhadoras rurais o sinônimo resistência e força daí relacionar gênero a papéis fixos reitera um viés essencializador. Por ser um conceito polissêmico, gênero apresenta ambigüidades. Ora é apresentado como sinônimo de mulheres, ora aparece em substituição ao sexo. Isto quer dizer que a apropriação deste conceito pode significar perda de força e, no caso da MM deixa escapar a pluralidade e a diversidade das mulheres presentes nesta ação. Esta questão foi abordada por Marie – Victoire Louis, no artigo intitulado *Diga-me o que é gênero?* ao realizar um levantamento sobre o emprego deste conceito em pesquisas realizadas nas Ciências Sociais. A pesquisadora destaca que o uso demasiado deste conceito como perda de sua radicalidade, torna-o mecanismo para camuflar um sistema patriarcal, ainda presente na sociedade. A “elasticidade” deste conceito desmistifica a radicalidade esperada, resultando na perda do seu significado político. Deste modo, gênero não quer dizer mais nada (Louis, 2005). E retomar esta radicalidade é uma das possibilidades apresentadas pelos estudos feministas.

O poder na Marcha das Margaridas aparece como resultante de negociações e de conflitos permanentes relacionados à representação e participação política. Na perspectiva foucaultiana, o poder está sempre em disputa e se localiza dentro e fora da estrutura hierárquica. É, também, disperso, ao contrário do que se representa como um bem ou uma mercadoria daqueles que mandam e dominam sobre outros que não os detêm. Para Foucault (1988), o poder é apresentado como relações vivenciadas em todas as instâncias da vida social, política e econômica.

Os estudos e teorias feministas que adotam a categoria gênero como instrumento de análise, conforme proposto por Scott (1992), problematizam a utilização da categoria identidade. Por isso, na análise sobre a Marcha das Margaridas, busquei apreender como a constituição da identidade de gênero como transformáveis e contraditórias, tratando-a como plurais e múltiplas (Louro, 1997).

b) se a diversidade e a pluralidade das mulheres trabalhadoras rurais estão encobertas por uma mesma identidade, isso significa que a Marcha das Margaridas é permeada pela diferença.

A percepção de vários elementos identitários (os étnicos, os sexuais, os de classe e o de gênero) que constituidores do sujeito mulheres trabalhadoras rurais, leva-as a pertencer a diferentes grupos. De acordo com Louro (1997), os sujeitos identificam-se social e historicamente como masculino ou feminino, significando que estes constroem suas identidades de gênero Louro (1997). Gênero e sexualidade são dimensões articuladas confundidas com as práticas sexuais, nas quais os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas. Assim, as identidades sexuais confundem-se com a própria sexualidade. Esses fatos são fundamentais para compreender a relação dinâmica entre identidades e diferenças na MM, porque são instáveis e passíveis de transformação.

Na MM, entendida como uma estratégia política, como são tratadas as diferenças? Inicialmente na constituição da identidade coletiva estão presentes os discursos, místicas, símbolos, músicas, cores, ao mesmo tempo em que a categoria mulheres demonstra força política e também perda de força, sobretudo, quando sedimentada a categoria mulher ao trabalho. Por exemplo, as categorias mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares, acabam restringindo-as à função de produção e de reprodução, atrelando-as à família e à natureza. Estes adensamentos se contradizem com a busca do empoderamento, presentes nos discursos das trabalhadoras rurais.

As mulheres trabalhadoras rurais, ao afirmar a sua identidade de sujeito social e político, empreenderam diversas ações reivindicatórias que culminaram com a conquista de direitos e a implementação de políticas públicas. A sua inserção nas diversas lutas sociais do campo, nos sindicatos e na criação de movimentos autônomos possibilitaram o seu reconhecimento como sujeito político. Isto não quer dizer que elas se encontram em plena condição de cidadania, porque muitos dos direitos conquistados ainda estão restritos aos aspectos formais.

Inseridas nos novos movimentos sociais em redes, as mulheres trabalhadoras rurais protagonizaram ações estrategicamente organizadas num contexto mundial e se articularam para combater as ameaçadas provocadas pelo capitalismo e pelo agronegócio. Quais são as estratégias adotadas pelas mulheres trabalhadoras rurais para que as suas demandas específicas não fiquem diluídas no conjunto das reivindicações dos movimentos sociais?

Uma das características dos novos movimentos sociais é a atuação em redes, principalmente não presenciais. Inserida nesse contexto, como a MM se articula em tais redes, considerando que a grande maioria vive em locais sem acesso à infra-estrutura

básica de serviços?

A vinculação entre a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial de Mulheres desde o momento da constituição de ambas, demarcam dois aspectos significativos: o primeiro, por representar uma aliança entre mulheres rurais e urbanas; o segundo, pela relação de equivalência e de ideologia com o movimento feminista de caráter internacional, que ultrapassam as fronteiras geográficas e os limites presenciais e favorecem a articulação de temas. Tais temas materializam-se em bandeiras históricas dos movimentos feministas e, em geral, relacionam-se aos direitos sociais e políticos, às políticas públicas e ao corpo e sexualidade.

1.2.2 As técnicas adotadas

As fases previstas no cronograma da pesquisa sofreram alterações. Tais alterações não comprometeram o desenvolvimento das etapas previstas. As técnicas são classificadas da seguinte forma: *pesquisas bibliográfica e documental, observação direta sistemática e entrevistas.*

a) Pesquisas bibliográfica e documental: consistem no levantamento de material disponível em publicações científicas (livros, revistas, teses e outros), classificadas como fontes bibliográficas, de acordo com os seguintes temas: novos movimentos sociais, movimentos sociais do campo, gênero, feminismo, poder, identidade, desenvolvimento rural sustentável, políticas para as mulheres. O levantamento bibliográfico foi realizado, principalmente, no momento em que cursei as disciplinas do Mestrado em Sociologia da UnB e em contatos com outros pesquisadores e pesquisadoras nos encontros científicos e em buscas pela internet.

A pesquisa documental foi realizada no acervo da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, em Brasília-DF e pelas pesquisas realizadas na internet¹⁰. Primeiramente, realizei um levantamento do material existente, classifiquei-os cronologicamente, de acordo com o tipo/suporte da fonte: documentos impressos, visuais e audiovisuais. Nos documentos impressos, identifiquei os seguintes: *folders*, jornais, boletins, cartazes, fotografias etc; nos documentos visuais e audiovisuais localizei: camisetas, vídeos,

¹⁰ Cf. www.contag.org.br; www.marchamundial.org.br

músicas. Para sistematizá-los adotei os seguintes critérios:

- materiais institucionais sobre políticas, ações e programas governamentais, inclusive as respostas do Governo Federal por ocasião de cada Marcha (2000, 2003 e 2007);
- documentos produzidos pela Comissão de Mulheres da CONTAG, as ações promovidas pelos sindicatos e federações, contendo informações sobre as atividades preparatórias da Marcha de 2007, especialmente dos Estados do Maranhão e do Piauí.
- documentos produzidos pelas organizações parceiras sobre a MM e sobre as ações específicas. Neste caso, destaco o material impresso do MIQCB (livro, jornais, boletins) e do MMTR-NE, com os quais realizei contato mais direto.

Segundo Minayo (1994), ao tratar do *material os(as) pesquisadores(as) são conduzidos à teorização sobre os dados. Este efeito produz o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição. A análise objetiva requer a organização e sumarização dos dados, visando possibilitar as respostas ao problema proposto. De acordo com Gil (1994), a interpretação dos dados busca dar sentido mais amplo a tais respostas. Nesta fase, analisei 23 documentos sobre a MM, incluindo as pautas e relatórios elaborados pelo Governo Federal, compreendendo o período de 2000 a 2007, acrescentados de matérias publicadas em sites e inúmeros materiais audiovisuais.*

b) Observação direta sistemática

A pesquisa de campo foi realizada no período de março a agosto de 2007. As observações diretas não compreenderam as Marchas de 2000 e 2003. Porém, as informações referentes a estes períodos foram extraídas das fontes documentais e das entrevistas. Sistematizei as observações de campo sob dois momentos: ***a preparação e a realização*** da Marcha das Margaridas. A *fase de preparação* compreende desde o seu lançamento em Brasília-DF, em novembro de 2006, e os eventos ocorridos nos Estados, dos quais acompanhei diretamente a Marcha Estadual realizada no Piauí¹¹.

c) Entrevistas

Neste trabalho procurei seguir as orientações metodológicas apresentadas por

¹¹ Esta Marcha foi realizada em Teresina, no dia 4 de julho de 2007 e contou com mais de duas mil pessoas, sendo mulheres e homens; ocorreu um dia após a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres naquele Estado.

Haguete (1990) para quem a entrevista pode ser definida como um processo de interação entre duas pessoas na qual o(a) entrevistador(a) tem por objetivo obter informações do(a) entrevistado(a). A autora ressalta que se deve distinguir o caráter das informações obtidas. Tal interação dos fatos está sujeita aos vieses feitos pelo informante, fato que transmite a sua leitura pessoal. E, por parte do(a) entrevistador(a) ao interpretá-las, podendo gerar distorções na análise e conclusão da investigação.

Ao optar pela utilização de entrevistas semi-estruturadas, com um roteiro prévio, a construção das perguntas baseou-se em questões norteadoras que considerei apropriadas aos métodos de entrevistas qualitativas, propostos por Muchielli (1978) e Bauer & Gaskell (2002). Estes aspectos definiram o roteiro prévio e as características de entrevista narrativa que viabilizaram explorar a capacidade das(os) entrevistadas(os) para contar suas experiências e histórias de vida para considerar como resultados importantes a formação de conceitos, a sistematização de relatos e os reajustes no direcionamento da entrevista (Bauer & Gaskell, 2002).

O fato de considerar as narrativas presentes nas entrevistas, a partir daquelas reveladas pelas (os) entrevistadas (os) sobre a MM, não diz que foram utilizadas todos os procedimentos da História Oral e da técnica caracterizada como História de vida. As narrativas históricas, aqui apresentadas, situaram-se num processo histórico e nos aspectos relacionados às trajetórias de vida das (os) entrevistadas (os).

De acordo com Bauer e Gaskell, as entrevistas são realizadas de forma não estruturadas, onde o (a) entrevistado(a) não emprega o sistema de perguntas e respostas, pois a ênfase é dada naquilo que o(a) entrevistador(a) tema dizer¹². No caso das mulheres trabalhadoras rurais, as perguntas foram relacionadas à trajetória de vida das (os) entrevistadas (os), estratégias de preparação da MM nos Estados e Municípios e acerca dos significados da Marcha das Margaridas (ver anexo 1). Para os homens as questões centraram-se no significado da sua participação na MM (ver Anexo 3). Alguns ajustes foram necessários durante as entrevistas para não desviar do foco do objeto. Para facilitar o registro das falas e das observações utilizei como instrumentos os cadernos de campo e um gravador portátil.

Realizei 22 entrevistas, considerando uma roda de conversa com os participantes,

¹² Sobre Métodos e Técnicas de Pesquisa consultei também os Roteiros de Aula ministrada pela Profa. Dra Lourdes Bandeira, em 2005, na UNB. Cf. Programa da Disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa (www.unb.br/ics/sol)

duas enquetes¹³. O número de entrevistas não foi definido previamente, porém foram encerradas no momento em que algumas informações se tornaram recorrentes. Na seleção dos(as) entrevistados(as), observei os critérios de sexo, geração, raça/etnia, localização geográfica e nível de representação política (dirigentes sindicais, representantes de base e de organizações parceiras). Entretanto, no primeiro momento, o meu objetivo era entrevistar somente mulheres, porque me interessava obter informações, a partir de suas percepções e narrativas. A inclusão de homens se deu na ocasião em que percebi que estes tiveram presença significativa na MM em 2007, inclusive um número mais expressivo que nas duas Marchas anteriores.

Quadro 2 - Perfil dos (as) entrevistados (as)

Sexo	Idade	Região	Nível de organização
Feminino: 19	Mais de 40 anos: 16	Nordeste: 12	Representantes de base: 5, sendo Sindicatos e associações.
Masculino: 3	Entre 20 e 40 anos: 3	Norte: 6	Dirigentes estaduais e regionais: 11, sendo 01 do MIQCB, 01 do MMTR/NE, 09 das Federações e dos Pólos Regionais e uma dirigente estadual da FETRAF.
		Centro-Oeste: 1	
	Menos de 20 anos: 3	Sul: 2	Dirigentes nacionais: 3 (CONTAG e CNS)
		Sudeste: 1	

As entrevistas foram norteadas pelas seguintes questões:

- **Trajetória de vida:** como veio para o movimento? Que caminhos foram percorridos? Como fez conciliação entre a atividade militante, vida familiar e afetiva?
- **Estratégias de organização e mobilização:** quais as atividades realizadas nos Estados e Municípios? Quem participou? Quais as etapas da organização?
- **Significado da Marcha das Margaridas:** que significado tem a MM? Quais os desafios da MM, enfrentados na organização, na construção das pautas, nas aproximações e tensões entre os movimentos e dentro da estrutura do movimento sindical?

¹³ A roda de conversa foi realizada durante a Marcha das Margaridas para aproveitar a oportunidade em que se encontravam três jovens mulheres que estavam participando pela primeira vez da Marcha das Margaridas, que não se configurou em entrevista. As enquetes foram entrevistas rápidas realizadas durante os intervalos para refeição com perguntas rápidas sobre o que significava da MM para alguns homens presentes. Como se tratava de horário de almoço, optei por fazer perguntas rápidas, o que diferenciou das entrevistas. Como se tratava de apenas uma pergunta, não considerei necessário registrar os dados dos entrevistados.

Quanto à normalização técnico-científica, segui as instruções do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB referentes à versão final de dissertações e teses com recomendações à formatação e remete às citações e referências bibliográficas para as Normas da ABNT. Entretanto, no caso das entrevistas, apesar da ABNT recomendar que estas citações sejam as mesmas regras para autoria individual (autor-data por sobrenome e ano ou citação numérica iniciando pelo sobrenome) a opção por utilizar os próprios nomes das(os) entrevistadas(os) é dar voz aos sujeitos. Este procedimento exige maior rigor sobre os conteúdos mencionados, no sentido de não expor os(as) entrevistados(as) e dar ciência dos(as) entrevistados(a)s sobre a destinação da entrevista e sua utilização.

CAPÍTULO II:

A ARTICULAÇÃO ENTRE GÊNERO E IDENTIDADE

Este capítulo aborda as categorias centrais deste estudo: **gênero, poder e identidade**. As duas últimas surgem do desdobramento da categoria gênero e da interface entre as teorias com os movimentos feministas e de mulheres. A abordagem sobre gênero apresentada de forma crítica e problematizada pelos estudos feministas, parte das formulações de Scott (1990, 1992, 2002) para navegar no pensamento de autoras como Lauretis (1994), Descarries (2000) e Butler (2003). A compreensão do objeto no contexto dos estudos feministas e de gênero no Brasil baseou-se principalmente nas contribuições das seguintes autoras: Bandeira & Siqueira (1997), Bento (2003), Ferreira (1999, 2006), Pinto (2003), Rago (1995, 1998, 2000) e Swain (2000, 2005).

Já o conceito de poder é abordado de acordo com o pensamento de Foucault (1979, 1997, 2004) que discorre também sobre a constituição de uma ordem discursiva dos saberes e poderes que permeiam as relações sociais. O conceito de identidade é apresentado por Stuart Hall (1998), acrescentados das abordagens históricas acerca da constituição da identidade das trabalhadoras rurais, baseada no estudo de Novaes (1997). Tais abordagens são problematizadas com base no pensamento pós-estruturalista, apresentado por teóricas feministas, a exemplo de Rago e Swain.

As teorias sobre os movimentos sociais subsidiaram o entendimento sobre a Marcha como um novo movimento social, particularmente, como uma ação coletiva. Estas foram subsidiadas pelo pensamento dos teóricos Alberto Melucci (1990) e Ilse Sherer-Warren (2005).

2.1 Gênero, mulheres e feminismos

No início da pesquisa, deparei-me com uma questão instigante: por que adotar o conceito de gênero, se a Marcha das Margaridas é um movimento de mulheres trabalhadoras rurais? Para compreender esta questão recorri aos estudos sobre História e Historiografia das Mulheres¹⁴. Rago (1995) toma como ponto de partida a constituição teórico-metodológica fíncada na História Social para ressaltar que foi a partir da década de

¹⁴ Cf. Heilborn (1991, 1993); Costa & Bruschini (1992); Piscitelli (1998); Machado (1998).

1970 onde sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram localizar indícios da presença das mulheres em contextos sociais distintos.

O primeiro momento da produção teórica brasileira centrava-se na identificação dos elementos que corresponderiam à opressão masculina e à dominação do sistema capitalista sobre as mulheres. As análises sobre o impacto da entrada das mulheres no mercado de trabalho¹⁵ indicavam que estas relações revelariam uma forma perversa de integração no mercado acarretando sérias conseqüências para suas vidas. Para Bandeira & Siqueira (1997), o trabalho passou a proporcionar a construção de uma identidade como mulher trabalhadora e a ser compreendido em sua dimensão sexuada. Nesse processo, surgiram várias produções acadêmicas dando visibilidade às mulheres como sujeitos históricos, instituídas de capacidade e de poder de transformação. Diversas nuances teóricas e epistemológicas nos estudos sobre as mulheres, diversificam-se e adquirem estatutos próprios.

A designação de atributos femininos e masculinos fundamenta-se numa visão dualista de categorias opostas: razão *versus* emoção, inferior *versus* superior, objetividade *versus* subjetividade. Esse pensamento foi propagado por muitos pensadores, a exemplo de Diderot e Comte para os quais as mulheres eram comandadas pelo útero. Uma visão binária oriunda da filosofia grega que influencia as desigualdades de gênero nas ciências e em nossa sociedade de um modo geral (Bandeira & Siqueira, 1997).

Assim, intelectuais e militantes perceberem a existência de uma dinâmica sexuada das relações sociais.

A originalidade do movimento feminista assenta-se tanto na particularidade dos problemas e das questões levantadas, quanto no momento histórico de sua emergência; estes dois componentes, além de importantes, são dificilmente separáveis. Estruturou-se a partir de uma ética assentada na crítica do domínio patriarcal e em uma razão androcêntrica de humanidade que deixou fora metade desta - as mulheres - e que construiu um 'modelo' de feminino fabricado pelo androcentrismo em nome da natureza e da razão (Bandeira & Siqueira, 1997, p.266).

No final dos anos 1960, o feminismo anunciou-se como um projeto intelectual e político, ao unir pensamento e ação em torno do “*Nós Mulheres*” (Descarries, 2000). A descontinuidade histórica e as experiências localizadas apresentam-se em momentos fortes e em outros pouco visíveis, como sugerem Scott (1998) e Perrot (1998).

Para Sardenberg (2002), o objetivo maior do projeto feminista nas ciências é

¹⁵ Uma publicação clássica desse período é a obra de Saffiot, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes, 1976.

produzir e disseminar saberes que não sejam apenas **sobre** ou **por** mulheres, mas também de relevância **para** as mulheres e suas [nossas] lutas. Desse pensamento resultaram os estudos feministas, os estudos sobre mulheres e os estudos de gênero, partindo de uma ética calcada na crítica à razão dualista e à concepção androcêntrica de humanidade que excluiu as mulheres.

Uma das inovações do feminismo nos Estados Unidos, pós-1968, foi a articulação com o movimento anti-racista, para pautar a “libertação das mulheres” como uma questão política dos movimentos sociais. Seus efeitos, nas teorias vigentes, ocasionaram mudanças paradigmáticas, especialmente, ao desconstruir a idéia de um pensamento binário e fixo, acerca do masculino e do feminino.

A autora se refere à constituição das representações sociais consolidadas no imaginário e adquiridas nos significados, valores materializados na construção hierarquizada do feminino e do masculino. Nesse esquema, o homem torna-se o sujeito universal e o referente, cristalizando uma diferença sexual que acaba se normatizando e evidenciando em padrões sociais e sexuais.

A contribuição de Scott (1995) foi fundamental para introduzir gênero como categoria de análise nos estudos científicos para propor uma reescrita da História, indicando uma outra racionalidade. Ao desconstruir a idéia das mulheres como complemento, Scott questionou a própria História e a forma como as mulheres foram inseridas no discurso historiográfico como se tratasse de preencher lacunas.

Foi a partir do pensamento de teóricos pós-estruturalistas ou pós-modernos (Foucault, Deleuze, Derrida, Guattari etc) que temas como desejos, singularidades e as subjetividades foram incorporados nas teorias feministas. A fusão da crítica feminista com o pensamento dos filósofos da diferença está na idéia da constituição de um pólo epistemológico, na descrição das dispersões, no lugar da síntese das múltiplas determinações apresentadas pela maioria dos (as) teóricas marxistas.

Ao desnaturalizar as identidades sexuais e considerar a dimensão relacional, o conceito de gênero encontrou um terreno favorável para se abrigar. O sujeito deixa de ser ponto de partida e passa a ser considerado o efeito das determinações culturais; ultrapassando da essência biológica anterior à História, construindo a identidade social e cultural no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos e saberes instituintes (Rago, 2000).

O pensamento feminista influenciou as Ciências ao questionar as categorias hegemônicas e totalizantes, enquanto objeto das Ciências Sociais. Na Sociologia, até as décadas de 1960 e 1970 a categoria *sexo* era inexistente. A especificidade do objeto sociológico era reforçada pela instituição de uma Ciência fundada na experiência masculina e no discurso androcêntrico assexuado. A crítica expressada pelo pensamento feminista, direcionava-se à forma generalista adotada pela Sociologia, que não considerava as *relações sociais de gênero*¹⁶ na construção do seu objeto.

Ao analisar a contribuição dos estudos feministas, Francine Descarries (2000) retoma às três correntes que, no seu entender, influenciaram este pensamento, ressaltando que tais classificações não devem se constituir num enclausuramento.

A primeira corrente – o Feminismo Igualitário ou Universalista – influenciou o aparecimento do movimento nos anos 1960. Foi herdeiro da tradição das *suffragettes* e dos movimentos anti-racistas. Reivindicava a igualdade de direito e de fato para todas as mulheres. A segunda corrente – o Feminismo Radical – prevaleceu ao longo dos anos de 1970, como aporte teórico afirma a existência de relações sociais de sexo ancoradas num sistema patriarcal, que divide a sociedade em dominados e dominantes. Essa corrente pode ser associada também ao Feminismo Global e ao Feminismo Solidário. A terceira corrente - Feminismo da Feminitude (*fémelleité*) - desenvolveu-se paralelamente ao Feminismo da Igualdade e ao Radical e prevaleceu na década de 1980 como alternativa para revalorizar a experiência concreta e simbólica das mulheres. Imprimiu uma nova face ética e estética às dimensões privadas das mulheres: maternidade, cuidados e educação das crianças e relações íntimas.

As idéias apresentadas pelas teóricas feministas apontaram para várias direções ao criticarem as epistemologias pautadas num viés sexista e questionarem a neutralidade do conhecimento científico presente nos modelos teóricos dominantes. As tensões e contradições estão presentes nas ações e elaborações feministas, mesmo tendo muitas afinidades de pensamento. Para Descarries (2000), “*desde seu surgimento ao longo dos anos 60, o movimento feminista contemporâneo não será o lugar de uma só palavra, de um único programa ou de objetivos homogêneos*”.

Por meio de várias formulações, as teorias feministas evidenciaram o que estava

¹⁶ A menção do conceito de sociologia das relações sociais de gênero tem como precursoras Nichole-Claude Mathieu, Colette Guillaumin e Cristine Delphy, que, de um modo geral, apontaram que a sociedade a percepção da sociedade está atravessada pela divisão sexual do trabalho e pela exploração das mulheres em todos os níveis e domínios.

oculto no processo de produção do conhecimento: os efeitos perversos estruturadores da organização do pensamento, onde os lugares e as atividades dos indivíduos são naturalizados e hierarquizados de acordo com o pertencimento de um sexo ou outro (Descarries, 2000). Elaboraram uma metodologia própria para a construção de saberes, capaz de romper com a visão sexista e misógina, estas indispensáveis para falar das mulheres, sobre elas, de suas experiências e da constituição de suas identidades, a partir de um novo olhar aberto às diferenças (Rago, 1998). Daí, a importância de compreendê-lo como feminismos, no plural, como propõe Swain (2000).

Assim, gênero refere-se não apenas “às idéias”, mas também, às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, aos rituais e tudo que constitui relações sociais. São representações materiais e simbólicas impostas sobre um corpo sexuado atribuídas a todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo (Scott, 1995).

De acordo com o pensamento de Teresa di Lauretis, em *As tecnologias do gênero* (1994), a categoria mulher deveria ultrapassar as narrativas ocidentais e heterossexuais hegemônicas nos estudos e nas ações coletivas das feministas, pois se refere a um sujeito constituído no gênero, não apenas na diferença sexual, mas também por meio de códigos lingüísticos e representações culturais. Um sujeito engendrado na experiência de relações de sexo, nas relações de raça e classe, configura-se, portanto, num sujeito múltiplo, mas não um sujeito único; um sujeito contraditório, no lugar de dividido (Lauretis, 1994). Assim, as conexões existentes entre o masculino e o feminino em uma determinada sociedade não são definidas, exatamente, pelos seus sexos, mas, envolve tudo o que se construiu socialmente sobre os sexos.

A contribuição de Butler (2003) possibilitou a desconstrução do gênero como uma identidade binária, isto é, homem referente ao masculino e mulher sinônimo de feminino e abriu espaços para a lesbianidade. Esta formulação crítica indica que o problema prevaleceu por décadas na formulação das abordagens feministas por ter transformado o corpo-sexo em uma matéria fixa. Para esta autora, a visão binária dos gêneros atribui determinadas características para os sujeitos de forma universal, desprovida de diferenças culturais, sexuais e de outras diferenças.

Ao questionar a idéia de que a biologia é o destino, as teorias feministas reforçaram a percepção de gênero como construção eminentemente cultural. Mas, se gêneros são

significados culturais assumidos pelo corpo sexuado e não causalidade, isto não significaria afirmar que a distinção sexo/gênero aponta uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros construídos culturalmente. Como sugere Butler (2003) ao considerar um sistema binário dos gêneros define-se uma relação estreita entre gênero e sexo, na qual gênero fica limitado ao sexo.

As contribuições do chamado feminismo da diferença ancoram-se no fim das generalizações e da multiplicidade dos sujeitos e, para Swain (2005), em termos filosóficos, a criação de uma diferenciação não é antônima de desigualdades, mas de identidade. Entretanto, a existência de uma única identidade para todas as mulheres, criou uma base para a diferença em relação ao homem como modelo universal. Com isso, foram identificados os campos que limitavam o argumento acerca da desigualdade. Pontos importantes para revelar os outros mecanismos constituidores de desigualdades presentes nas instituições, nas trocas simbólicas e nas representações das diferenças.

Bento (*Ibdem*) reconhecendo as contribuições de Scott (1992), sugere outras questões para reformular suas teses: “ao se propor estudar gênero, ancorando-se nas diferenças percebidas entre os sexos, não se está retirando o conteúdo histórico da construção dos corpos sexuados?”. Estas e outras questões são apresentadas pela autora e fundamentadas nas teses que Butler problematiza os limites do relacional de dois, fundadas no sexo como referente.

A noção de gênero como diferença sexual exige desconstruí-lo e pensá-lo a partir da idéia de “tecnologia sexual”, como sugere Lauretis (1994). Para a autora, gênero é visto como representação e auto-representação, que constitui produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, os discursos, as epistemologias, as práticas institucionalizadas e as práticas cotidianas.

Para Butler (2003), um sistema político se define pelo desenvolvimento da linguagem e pelas representações. Essa linguagem foi necessária, no sentido de promover a visibilidade política das mulheres. Entretanto, trata-se de um período no qual as mulheres eram mal representadas e/ou não representadas.

Derrida (2005) ao contestar a lógica binária herdada do pensamento ocidental afirma que desta forma a linguagem não atingiria o significado, pois tudo o que encontramos na linguagem é um sistema de diferenças. Os significados manifestam-se dessas diferenças, porém, as diferenças são múltiplas e sutis, por isso não é possível

reduzi-las a um único argumento lógico que defina uma identidade. A nossa consciência do mundo extrapola a “presença” de uma verdade absoluta, visto que, conhecemos o mundo através da consciência, o que este autor denomina de “espelho da linguagem” (*Ibdem*).

O problema, para as teorias feministas, consiste na suposição de que o termo mulheres represente uma identidade comum. Sobre esta questão, Butler (2003) enfatiza que se alguém é uma mulher, isto não é tudo que esse alguém é. E completa o pensamento argumentando que o gênero nem sempre se constituiu de forma coerente e consistente em contextos históricos distintos, porque o faz por interseções com raças, classes, etnias, geração, regionalidades de identidades construídas discursivamente.

Entretanto, a utilização da categoria *mulheres trabalhadoras rurais* neste estudo reconhece suas implicações e limites e considera a perspectiva feminista, um questionamento a própria constituição da categoria mulher para analisar quais os elementos que definem uma identidade comum em torno da MM.

2.2 As identidades e suas múltiplas facetas

As reflexões acerca das constituições identitárias são importantes para compreender a relações sociais na Marcha das Margaridas. Hall (1999) chama atenção para a complexidade deste conceito e acrescenta que no pensamento moderno as identidades foram “descentradas” ou deslocadas, assim como ocorre com muitos fenômenos sociais. Daí, o risco de adotar neste trabalho formulações conclusivas ou verdadeiras. Os questionamentos sobre a existência de uma identidade universal entre as mulheres fundada pela cultura, influenciados pelo pensamento pós-estruturalistas ou pós-moderno, possibilitam estabelecer conexões teóricas e políticas.

Hall (1999) se refere a três concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro baseia-se na idéia de um indivíduo centrado, unificado, dotado de razão cujo “centro” emergia com o seu nascimento e se desenvolvia, permanecendo essencialmente idêntico. A noção do sujeito sociológico desdobra-se com a complexidade do mundo moderno, conforme a tomada consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e nem auto-suficiente, mas formado na

interação com o seu “eu” e a sociedade mediados pela cultura.

Ao manter uma suposta essência, o sujeito vai se modificando na relação com o mundo externo, onde estão presentes a cultura e as outras identidades existentes. Nesse processo, há um preenchimento de espaço entre o mundo pessoal/privado e o mundo público, ligando o sujeito a uma estrutura. Projetar os sujeitos coletivos nas próprias identidades culturais é dizer que os valores e significados passam a ser internalizados, constituindo “parte de nós”, ou seja, das identidades coletivas. Isso contribui para alinhar os sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (Hall, 1999). O sujeito pós-moderno surge no lugar do sujeito previamente determinado, de identidade unificada e estável para recompor-se em várias identidades, em geral, contraditórias e não resolvidas. Neste sentido, a identidade

é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu”. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 1999, p.13)

O processo de construção identitária é marcado pela continuidade, pela mudança, pela permanência e ruptura, pelo coletivo e singular, pelo previsível e aleatório, pela sorte e outros elementos. As ciências são incapazes de tornar inteligíveis as condutas humanas enquanto continuarem em modelos lineares, deterministas e não aleatórios. Para Guattari & Rolnik (1999), os afrontamentos sociais não estariam apenas restritos a uma ordem econômica e política, mas também, nas diferentes maneiras pelas quais os indivíduos compreendem sua existência e nas inúmeras possibilidades de desvios e reapropriações.

Para subsidiar as discussões acerca da constituição de identidades, recorro a três tendências explicativas dos estudos de gênero apresentadas por Bento (2003, 2006): *a universal, a relacional e a plural*. Na perspectiva universalista, os estudos sobre os gêneros, no primeiro momento, elaboraram explicações para a subordinação da mulher, subsidiados pelo pensamento moderno. A obra de Simone de Beauvoir – *O Segundo sexo* - demarcou esse momento, ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher” e apontando para a idéia da desnaturalização da identidade feminina. Ressalta ainda que, desnaturalizar não significa desessencializar. Ao contrário, situar a mulher numa posição inferior ao homem, por um condicionante biológico, é um posicionamento sob viés universalista, que reforça a essencialização dos gêneros.

A perspectiva relacional nos estudos de gênero, nos anos 1990, acrescentou outras variáveis para reconstruir a concepção universal de mulher. As contribuições de Scott (1995) sobre o conceito de gênero residem em utilizar o gênero como categoria analítica. A noção de conhecimento situado e o potencial metodológico deste conceito permitiram o uso de gênero como elemento constitutivo das relações sociais, pressupondo um exercício constante de historicização das experiências engendradas das mulheres. A categoria gênero rejeita concepções que separam os sexos entre si. Muniz (2004) reitera a idéia de Scott, ao afirmar que o potencial político de gênero para a história é visível se pensarmos o uso de tal categoria/conceito na análise das condições sociais de produção.

Na concepção plural, as identidades são pensadas de forma fragmentadas. A problematização inter-relaciona gênero, sexualidade e subjetividade numa permanente construção de significados múltiplos. A desnaturalização, o múltiplo, a legitimidade das sexualidades divergentes e das histórias das tecnologias para a produção dos supostos “sexos verdadeiros” ganham status próprio, embora vinculados aos estudos de gênero (Bento, 2006). O desdobramento de várias questões identitárias, a partir da metade da década de 1980, nos estudos de gênero passaram a envolver outras variáveis de análise como o corpo, sexualidade e os estudos das masculinidades. Para esta autora, (*Ibdem*) são os estudos *queer*¹⁷. Embasada na perspectiva foucaultiana, o corpo é visto como um texto, possibilitando pensar sexo e gênero enquanto construções sociais e discursivas, sustentadas pela repetição e pelas categorias historicamente produzidas e hierarquizadas, por meio de suas práticas discursivas¹⁸ (Foucault, 1988).

Além dos teóricos pós-estruturalistas, as reflexões sobre a constituição da identidade das mulheres como trabalhadoras rurais contaram com o aparato teórico da antropóloga Regina Novaes, em seu livro *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo* (1997) ao retratar as relações humanas no Brasil rural, com destaque para o processo de construção da identidade de classes influenciadas pela religiosidade¹⁹.

¹⁷ Os estudos *queer* habilitam os/as travestis, as *drag queens*, os *drag kings*, os/as transexuais, as lésbicas, os gays, os bissexuais e todos aqueles/as designados pela literatura médica como sujeitos transtornados, enfermos e perversos, enfim, os sujeitos que constituem suas identidades nos mesmos processos que os considerados “normais” (Bento, 2005).

¹⁸ Para Foucault (1997), as práticas discursivas são um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições do exercício da função enunciativa”.

¹⁹ Existem inúmeros estudos sobre o campesinato brasileiro, de intelectuais como Antonio Cândido (1964), Octávio Velho (1972), Maria Izaura Pereira de Queiroz (1976), Beatriz Heredia (1979), Klaas Woortmann (1988) e Elen Woortmann (1995) e outros.

Para Novaes (1997), a formação da identidade do *trabalhador* rural [*sic*] remonta ao termo “camponês”, que foi designado pelos comunistas em condições históricas das Ligas Camponesas, como pode ser visto no Capítulo 3. O termo foi influenciado pela experiência europeia e adotada pelas forças denominadas progressistas e desenvolvimentistas em referência a uma realidade vivenciada na Europa. No caso brasileiro, os comunistas identificaram resquícios feudais e elegeram os trabalhadores como protagonistas de uma revolução.

O uso da categoria camponês extrapolou o ambiente político-partidário e passou a ser adotada pela Igreja Católica ao tratar da questão agrária. Em determinados momentos foi citada pelos proprietários de terra, empresários e, posteriormente, foi adotada pela academia. Atualmente, as categorias camponês e campesinato são utilizadas pelos movimentos sociais e por muitos(as) pesquisadores(as) como oposição à categoria latifúndio e ao modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio.

A denominação trabalhador rural tornou-se sinônimo de trabalhador sindicalizado, de categoria profissional e foi definida pelo Estado autoritário, a partir do espaço geográfico (Novaes, 1997). A Igreja Católica vale-se de uma utopia cristã pré-existente entre os/as trabalhadores/as e transforma esta utopia em fio condutor da luta em identidade mobilizadora, a partir da conjugação de alguns fatores: ação da hierarquia, presença de agentes pastorais, a religiosidade, interesses e enfrentamentos sociais concretos.

Assim, se constituiu uma identidade político-religiosa, fundada no ideal de serem os(as) trabalhadores(as) o povo de Deus em busca de terra prometida. Esse ideário se faz presente em diversos movimentos sociais até hoje, aliás, alimenta e move suas lutas, faz parte da mística do movimento. A religiosidade, a natureza e a cultura estão entrelaçadas e são retratadas nas músicas, nos atos públicos e nas mais diversas expressões do campo. A identidade se constrói na configuração de um conjunto de contradições, oposições e alianças com que um determinado grupo social se depara em situações objetivas de crise e rupturas de relações sociais (Novaes, 1997).

Se as lutas travadas pelos movimentos feministas foram e são fundamentais para a constituição das mulheres como sujeitos políticos e contribuíram para sua visibilidade, como analisar a constituição da identidade de um sujeito coletivo, como a Marcha das Margaridas? Isto significa considerar pelo menos dois aspectos: o primeiro deles diz respeito ao reconhecimento da autonegação *mulheres trabalhadoras rurais*, reafirmá-

los no sentido de reconhecer a sua trajetória de lutas em prol dos direitos políticos e à forma como estes sujeitos se autodenominam. Isto não significa ausência de diferenças, como pode ser visto no Capítulo 4. Em segundo lugar, a não opção por designá-los como **margaridas** deve-se ao fato de não se tratar de uma categoria legitimada pelas próprias mulheres e ainda pouco presente em seus discursos.

A problematização acerca dos elementos constitutivos de identidade remete às reflexões sobre o exercício do poder, considerando que, o conceito de gênero desdobra-se nas concepções sobre poder. De acordo com Foucault (2004) os poderes dispersos são parte constitutiva das relações sociais e funcionam como uma teia. Ao tecer as redes, esses poderes criam contradições que as isolam entre si. Foucault reporta-se aos mecanismos de inteligibilidade não estabelecidos num ponto central e único, definido por regras, disciplina e organizações próprias, visto que “o poder encontra-se em todas as partes e isso não significa que abarca o todo, pois ele provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p.89).

Nesta perspectiva, o poder representa a multiplicidade de correlação de forças e não um sistema geral concentrador de um grupo exercido sobre outro e nem tampouco, a soberania do Estado, na forma da lei (Foucault, 1988).

Na tentativa de apreender quais os poderes mais imediatos e locais que estão em jogo na Marcha das Margaridas recorro ao questionamento posto por Foucault (1988) de como esses discursos se materializam e lhes servem de suporte. Deste modo, a relações de poder que perpassam a Marcha das Margaridas estão presentes nas disputas cotidianas e os lugares ocupados pelas mulheres trabalhadoras rurais, considerando que são espaços conquistados e não destinados a elas. Ao estabelecerem relações diretas com o movimento feminista e realizar uma interlocução que dialoga com uma plataforma política feminista, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais buscam modificar o próprio exercício de poder.

2.3 Ação coletiva e novos movimentos sociais

O surgimento dos novos movimentos sociais, particularmente na América Latina, trouxe desafios para as Ciências Sociais uma revisão dos conceitos sobre o social pautado pelas ações dos novos sujeitos. Isto resultou em um profundo debate que compreendeu as questões de ordem política, cultural, econômica, ambiental, de gênero, raça e etnia,

influenciadas, principalmente, pelas mudanças ocorridas com o fenômeno da globalização da economia e das transformações nos sistemas de comunicação.

Para Laclau (1986), a inovação dos movimentos sociais está relacionada às questões que ocasionaram a crise nas Ciências Sociais, ou seja, a quebra da centralidade do sujeito, até então visto, como uma unidade que definia os agentes sociais e as formas com que se davam os conflitos entre eles. Foi pelos novos movimentos sociais que se rompeu a unidade do paradigma tradicional das Ciências Sociais. Para este autor, tais conflitos apresentam-se em três tipos:

- a) a determinação da identidade dos agentes, onde se localiza a área de emergência do conflito com a unidade empírico-referencial;
- b) o conflito determinante do significado de cada luta como luta objetiva e,
- c) a redução do espaço da esfera política a um “nível” preciso do social.

No século XIX, a prioridade das relações de produção devia-se a longa jornada de trabalho nas fábricas e ao acesso reduzido dos(as) trabalhadores(as) aos bens de consumo e a uma baixa participação social, consequência dos baixos salários. Já no século XX, o enfraquecimento dos laços, que davam identidade coletiva a estes agentes, resultou em posições autônomas e em articulações mais indeterminadas. Com isto, os conceitos de lutas e classes tornaram-se insuficiente para explicar os novos movimentos sociais.

Ademais, uma das principais inovações provocadas pela crise de paradigmas nas Ciências Sociais é a incorporação da subjetividade e das formações discursivas nos procedimentos científicos. O sujeito passou a ocupar posições distintas no interior da estrutura, substituindo os sujeitos homogêneos por sujeitos plurais, observando-se experiências distintas. Assim, as teorias globalizantes não eram mais suficientes para explicar a realidade - entendida como complexa à medida que os sujeitos heterogêneos reivindicavam a autonomia e o reconhecimento de seus direitos. A crise das estruturas políticas, na década de 1970, e os novos fenômenos sociais redefiniram os conceitos e possibilitaram um repensar das categorias analíticas.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, estas questões resultaram na afirmação de novos sujeitos: mulheres, jovens, gays, lésbicas, transexuais e os povos e comunidades tradicionais (indígenas e não indígenas). Estes e outros sujeitos descentralizados até recentemente eram invisibilizados social e politicamente e não considerados nas políticas públicas.

Para Melucci (1989), as teorias dos anos 1970 deixaram dois problemas sem solução: por serem estruturais, fundavam-se na análise de sistemas capazes de explicar o *porquê*, mas não *como* um movimento se estabeleceria e manteria a sua estrutura. Segundo, os conflitos sociais, apresentados nas pesquisas adotantes da mobilização de recursos, enfatizavam a ação como um mero dado da realidade, desprovidos de significados. Isto é, como hipótese, deixando de lado a forma coletiva e os atores envolvidos.

O problema consiste em compreender o como e o porquê dos diferentes processos manterem-se juntos. Os atores produzem uma ação coletiva porque são capazes de definir para si mesmos o seu campo de ação. Ação coletiva não é um fenômeno empírico unitário. Se existir unidade, esta é um resultado de um processo permanente que envolve articulação, negociação e disputas, não um ponto de partida, mas fato a ser explicado. Os atores “produzem” ações coletivas não lineares, mediante interações, negociações e algumas vezes pela oposição à diferentes orientações, sejam relacionadas aos fins, aos meios ou àquelas articuladas às relações com o ambiente (Melucci, 1990).

De acordo com as abordagens apresentadas por Scherer-Warren (2005) e Melucci (1989, 1990, 1994) é possível caracterizar a Marcha das Margaridas como uma ação coletiva, protagonizada por uma rede de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em parceria com as mulheres urbanas. Ao se localizar no contexto dos novos movimentos sociais do campo, o conceito de ação coletiva contribui para a compreensão da MM a partir de um panorama geral sobre os novos formatos das organizações da sociedade civil.

Enquanto ação coletiva, a MM se expressa como um movimento capaz de construir uma unidade que se traduz em identidade política, mesmo em meio às disputas permanentes. As teorias da ação coletiva, particularmente sobre os novos movimentos sociais, fundamentam-se na ênfase à transformação cultural dos sistemas discriminatórios e de dominação nas relações de gênero, étnicas, etárias, ecológicas que se apropriam de patrimônios históricos e culturais (Scherer-Warren, 2005).

O conceito de ação coletiva é uma referência à análise empírica pertinente a este estudo, posto que trata de resultados de propostas, recursos e limites que se baseiam numa orientação propositiva que se constrói na MM. Para Scherer-Warren, os atores e atrizes coletivos estão organizados em três eixos definidos como fins, meios e ambiente, visualizados como um conjunto de vetores não interligado, mas de tensão mútua. A unidade é representada pela forma organizacional da ação e tal aceitação, ao mesmo tempo

em que pode ser duradoura, é submetida às tensões permanentes. Isto significa que existem tensões contínuas dentro de um mesmo eixo. E cabe aos atores/atrizes coletivos negociarem e renegociarem os diferentes aspectos de suas ações continuamente. A presença das lideranças e as formas organizacionais tornam as ações mais duradouras.

Os aspectos estruturais da sociedade são considerados elementos definidores e característicos de um movimento social. Os fatores conjunturais contribuem para o surgimento dos fenômenos coletivos. Porém, estes fatores não agem isoladamente sem a capacidade de percepção dos atores e atrizes coletivos. Tais fatores influenciam e se integram ao sistema interativo, resultando em negociações sobre o ambiente, os meios e os fins da ação (Melucci, 1990).

A Marcha das Margaridas como produto e processo das relações sociais é uma ação coletiva enquanto um fenômeno empírico, que propicia às suas integrantes um sentimento de coletividade, de pertencimento à medida que resulta de um amplo processo de mobilização e articulação. Este processo tem como ponto de chegada a construção de uma pauta de negociação com os agentes institucionais. Sendo assim, esta ação possui diferentes dimensões analíticas. O caráter coletivo em si lhe atribui uma descrição fenomenológica e sociológica, tendo em vista que as mulheres trabalhadoras rurais compartilham espaços e tempos, comportamentos e características semelhantes, na relação com o modo de vida no campo, das atividades produtivas e com as relações sociais presentes no meio rural.

As mulheres trabalhadoras rurais constroem socialmente suas ações e neste processo de construção e de negociação, os significados atribuídos a tais ações interferem na constituição da identidade coletiva. A identidade não se sobrepõe à pluralidade e à diversidade das mulheres trabalhadoras rurais presentes na Marcha das Margaridas, mesmo que estas congreguem múltiplas formas de expressão representadas pelas próprias mulheres. Para Melucci (1990) a identidade não é considerada no aspecto dinâmico deste processo, porém indica a necessidade de uma identificação do nível, condição preliminar para qualquer cálculo de ganhos e perdas.

A realização de uma ação coletiva implica na criação de relações permeadas pela solidariedade, na presença de conflitos e na transgressão de limites. A solidariedade é representada pela capacidade de reconhecimento e de auto-reconhecimento pelos próprios atores e atrizes e por seus pares como pertencentes a uma mesma unidade social. Já, o

conflito significa a oposição de dois ou mais atores e atrizes disputantes dos mesmos recursos e atribuindo-lhes um sentido valorativo. A ausência de consenso sobre a definição de regras e procedimentos resulta em controle, seja de recursos ou de determinadas situações (*Ibidem*). Além da solidariedade e do conflito existem outros fenômenos pertinentes a este estudo: alianças, disputas, desejos, subjetividades.

O próprio termo “movimento” manifesta tanto ações permanentes relacionadas ao seu legado histórico, quanto a um vazio que lhe atribui uma ambigüidade de sentidos. Originalmente, o termo está associado à tradição mecanicista do pensamento ocidental moderno integrado às filosofias históricas, mediante o progresso e a revolução científica no século XIX. Atualmente, está em declínio juntamente com o paradigma do progresso científico. Isto não inviabiliza o seu uso e sua problematização, porque requer novas reflexões da Sociologia da ação coletiva, na perspectiva de ultrapassar as generalizações empíricas e atualizá-lo, com base nos conceitos analíticos e nos estudos acumulados acerca dos movimentos sociais.

A concepção sobre sociedade civil é oriunda de um conceito clássico da Sociologia Política, cuja tendência atual é abranger o modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, sociedade civil e mercado. Teoricamente, a sociedade civil representa um campo formado por forças heterogêneas, compostas por uma multiplicidade e diversidade de segmentos sociais. O termo se refere, predominantemente, à esfera da defesa da cidadania e às suas formas de organizações voltadas aos valores e interesses públicos. O Estado e o mercado estão voltados, especialmente e, respectivamente, para a racionalização do poder, da regulação e da economia. A sociedade civil será sempre marcada por relações de poder conflituosas e por disputas de hegemonia e de representações sociais e políticas diversas e antagônicas (Scherer-Warren, 2005)

É importante frisar que, a sociedade civil é geralmente mencionada como sinônimo de terceiro setor. Esta ambigüidade é adequada, tendo em vista que a sociedade civil abrange o terceiro setor, porém, mais amplo. Envolve a participação cidadã, enquanto o termo “terceiro setor” é usualmente adotado para designar as organizações formais, sem fins lucrativos e não-governamentais de interesse público.

De acordo com a tipificação sobre a representação da sociedade civil proposta por Scherer-Warrer, uma das formas existentes é a aquela com pouca ou sem institucionalidade. Algumas organizações possuem registros legais e certificações. Outras

possuem apenas normas e procedimentos internos que disciplinam o cotidiano de atuação do associativismo civil. Neste caso, as ações se destacam pelas formas de protestos com maior repercussão do caráter social, conjuntural e de mobilização na esfera pública. A mobilização na esfera pública resulta da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, que se caracterizam por ultrapassar essa configuração, ao realizarem amplas manifestações públicas, no intuito de dar visibilidade e efeitos simbólicos na mídia.

Os efeitos destas ações proporcionam um sentido pedagógico para a ação, além de maiores competências aos seus manifestantes para obter a adesão de simpatizantes e chamar a atenção da sociedade. Representa, ainda, uma forma de pressão política das mais expressivas que ocorrem no espaço público contemporâneo, como é o caso, no Brasil, da Marcha Nacional pela Reforma Agrária e do Grito do Excluídos, promovidas por organizações sociais nacionais e transnacionais como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CONTAG e Via Campesina. Scherer-Warrer acrescenta, ainda, que a Parada do Orgulho Gay, que engloba as redes nacionais ABGLT; a Marcha da Reforma Urbana, a Plataforma Brasileira de Ação Global contra a Pobreza; as Marchas Zumbi + 10 e a Marcha Mundial de Mulheres. Neste contexto acrescento a Marcha das Margaridas que, também é composta por redes de movimentos e apresenta as características dos novos movimentos sociais.

Quanto ao nível de captação de recursos materiais para sustentação e organicidade, geralmente, as organizações contam com apoio financeiro de agências não governamentais, nacionais e/ou internacional, e ainda com parcerias governamentais, através de projetos, convênios e apoios a outras ações mais pontuais. Existem também contribuições voluntárias de cidadãos e cidadãs. Todo esse processo de articulação, em torno dos novos movimentos sociais, constitui-se em *redes de movimentos sociais* que reúnem sujeitos coletivos identificados com base em valores, objetivos e projetos comuns, os quais definem os atores e situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

Para Scherer-Warrer (2005), em sentido mais amplo o movimento social é constituído com base numa identidade ou identificação de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num processo permanente de construção que resulta de múltiplas articulações.

Por sua vez Melucci (1990), apresenta três dimensões nos novos movimentos

sociais: a solidariedade, os conflitos e a quebra de limites da compatibilidade de um sistema no qual os atores e atrizes se inserem. Para tanto, é necessário levar em conta a sua atuação em rede. De acordo com Castells (1999), numa sociedade em rede, tais movimentos são caracterizados pela existência de um associativismo local ou redes locais setorializadas, como é o caso de ecologistas, feministas, movimentos étnicos, de juventude, e ainda os sindicatos rurais ligados ao sistema CONTAG, cujas redes e organizações locais mantêm relação com redes regionais, nacionais e internacionais.

São situações típicas de sociedades globalizadas e multiculturais, como a sociedade brasileira, onde há tendência dos sujeitos coletivos se manifestarem com identidades plurais.

A atuação em rede indica uma nova forma de fazer militância. Entretanto, a militância “tradicional” ou presencial mantém-se no meio rural, onde a infra-estrutura e as dificuldades de acesso à Internet inviabilizam a atuação virtual. Além disso, os encontros presenciais fazem parte dos modos de vida das(os) trabalhadoras(es) rurais. A nova militância significa uma nova forma de ser sujeito, ator e atrizes, pois nos dias de hoje o ativismo tende a ser voltado para os grupos mais excluídos e mais discriminados. Diante disso, a clássica divisão das ONGs em produtoras de conhecimento (*thinks tinkers*), ativistas ou cidadãs e prestadoras de serviços ou de caridade cada vez mais caminha para a junção destas formas de atuação e a assumem compromissos em prol da construção de valores democráticos (Scherer-Warren, 2005).

Exemplo de atuação pautada no ativismo e na construção de valores democráticos pode ser percebido na participação de representantes das trabalhadoras rurais em fóruns e/ou canais de participação e diálogo social, tais como o CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – os movimentos de mulheres rurais tem assento como titulares (CONTAG e MMC) e, ainda no Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia composto pela CONTAG, MMTR-NE, MIQCB, FETRAF, MMC e CNS. Além destes, os movimentos de mulheres participam de outras institucionalidades²⁰.

A construção de novos valores democráticos passa pela inclusão social e pelo empoderamento, no sentido de participação e protagonismo da sociedade civil, como

²⁰ Alguns espaços de diálogo com representação dos movimentos de mulheres foram identificados: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Fórum da Previdência, Fórum de Combate à Violência Contra a Mulher; Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), Rede de Agroecologia. Em outros espaços, as mulheres são representadas pelas organizações nas quais se inserem.

forma de reivindicar os direitos civis, políticos, sociais, socioeconômicos, ambientais e culturais, implicando no reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e políticos e o pluralismo de suas idéias. Sendo assim, a promoção da democracia deve partir dos próprios mecanismos de participação existentes nas organizações para que possam se estender aos outros espaços da esfera pública e serem capazes de criar novas formas de governança.

Os sistemas de relações sociais podem ser muitos e variados, principalmente a quebra das fronteiras, da compatibilidade que força o sistema a ir além das variações que sua estrutura pode comportar. O campo da ação coletiva empírica indica mais uma série de sistemas de ação do que a expressão de um “sujeito”. Para analisar essa pluralidade é preciso reconhecer que os atores jogam simultaneamente diferentes jogos (Melucci, 1990). No caso brasileiro, uma das tensões presentes nos movimentos sociais, de um modo geral - sejam estes caracterizados como rurais ou urbanos - é a problemática da legitimidade entre as esferas de mediação e o Estado. De um lado, há uma forte tendência a buscar autonomia em relação ao Estado, como agentes de pressão autônoma da sociedade civil e, por outro lado, há a concepção de participar com e através do Estado, por meio da formulação e implementação de políticas públicas. Isto pode ser observado nos discursos dos movimentos sociais do campo. Estas formas de atuação estão relacionadas a processos históricos como pode ser visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO III:

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS MARGARIDAS

Este capítulo contém uma breve análise descritiva sobre os movimentos sociais rurais, ressaltando alguns aspectos históricos e sociológicos para possibilitar a compreensão do contexto no qual surge a Marcha das Margaridas. Apresento ainda, um retrato das desigualdades de gênero no campo, sob o título *Os lugares de fala das margaridas: anos 1990 e 2000*, denunciadas na Marcha das Margaridas. Apesar deste estudo não ter o objetivo de realizar uma densa historiografia das mulheres rurais nos movimentos sociais rurais, denunciar suas ausências é uma estratégia de torná-las visíveis. Assim, para reafirmar as mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos históricos e políticos, menciono duas mulheres precursoras das lutas sociais do campo: Margarida Alves e Elizabeth Teixeira. Estas trabalhadoras rurais representam aqui milhares de mulheres que dedicaram suas vidas à construção coletiva das lutas sociais. As marcas de gênero presentes na vida de Elizabeth e de Margarida revelam que é possível escrever uma outra História e construir um olhar sociológico sem apagar a presença das mulheres.

3.1 Os antecedentes históricos

Ao mencionar os antecedentes históricos, apoio-me em um dos estudos que é referencial para a Sociologia Rural - *A história dos movimentos sociais do campo*, de Leonilde Medeiros (1989). A obra compreende o período de 1945 a 1980, demarcado pela criação das Ligas Camponesas, na década de 1950 e a crescente formação dos movimentos sociais rurais na década de 1980. A partir das questões abordadas por Medeiros (1989), acrescento questões presentes nas novas abordagens sobre o Brasil rural, subsidiadas por Favareto (2007), Schneider (2004), Teixeira (1998), Wanderley (1994) e outros(as).

A industrialização brasileira firma-se no início do século XX, na década de 30. Potencializou-se com o apoio do Estado e ganhou dinâmica própria nos anos 1950. Resultados disso são intensa urbanização e a constituição de novos grupos sociais e, conseqüentemente, novos interesses e necessidades. A agricultura pouco modernizada, era voltada para exportação e não indicava sinais de produtividade. A base da produção de alimentos era realizada por pequenos(as) agricultores(as), assim tornando-se insuficiente

para atender a demanda provocada pelo crescimento das cidades.

Do ponto de vista político e organizativo, a burguesia industrial e as oligarquias agrárias ampliaram suas representações no Congresso Nacional o que ampliou os privilégios políticos, principalmente no controle e na defesa da propriedade da terra. Prova dessa força foi o impedimento da extensão dos direitos sociais e trabalhistas e o direito à sindicalização dos trabalhadores(as) do campo até 1963.

O processo de organização dos(as) trabalhadores(as) rurais é marcado pelo surgimento das Ligas Camponesas, em 1950, tendo as primeiras identificadas nos Estados de Goiás e Minas Gerais, respectivamente no Orizona e no Triângulo Mineiro. Entretanto, as mais conhecidas estão situadas em Pernambuco e na Paraíba, devido às suas intensas mobilizações e denúncias acerca da repressão dos proprietários e por representar vitórias importantes para os(as) trabalhadores(as) rurais. Em contrapartida, seus líderes sofreram vários tipos de violência, incluindo perseguições e assassinatos, como foi o caso de Francisco Julião em Pernambuco, posteriormente, o assassinato de João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé, na Paraíba, e as duras conseqüências na vida de Elizabeth Teixeira, retratada neste estudo.

As Ligas Camponesas tiveram papel importante ao denunciar as situações de violências que enfrentavam os(as) trabalhadores(as) do e no campo e ao pautar o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária. Na década de 60, há registros do acontecimento do Congresso Camponês (1961) em Belo Horizonte, num período de instabilidade político-institucional, devido à renúncia de Jânio Quadros. Segundo Medeiros (1989), este Congresso foi marcado por intensas disputas em torno da questão agrária sendo vencedora a proposta de reforma agrária radical, sob o lema “na lei ou na marra”. A partir da repercussão deste Congresso, a categoria “camponês” passou a ter reconhecimento social representando a resistência dos(as) trabalhadores(as) do campo contra o monopólio da terra e da exploração.

Com o surgimento das Ligas, os(as) trabalhadores(as) assumiram o protagonismo no campo e fundaram sindicatos e outras organizações locais. As inúmeras ações ocorridas no campo contaram com o apoio e influência de setores de partidos de esquerda, a exemplo do PCB e de setores da Igreja Católica, tais como o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Ação Popular (AP), orientados pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

As tensões e conflitos no campo levaram-no a sofrer uma intervenção do Estado, por meio da criação de várias medidas para conter as mobilizações crescentes, a exemplo da regulamentação da sindicalização rural, atrelada ao Ministério do Trabalho, em 1962, e seus desdobramentos decorrentes das imposições legais. No ano seguinte, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo direitos conquistados pelos (as) trabalhadores (as) urbanos, tais como: salário mínimo, férias remuneradas, registro na carteira de trabalho, licença maternidade e outros. No caso da licença maternidade, as trabalhadoras rurais realizaram muitas mobilizações para assegurar esse direito.

Outra medida do Estado, para conter as crescentes mobilizações no campo e intervir na estrutura fundiária na década de 1960, foi a criação da primeira institucionalidade: a Superintendência de Política de Reforma Agrária²¹ - SUPRA. Todavia, as medidas concretas foram emperradas no Congresso Nacional pelos representantes dos latifundiários. Nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram criadas algumas medidas voltadas para amenizar os conflitos. Em São Paulo, o governador Carvalho Pinto criou em 1959, um Plano de Revisão Agrária, com o objetivo de apoiar alterações na estrutura fundiária, por meio de um novo formato de Imposto Territorial Rural: o objetivo da proposta era fortalecer a classe média rural.

No Rio Grande do Sul, o governador Brizola apoiou os acampamentos de trabalhadores(as) sem terra. Foi neste Estado que surgiu um dos primeiros acampamentos realizados por trabalhadores(as) sem terra no Brasil, no Município de Sarandi, numa área desapropriada pelo Governo Estadual. Uma das protagonistas da história desta ocupação é a agricultora Roseli, que faleceu em 1987, atropelada por um veículo na estrada, sob suspeita de ter sido encomendado por latifundiários²².

A ditadura militar no Brasil explicitou a ausência e a incapacidade do Estado de formular e propor políticas públicas para o campo, capazes de equacionar o aprofundamento das desigualdades, favorecendo setores médios, principalmente da indústria. Isto resultou no enfrentamento dos(as) trabalhadores(as) rurais e urbanos frente ao Estado e aos agentes financeiros que determinavam (e, ainda, determinam) as regras do jogo. Posteriormente, a criação de aparatos legais e de organismos específicos foram importantes porque refletiram na presença do Estado diante dos conflitos existentes no

²¹ Em 1966 foi criado o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, posteriormente Ministério dos Assuntos Fundiários, atual Ministério do Desenvolvimento Agrário.

²² A trajetória da luta pela terra no Rio Grande do Sul é retratada no filme *Terra para Rose*, dirigido por Tetê Moraes.

campo²³.

O primeiro governo militar expressou duas faces contraditórias: a criação do Estatuto da Terra em 1964, resultante de pressões de diversos segmentos da sociedade, setores nacionalistas, Igreja Católica, organizações políticas partidárias e movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que aconteciam as violentas repressões contra as organizações sociais do campo fechavam-se as Ligas Camponesas, os sindicatos e exilavam as lideranças políticas.

No interior das organizações do campo havia disputas relacionadas à concepção sobre o caráter da reforma agrária e o sentido da “revolução brasileira”, envolvendo comunistas e lideranças das Ligas. Para os comunistas, a reforma agrária seria uma etapa necessária à revolução mediante a formação de aliança com setores industriais numa frente única, além da adoção de medidas parciais. Já os(as) camponeses(as) liderados(as) por Francisco Julião consideravam o campesinato como a principal força política contrária às alianças com a burguesia, principalmente a latifundiária, argumentando que as medidas parciais eram desnecessárias. Estas duas posições foram alvo das disputas no Congresso Camponês de Belo Horizonte, citado anteriormente.

Possivelmente, estas disputas de concepção ainda estão presentes nos movimentos sociais do campo, somando-se às novas questões como a da autonomia em relação ao Estado. São questões que interferem na dinâmica dos movimentos, nas suas formas de atuação e, concretamente, nas disputas por bases sociais, como pode ser observado na atuação entre as três principais organizações nacionais de representação dos(as) trabalhadores(as) rurais e camponeses(as): CONTAG, MST e FETRAF.

As organizações dos(as) trabalhadores(as) rurais surgem em contextos contraditórios e conflituosos, envolvendo a luta pelo acesso à terra, materializada na bandeira da reforma agrária. A fundação da CONTAG (1963) ocorreu em meio às experiências das organizações sindicais e das disputas pelo controle dessas organizações, apesar de já existirem tentativas anteriores de criação de uma federação nacional²⁴. Em 1964, esta instituição sofreu intervenção da ditadura militar, assim como as diversas organizações sindicais, estudantis e partidárias e outras de caráter político-sociais.

²³ Um dos fatos que demonstrou o acirramento desse conflito foi a assinatura de um decreto pelo então presidente João Goulart, em 1964, de desapropriação de terras localizadas nas proximidades de rodovias e ferrovias. Muitos estudiosos (as) atribuem a este episódio o motivo para antecipação do golpe militar dias depois.

²⁴ Cf. CONTAG. **CONTAG 40 anos**. Publicação comemorativa ao 40º aniversário.

Após o período de intervenção militar, os movimentos sociais começaram a se reestruturar. Nesse período, o sindicalismo rural passou a ser reorganizado e a expandir após enfrentar os interventores nos Estados. Os sindicatos rurais (STR's) tiveram como principal tarefa divulgar os direitos dos/as trabalhadores/as, dentre eles a previdência social instituída em 1963, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural. Estas ações foram importantes no processo de reconhecimento dos STR's como instituições representativas dos(as) trabalhadores(as) e reforçou a mobilização das suas bases. Para Medeiros (1989), o ponto de partida, que passou a orientar a CONTAG, era o de que os direitos existiam, mas não eram respeitados e o referencial legal era o Estatuto do Trabalhador Rural. Era este instrumento que regulava as relações entre capital e trabalho. O Estatuto da Terra disciplinava as relações entre proprietários de terra, arrendatários e parceiros nas condições passíveis de reforma agrária.

O direito à previdência só foi efetivado quatro anos depois restrito à assistência médico-social, por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O papel dos sindicatos, como órgão receptor de políticas assistenciais, acabou reforçando o assistencialismo, contrapondo-se à sua representação política. A difícil situação de pobreza rural levava a maioria dos (as) agricultores (as) a buscar no sindicato o atendimento de suas necessidades imediatas, principalmente provocadas pela ausência do Estado.

Um olhar atento para este período, marcado pela ação assistencialista de muitos sindicatos rurais, revela a divisão sexual de papéis. As diretorias, amplamente ocupadas pelos homens, eram responsáveis pela gestão das ações, enquanto cabia às mulheres a função de auxiliares (secretárias, auxiliares de dentistas), ou seja, eram as responsáveis pelas ações assistenciais. As mulheres não podiam se associar. Eram dependentes dos pais ou esposos. Por estas “brechas”, entraram nos sindicatos e, gradativamente, foram ocupando outros espaços, desestabilizando assim, papéis construídos historicamente e culturalmente.

Carmem (2006), atual Coordenadora de Mulheres da CONTAG, relatou que a sua entrada no sindicato rural se deu por intermédio de seu pai, no final de 1987 e início de 1988, pretendendo-lhe arrumar um emprego. Na época, Carmem acabara de concluir o segundo grau²⁵, em Belém (Pará) e havia trabalhado em um programa de alfabetização. A sua habilidade na escrita rendia-lhe elogios e a letra bonita possibilitou que ela colaborasse

²⁵ Atualmente o ensino médio, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 20/12/1996.

com a elaboração das atas nas reuniões do sindicato. O acompanhamento das reuniões de base resultou na sua inserção no sindicato e na suplência da diretoria em 1992. Assim como muitas mulheres trabalhadoras rurais, Carmem foi a primeira mulher a compor a direção do sindicato, tornando-se em seguida a presidente.

O acirramento das contradições do capitalismo dependente e monopolista, em meados do século passado, somado ao endurecimento do regime autoritário nas décadas de 60 e 70, resultaram em novas formas de intervenção. A violência no campo e a expulsão dos (as) trabalhadores (as) rurais cresciam paralelamente provocando conflitos com os latifundiários fomentados pela inabilidade do Estado na condução dos conflitos. Os Governos militares não conseguiram avançar na implementação do Estatuto da Terra que previa a alteração da estrutura fundiária. Apesar dos limites conjunturais impostos, o Estatuto da Terra respaldou algumas conquistas a favor dos (as) trabalhadores (as) via medidas na justiça. Embora, a maioria dos representantes dos sistemas judiciário e legislativo darem sinais de comprometimento com os interesses dos proprietários.

As greves do ABC em São Paulo 1978, aliadas às lutas pela anistia forçavam o Governo Militar a uma abertura democrático. Foi nesse contexto que aconteceu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979. As novas demandas apresentadas pelo sindicalismo rural ficaram por conta da proposta de criação de uma central sindical, pautada num sindicalismo livre e com participação dos(as) trabalhadores(as). Processo que resultou na aliança entre o sindicalismo rural e o urbano, dando maior visibilidade à reforma agrária.

O III Congresso trouxe duas mudanças significativas para o movimento sindical rural: no discurso e nas estratégias de atuação. Mudanças que ultrapassaram os atos jurídicos e administrativos de defesa de direitos, pois eram pautados na forte pressão política, principalmente no cumprimento da legislação. Dava-se ênfase às ações coletivas como forma de pressão e resistência, questões que marcaram e revalorizaram as experiências sindicais.

A aproximação dos movimentos sociais rurais e urbanos, respeitando suas características distintas, contribuíram para a politização das questões do cotidiano, contextualizadas pela pressão decorrente da crise do capitalismo, interferiram na sua forma de organização. A intensa mobilização deu visibilidade aos problemas enfrentados no campo. Os movimentos sociais rurais politizam o debate sobre as contradições existentes

na sociedade brasileira e transformam suas necessidades em direitos fundamentais como: o acesso à terra, à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer entre outros. Questões que evidenciaram a crise do regime militar no Brasil, provocado por crises econômicas e pelo fortalecimento de setores oposicionistas no interior da burguesia ao regime.

Vários outros elementos conjunturais podem ser apontados nesse período, tais como: a volta dos (as) exilados(as) políticos, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, as conseqüentes greves nas cidades e no campo, as reivindicações por melhores preços dos produtos agrícolas, a luta pela terra. Um conjunto de fatores que culminaram com a abertura “lenta e gradual” e levou à transição negociada representada na eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

A crítica à estrutura sindical centralizada ganhou amplitude no debate sobre o papel do movimento sindical na sociedade e sua relação com a base, proporcionado por um conjunto de idéias divergentes advindas de diferentes correntes organizadas no interior do movimento sindical. Resultados desse processo foi a criação de duas centrais sindicais: a CUT e a CGT. Ao recuperar os espaços políticos, os (as) trabalhadores (as) rurais também experimentaram novas formas de lutas, como a greve dos (as) canavieiros (as) ocorrida em Pernambuco (1979) mais precisamente na Zona da Mata. Esta mobilização reuniu mais de vinte mil trabalhadores (as). Foi noticiada pela imprensa e chamou a atenção da sociedade brasileira. Apesar de sua amplitude, o mérito desta mobilização foi a sua organização nos parâmetros da lei de greve. Este movimento inspirou outras greves que se multiplicaram em Pernambuco e em outros Estados ²⁶.

As crescentes mobilizações no campo e nas cidades davam sinais de revigoramentos dos movimentos sociais e da inabilidade do Estado diante das reivindicações. A ação do Governo Federal caracterizava-se pela forte presença da polícia, por meio do uso da violência física para reprimir as manifestações. Essa reação do Estado foi denominada pelo sociólogo José de Souza Martins, como “militarização da questão agrária”. Os conflitos envolviam posseiros, grileiros, rendeiros e foreiros, além dos proprietários de terra e beneficiários de grandes licitações, como na região Norte onde prevaleceu a presença de grandes empresas agropecuárias.

O grau de violência foi intenso. Um grande número de assassinatos registrados e

²⁶ A violência sofrida pelos(as) trabalhadores(as) nesse período foi retratada no documentário do cineasta Murilo Santos “Quem matou Elias Zi?” sobre o assassinato do líder camponês Elias Zi Costa Lima, o Zizi, em 1982, na região do Vale do Pindaré, Maranhão. Fonte: Medeiros, Leonilde Sérvo. Id. Ibidem.

denunciados pela imprensa, pelos órgãos legislativos, pelas organizações dos(as) trabalhadores(as), principalmente nos relatórios da CPT. A intensificação do foco da luta passou a ser a permanência na terra e isso fortaleceu antigos personagens, como os posseiros e grileiros. Também fez surgir novos atores e atrizes no processo de luta pela terra, como é o caso dos/as seringueiros/as na região Norte e dos(as) atingidos(as) por barragens, inicialmente na região Nordeste, depois na região Sul .

Na década de 80, a nova categoria social são os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra. Surgem como decorrência do processo de modernização da agricultura e da intensificação do caráter empresarial das grandes propriedades, apoiados pelos recursos públicos. As intensas mobilizações ocorridas, primeiramente na região Sul, levaram a criação, em 1979, do Movimento dos Agricultores do Oeste de Santa Catarina, e posteriormente, do Movimento dos Sem Terra (MST) em 1982.

Na Nova República, dois acontecimentos marcaram as lutas do campo: o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG, em 1984; e o I Congresso do Movimento Sem Terra em 1985. As principais questões apresentadas como propostas pela CONTAG foram: a lei de greves, a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, a revisão da política agrícola do Governo Federal, o apoio efetivo à pequena produção e uma política voltada para os (as) atingidos (as) por barragens.

O Congresso dos Sem Terra, cujo lema era “*Terra não se ganha, se conquista*” deu o tom do seu posicionamento frente à Nova República. Suas propostas incluíam a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a desapropriação de terras em áreas com até 500 hectares, a distribuição das terras em poder dos Estados e da União, a expropriação de terras das multinacionais, a extinção do Estatuto da Terra e a criação de novas leis com a participação dos (as) trabalhadores (as).

Questões divergentes entre estes dois movimentos, desde a década de 80, dizem respeito ao tema da reforma agrária sobre o reconhecimento ou não do Estatuto da Terra. De um lado estavam as correntes ligadas ao MST e à CUT que defendiam a recusa deste Estatuto, por considerar que a reforma agrária resultava da ação e resistência dos trabalhadores (as) contra o latifúndio, empresas, órgãos governamentais e contra as barragens. De outro lado, os(as) sindicalistas orientados(as) pela CONTAG defendiam o Estatuto da Terra como instrumento inicial para a reforma agrária, pois através deste era possível fazer desapropriações e os(as) trabalhadores(as) não deveriam abrir mão de um

instrumento legal.

Outros dois pontos de divergências, entre estas duas organizações sociais, têm implicações com a representação e o caráter das organizações sindicais. “O que estava em jogo naquela discussão não era só uma democratização formal, mas, principalmente, a possibilidade de ocupação de espaços por setores considerados mais ‘combativos’ do sindicalismo” (Medeiros, 1989).

Do ponto de vista da ação do Estado, algumas iniciativas no Governo Sarney sinalizavam para mudanças no tratamento das questões agrárias, inclusive para escolha dos titulares para as pastas do então Ministério da Reforma Agrária e do INCRA²⁷. A tarefa central da elaboração da proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA - , representava um rompimento com a política agrária dos governos anteriores e na credibilidade para os (as) trabalhadores (as) rurais, na perspectiva de atendimento de suas demandas históricas.

A constituição de novos atores e atrizes, a partir da década de 80, resultou em algumas propostas e/ou conquistas, tais como: a criação de reservas extrativistas, o reconhecimento das áreas de floresta ocupadas pelos (as) seringueiros (as), castanheiros (as) e outros (as) em áreas de domínio público incentivando a criação de cooperativas e associações. Dentre os novos atores e atrizes localizam-se as mulheres rurais brasileiras - presentes no processo histórico das lutas sociais do campo, desde a resistência à escravidão - posseiras, assalariadas rurais, principalmente as cortadeiras de cana e outras. No entanto, foi a partir dos anos 1980 que estas passaram a se organizar em movimentos específicos, de sindicalismo rural e, em momentos seguintes em vários movimentos sociais que tem a reforma agrária como bandeira. No final desta década, têm-se uma intensa participação das mulheres nos sindicatos rurais, no Movimento dos Sem Terra (MST), nas organizações presentes na região Amazônica, que aglutinam as seringueiras e outras mulheres extrativistas²⁸.

A Constituição de 1988, sem dúvida foi um marco significativo para as trabalhadoras rurais, para os diversos sujeitos até então invisíveis das políticas públicas:

²⁷ Estes dois nomes inspiravam confiança das organizações dos/as trabalhadores: Nelson Ribeiro era advogado paraense e José Gomes da Silva, um dos elaboradores do Estatuto da Terra e fundador da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e defensor com afinco da reforma agrária.

²⁸ Importante observar que, além das dirigentes do sindicalismo rural da CONTAG mencionadas neste estudo a FETRAF elegeu em 2006 uma mulher como Coordenadora Nacional; Elisângela Araújo; o MST também possui várias mulheres lideranças e o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) também tem como coordenadora uma mulher.

negras e negros, homossexuais, idosos (as), portadores de deficiência, indígenas, povos e comunidades tradicionais. As questões mais importantes pautadas pelas trabalhadoras rurais serão mencionadas no próximo item sobre os anos 1990 e no Capítulo IV.

Para alguns sociólogos, como Abramovay (1992), a partir dos anos 1990 ressurgiu um novo sujeito coletivo no meio rural: “os agricultores[*sic*] familiares”. Para este mesmo autor tal personagem não possui relação com os camponeses tradicionais, configurando-se então como “profissionais modernos” totalmente integrados às economias de mercado e demais relações sociais. No entanto, a socióloga Nazaré Wanderley afirma que, a agricultura familiar não é uma categoria social recente. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos no Brasil, assume nova forma (Wanderley, 1994).

Em estudo recente, a pesquisadora Vanessa Teixeira, afirma que a designação agricultura familiar está longe de ter unanimidade, pois abarca uma série de categorias, tais como: produtores de subsistência, produtor familiar “eficiente”, empresa familiar, *pequeno produtor familiar*, *produtor[sic]* pluriativo. Ao fazer um levantamento teórico sobre os estudos que abrangem do *camponês ao agricultor familiar*, a autora apoiou-se em vários estudiosos que abordam concepções que compreendem o campesinato e as novas tendências sobre pluriatividade nas ruralidades (Veiga, 1996; Bergamasco & Wanderley, 1995; Martins, 1983; Heredia, 1979; Woortmann, E., 1995; Woortmann, K., 1990 e outros).

Neste sentido, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural de forma sustentável fomentadoras da agricultura familiar, apesar de todas as contradições presentes na sociedade e no Estado Brasileiro, demonstram a viabilidade econômica e social de um modelo caracterizado como não-patronal, não-latifundiário, não-predatório e não-excludente.

Assim, os contextos da década de 90 até o momento atual são revelados pelos aspectos conjunturais. Estes são apresentados nas pautas e nos discursos da MM por agrupar denúncias de desigualdades de gênero e por apresentar propostas para superá-las. Antes, darei destaque às duas precursoras das lutas das mulheres trabalhadoras rurais, que, em contextos distintos dedicaram-se às lutas sociais do campo para evidenciar a atualidade de tais lutas.

3.2 As precursoras

Um olhar sobre a perspectiva de inclusão das mulheres na Historiografia brasileira, certamente localizaria uma grande parcela de trabalhadoras rurais inseridas nas lutas sociais do campo. Deste modo, a referência à Elizabeth Teixeira e à Margarida Alves traduz-se no reconhecimento ao significado de suas lutas para o fortalecimento dos/as trabalhadores(as) rurais. Assim, como estas duas mulheres, existem milhares de trabalhadoras rurais, espalhadas por este País, que resistem às diversas formas de opressão e de violência, seja em movimentos ou em outra forma de agir conscientemente.

A visibilidade das mulheres na História dos movimentos sociais, segundo Bandeira (2007), pressupõe que a Elizabeth seja conhecida por fazer parte da luta travada pelos movimentos sociais e pelo seu engajamento no movimento de trabalhadores rurais. Como uma forma de recolocar as mulheres na História e demonstrar como as mulheres são omitidas com maior frequência nos registros históricos. A menção de Elizabeth Teixeira e de Margarida Alves é pelo significado que estas mulheres representam no fortalecimento das lutas empreendidas pelas margaridas de hoje.

3. 3.1 Elizabeth Teixeira

Elizabeth Teixeira foi uma das primeiras mulheres a se destacar na defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais que, assim como ela, lutaram e lutam arduamente contra as mais diversas formas de opressão: são as Marias, as Beneditas, as Chicas, as Raimundas, as Joaquinas, as Sebastianas... mulheres no plural, porém singulares.

A história de Elizabeth Teixeira inspirou o filme *Cabra marcado para Morrer*, produzido pelo cineasta Eduardo Coutinho em 1984. Após 17 anos de iniciadas, as filmagens foram interrompidas por agentes policiais da ditadura militar. Recentemente sua história foi abordada no artigo de Bandeira (2007), intitulado *Maternidade e Cidadania: uma mulher marcada para (sobre) viver*, com depoimentos inéditos, baseados em narrativas da própria Elizabeth.

O nome de Elizabeth apresenta-se como sinônimo de ruptura e quebra de padrões sociais impostos às mulheres do meio rural de sua época. Seu nome confunde-se com a história das Ligas Camponesas e atrela-se ao nome de João Pedro Teixeira, líder camponês de quem ficou viúva. Elizabeth e João Pedro integraram a primeira Liga de Sapé, na Paraíba, próxima a João Pessoa.

Filha de um pequeno proprietário de terra e comerciante da região, Elizabeth casou-

se com João Pedro, filho de um foreiro que morava num sítio próximo ao Município de Guarabira/PB. A informação, que circulava em Sapé e nas circunvizinhanças, sobre o pai de João Pedro era que ele havia fugido para a Amazônia, após conflitos com os donos da terra onde trabalhava. Ele trabalhava na Usina Santa Helena, de propriedade da família Ribeiro Coutinho. Nesse local freqüentado pelos(as) trabalhadores(as) o jovem conheceu Elizabeth que trabalhava na mercearia da família.

De acordo com os padrões da época, o namoro se dava pelos olhares. Ao desconfiar de uma provável aproximação entre a jovem e João Pedro, o pai de Elizabeth interferiu para que o rapaz não freqüentasse mais o local. A reação de João Pedro foi enfrentar o pai de Elizabeth. A maior objeção do pai de Elizabeth a João Pedro era devido ao preconceito de classe e de raça porque ele atribuía ao moço a pejoração por ser um “preto”, pobre e sem estudo. Após um período de troca de cartas escondidas e diante do afeto que crescia, os dois resolveram fugir para se casar. Esta fuga representou uma ruptura com a família e os desdobramentos disso, foram marcados por sofrimentos, isolamento e violência, principalmente pela distância e proibições.

Em 1944, nasceu Marluce, a primeira filha do casal. No ano seguinte, foram morar em Recife-PE onde permaneceram por nove anos. João Pedro trabalhava como pedreiro em Pernambuco e Elizabeth o ensinou a ler e a escrever. Nesse mesmo ano, nasceu Abraão, o segundo filho. Em Recife, João Pedro teve contato com as organizações sindicais nas quais começou a participar. Conseqüentemente, encontrou dificuldades para conseguir emprego. De 1950 a 1952, Elizabeth teve mais 3 filhos: Isaac, Paulo e João Eudes. Apesar de não se envolver mais diretamente com as organizações sindicais, Elizabeth cumpria a tarefa de entregar os jornais aos operários e se empregou numa mercearia.

Em 1954, sem alternativas de sobrevivência em Recife, o casal aceitou a oferta do pai de Elizabeth e voltou para Sapé - PB para morar num lote que haviam adquirido. Além de cultivar o lote e desenvolver atividades no roçado, João Pedro voltou a trabalhar novamente na pedreira. O contato com as Ligas Camponesas em Pernambuco o levou a tentar criar em 1956 uma associação de trabalhadores (as) rurais em Sapé, em 1956. Essa tentativa fez com que os proprietários espalhassem o medo dos comunistas, acarretando mais uma vez em dificuldades para trabalhar. Com isso, João Pedro foi trabalhar no Rio de Janeiro onde permaneceu por oito meses.

De volta ao sítio em 1958, João Pedro encontrou uma conjuntura favorável à

criação da Liga de Sapé assim como ocorreu em outros Municípios e regiões da Paraíba e de Pernambuco. A Liga de Sapé contou com apoio de muitas autoridades partidárias, da Igreja Católica e de alguns juristas. Defendia os direitos dos(as) trabalhadores(as) e desenvolvia trabalho de assistência social. Os proprietários da região perceberam a influência e a liderança de João Pedro na organização dos(as) trabalhadores(as) e pressionaram seu sogro a vender o sítio onde o casal morava, para afastá-lo da região. Como o sítio foi vendido para um político local, João Pedro resistiu ao despejo, entrando com uma ação na Justiça. Isso o levou à sucessivas pressões, perseguições que culminou com a sua morte numa emboscada em 1962. O próprio sogro de João Pedro foi acusado de participar do plano de assassinato levando Elizabeth a uma ruptura com a família. Segundo Elizabeth, em entrevista especial realizada pela Folha de São Paulo, em 1997²⁹, a reunião que tramou a morte do seu marido foi realizada na casa do seu próprio pai.

Como se não bastasse, a ditadura militar transformou a vida de Elizabeth numa verdadeira tragédia e foi, também, responsável por muitas atrocidades em sua vida. Depois de ficar presa por quatro meses na Paraíba, Elizabeth exilou-se em seu próprio país, separando-se dos seus filhos por 17 anos na pequena cidade de São Rafael, no Rio Grande do Norte, com outra identidade. Durante o exílio, a família a tinha como morta. Espalhavam-se vários boatos pela cidade e região de que ela teria se rendido a proprietários em troca de uma vida melhor. No período do exílio, Elizabeth trabalhou como doméstica, agricultora e professora, sendo reencontrada pelo cineasta, por intermédio de um de seus filhos.

A morte de João Pedro tornou-se um juramento para Elizabeth que junto ao corpo do marido prometeu continuar sua luta a qualquer custo. Diante da dor, revolta e de muita solidariedade em prol das lutas camponesas, Elizabeth encarou a luta e alguns desafios, como por exemplo, o aceite do convite do Presidente Cubano Fidel Castro, para que um de seus filhos fosse estudar naquele país. Anos depois ela também visitou Cuba (Bandeira, 2007)

Elizabeth enfrentou as lutas no campo à frente da Liga de Sapé. Em 1962, foi eleita Presidenta da liga, quebrando os padrões de uma época.

As reações dos proprietários eram de diversas ordens e formas, desde alguns

²⁹ A entrevista integra uma matéria especial feita pela jornalista Marilene Felinto para o Jornal Folha de São Paulo. Na ocasião, Elizabeth Teixeira encontrou-se com Diolinda Alves, à época esposa do líder do MST, José Rainha Júnior, em atividade com mulheres assentadas no Pontal do Paranapanema, São Paulo.

poucos que faziam acordos até os que amedrontavam os trabalhadores, queimavam suas casas e deixavam as famílias sem bens materiais e sem lugar para morar. Elizabeth enfrentou o medo, sobreviveu à violência, às separações físicas que deram cortes frontais nos laços afetivos. Em 1962, candidatou-se a deputada estadual orientada pelos companheiros à tentar escapar das ameaças de morte e outras formas de perseguição.

No dia do golpe de 1964, Elizabeth participava, no Engenho Galiléia-Pernambuco, das filmagens do filme no qual seria a própria personagem. Como não podia fugir para Sapé, refugiou-se na casa de amigos em Jaboatão (Pernambuco) onde permaneceu refugiada por dois meses, escondendo-se de casa em casa para depois entregar-se às autoridades na Paraíba. Após interrogatório que durou vários dias, Elizabeth foi para a casa do seu pai rever os filhos. Quando voltou a ser procurada pela polícia, usou da influência de seu pai, da justificativa de que estava doente e da promessa que se entregaria no dia seguinte para fugir. Essa fuga foi a revelia de seu pai mas com a ajuda de um irmão, levando consigo um dos filhos, o Carlos. Este neto era rejeitado pelo seu avô porque alegava que o rapaz parecia com João Pedro. (Novaes, 1997).

As marcas da tragédia e da violência estão fortemente presentes na vida de Elizabeth que ficou viúva com 11 filhos(as). Seis meses depois da morte de João Pedro, seu filho mais velho, Paulo, foi atingido por um tiro na testa de capangas de fazendeiros que teriam ouvido o menino falar em vingar a morte do pai. Pouco tempo depois, a filha mais velha, Marluce, suicidou-se de desgosto por não ter suportado a morte do pai. Os filhos tiveram de ficar espalhados na casa de parentes. João Pedro Filho foi criado pelo avô crescendo revoltado, rejeitava o seu próprio nome passando a ser chamado de Lenine. Com o retorno da mãe em 1988, tirou a vida do seu próprio irmão, Zé Eudes. Isaac estudou, formou-se em Medicina em Cuba.

Somente após a estréia do filme, Elizabeth pode falar publicamente sobre os acontecimentos, e as marcas da violência, a sua própria vida, a de João Pedro e a de seus filhos que até então não entendiam o porquê da morte de seu pai. Como mulher, líder, militante e resistente ao regime, ela recorda que um dos piores momentos de sua vida foi a separação de seus filhos. Elizabeth sofreu as marcas do racismo articulado à rejeição de classe na qual pertencia seu marido. Carregou muitas culpas. Mas as alegrias foram capazes de ajudá-la a superar o sofrimento, expressou-se assim na declaração quando feita

ao receber homenagens e o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, em março de 2006³⁰.

Seu exemplo de resistência tem marcas de combatividade e ousadia de uma mulher que sobreviveu a décadas de violência e se transformou em exemplo de coragem e de luta pelo ideal da reforma agrária, dos direitos e da liberdade. Elizabeth é uma referência para as mulheres e para as lutas sociais no campo.

3. 2. 2 Margarida Alves

Assim como Elizabeth Teixeira, Margarida Alves associa-se às lutas em defesa dos direitos dos/as trabalhadores rurais. Margarida nasceu em Alagoa Grande, na Paraíba, em agosto de 1943. Era a filha mais nova de uma família de nove irmãos e sua formação foi influenciada por um padre da região. Inseriu-se no Sindicato Rural de Alagoa Grande, em 1973, do qual foi tesoureira e depois presidente até 1982. Sinônimo de resistência e de luta contra as injustiças no campo, Margarida foi uma das fundadoras do CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Sua dedicação ao trabalho foi evidenciada nas atividades da roça e em contatos e confrontos permanentes com o latifúndio. Margarida se revelou uma grande defensora das(os) trabalhadoras(es) do campo e travou muitas lutas em defesa dos direitos trabalhistas: décimo terceiro salário, registro em carteira profissional, a jornada diária de 8 horas e as férias obrigatórias.

No período em que Margarida Alves esteve à frente do sindicato, mais de 600 ações trabalhistas foram movidas contra usineiros e donos de engenhos na região da Paraíba. A grande maioria com parecer favorável aos(as) trabalhadores(as) rurais, o que provocou a ira dos latifundiários. Com isso, Margarida sofreu ameaças de morte e atentados contra a sua integridade física e contra a sua vida. Foi assassinada em agosto de 1983 em frente da sua casa, perante o marido e o filho. O episódio violento do assassinato de Margarida Alves é retratado no livro de Sebastião Barbosa, *A mão armada do latifúndio*.

Desde então, o nome de Margarida Alves tornou-se referência de luta para os movimentos sociais do campo e de mulheres e um prêmio de reconhecimento e um prêmio de reconhecimento público³¹. No caso da Marcha das Margaridas, uma de suas

³⁰ No artigo citado, Bandeira (2007) identifica nas narrativas a história de opressão e subversão enfrentadas por Elizabeth, situação também vivida por sua mãe e demais membros da família ao conviverem sob os ditames do patriarcado em sua forma mais rude.

³¹ O Prêmio Margarida Alves foi instituído em 2005, por meio do PPIGRE/MDA e NEAD/MDA (Núcleo de

organizadoras afirmou em 2000 que a escolha do nome de Margarida Alves é uma homenagem e uma forma de denunciar que após 17 anos da sua morte, o mandante continuava impune. Para tanto, a primeira iniciativa das trabalhadoras rurais naquele momento foi buscar conhecer e evidenciar o nome e a história de Margarida Alves:

a gente foi conhecer a história de Margarida Alves, pras mais novas que ainda não sabiam quem era Margarida Alves e tudo, e de imediato foi unânime a proposta do nome da Marcha e também porque tava acontecendo nesse mesmo período a organização, a articulação e a mobilização da Marcha Mundial de Mulheres e a gente, nós da comissão nacional de mulheres da CONTAG faziam parte também de apoiar a Marcha Mundial (...). Isso sempre a gente teve muita firmeza e como foi a primeira, foi muito assim pra gente, por exemplo, mística, trabalhar essa questão do nome da Margarida (Graça, 2007) ³².

A apresentação da trajetória de vida da Margarida Alves foi sintetizada aqui pela dificuldade de acesso a fontes documentais que abordem a sua vida. Porém a importância do seu registro deu-se pelo fato de ser a personagem que nomeia à Marcha, por ser uma mulher referendada de um modo geral pelos movimentos sociais e instituições Seu nome é novamente citado no Capítulo 4, como referência, ao momento de constituição da MM.

3.3 Os lugares de fala das margaridas: a ação das trabalhadoras rurais nos anos 1990 e 2000

No intuito de compreender os discursos das mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas, apoiei-me no trabalho de Schneider (2004) para apresentar a nova abordagem do desenvolvimento rural relacionada à seis mudanças gerais e aos limites e aos problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista, isto é, assentada nos princípios da “revolução verde”, que estaria em fase de superação.

Primeiramente, deve-se ao crescente inter-relacionamento da agricultura com a

Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), em parceria com a ABA, ANPOCS, a SBS e organismos internacionais, com o objetivo de fortalecer a produção e estimular a realização de estudos e pesquisas na área das ciências humanas e agrárias. A primeira publicação foi organizada por Wootmann, Heredia e Menasche (2006) e o segundo por Wootmann *et alli* (2007). Além destes, existe uma série de estudos importantes sobre o desenvolvimento rural, a reforma agrária, a avaliação sobre as políticas, inclusive as ações voltadas para as mulheres rurais, e documentos históricos e outros sobre ferramentas, publicados pelo MDA, através do NEAD (www.nead.org.br).

³² Entrevista realizada com Antonia Duarte de Almeida, conhecida como Graça, 33 anos, Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres da FETRAECE (Federação Estadual de Trabalhadores Rurais na Agricultura do Ceará), em 24 de julho de 2007, na Sede da CONTAG, em Brasília - DF.

sociedade, para que esta perceba o rural para além da produção de alimentos e matérias-primas.

Segundo, pela necessidade de definição de um novo modelo agrícola que integre as atividades agrícolas e não-agrícolas, inclusive de forma diversificadas.

A terceira mudança, sinalizada para o desenvolvimento rural, é a possibilidade de novas relações entre indivíduos, famílias e suas identidades; que considere centros urbanos e a combinação de atividades multi-ocupacionais como estímulo à pluriatividade.

Quarto, por um modelo que leve em conta o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais, sejam eles os agricultores(as) ou os novos(as) usuários(as) ou (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios, etc.).

Quinto, um desenvolvimento rural que considere a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não podem ser mais exclusivamente direcionados à agricultura.

E por último, o novo modelo aponta para as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento rural representa uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais, ambientais e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. Isto implica em ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares rurais. Por meio do seu esforço e disposições, ao incrementar a busca e a garantia sua reprodução (Ploeg *et al* 2000 *Apud* Schneider, 2004). Nesta nova concepção sobre o rural, os (as) agricultores(as) familiares assumem papéis de protagonistas e suas práticas produtivas passam a ser vistas sob a ótica do modelo de um(a) agricultor(a)-camponês(a), ou seja, autônomo e com domínio das tecnologias, decisões e, sobretudo com o controle e gestão dos processos.

Diversos(as) autores(as) brasileiros(as) apresentaram contribuições analíticas acerca do desenvolvimento rural, a partir desse novo paradigma. Dentre estes, o estudo recente de Favareto (2007) sobre os paradigmas do desenvolvimento rural em debate, que arrisco sintetizá-las, a partir do trabalho de Schneider (*Ibdem*), nas contribuições de dois autores: Veiga (2001) e Navarro (2001, 2002). O primeiro focaliza as dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural para destacar as interfaces e vínculos em relação ao desenvolvimento de um modo geral, ou seja, uma interconexão entre rural e urbano,

subsidiada pela idéias de Amartya Sen. Trata-se de “um processo de expansão das liberdades substantivas dirigindo a atenção para os fins que o tornam importante e não para os meios” (Sen *apud* Veiga, 2001). Os estudos de Wanderley (2000) e Abramovay (2003) levaram Veiga a afirmar que os novos elementos sinalizam para uma nova ruralidade.

Navarro (1999, 2001; 2002) é o segundo autor apontado por Shneider. Ele apresentou uma definição para o desenvolvimento rural no qual o debate em torno da noção de desenvolvimento rural estaria relacionado às inquietações próprias da época atual, onde as incógnitas sobre o significado e características desse processo são mais presentes que as assertivas. Segundo Navarro, as complexas mudanças societárias, associadas à globalização, geraram incertezas e riscos, retirando o debate sobre o desenvolvimento de destaque para colocá-lo na penumbra. Ao distinguir conceitualmente *desenvolvimento agrícola* (associado às condições de produção agropecuárias), o *agrário* (associado à vertente teórica marxista) e o *rural*, Navarro propõe que o rural deveria ser entendido de forma meramente operacional *a posteriori*. Seria uma análise das ações do Estado dirigidas ao meio rural ou ainda, uma ação prática dirigida à implantação de programas que estimulem alterações socioeconômicas no futuro. Neste caso, a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com a finalidade de caracterizar estratégias e ações do Estado que alteram e/ou melhoram as condições de vida no meio rural.

Em abordagem sociológica, Favareto (2007) apresenta a idéia de desenvolvimento rural como a manifestação de um processo que possui características mais gerais, em um domínio mais específico: o rural. Ressalta que é preciso compreendê-lo sob uma ótica não normativa, o que requer adotar dois procedimentos: compreender o desenvolvimento e definir o rural no primeiro entendimento de desenvolvimento não pode ser pelo desejo e utopia, nem pelos conteúdos expressos num “dever ser”, mas como evolução de configurações sociais determinadas. Tais análises devem considerar as interdependências entre meio ambiente, instituições e estruturas sociais, a partir da ênfase na sua ampla trajetória.

O segundo procedimento consiste exatamente, na definição deste tipo de espaço: o rural. A idéia de rural ou de ruralidade é similar a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto, tal como acontece com o masculino e feminino, ou como o sagrado e o profano. Para pensar os termos da relação entre dois pólos, a primeira

dificuldade que se impõe é justamente sua própria delimitação (Favareto, 2007).

As concepções mais recentes sobre o rural inovam e superam a visão dicotômica entre rural e urbano, presentes também nas mais diversas visões científicas. Assim como os estudos feministas, no primeiro momento, não escaparam às armadilhas postas pelo viés dicotômico (homem-mulher, masculino-feminino), o surgimento de Sociologia rural também se apoiou na oposição comunidade-sociedade. As novas dimensões fundamentais para a definição de ruralidades, sugeridas por Favareto são condizentes aos discursos e proposições apresentadas na Marcha das Margaridas e dizem respeito a três aspectos: à proximidade com a natureza, à ligação com as cidades e às relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido das populações.

As contribuições apresentadas por Schneider (2004) e por Favareto (2007) sobre o desenvolvimento consideram fundamentais os efeitos da reestruturação econômica, produtiva e institucional e suas múltiplas facetas e/ou dimensões. Daí, o rural deixa de ser o *locus* específico das atividades agrícolas no qual existem variadas formas de complementação de renda e de ocupação em atividades não-agrícolas, permitindo que a renda de muitas famílias, evite o êxodo rural, sobretudo dos(as) jovens em busca de emprego. As questões apresentadas por estes autores, possibilitaram-me perceber as mudanças relacionadas à dimensão do rural e enfatizar duas questões para analisar o contexto da MM. A primeira problematiza as relações entre sujeitos diversos e plurais, denominadas por Favareto de interpessoais, para retratar o rural como espaço de crescente individuação, de mobilidade física e heterogeneidade. A segunda reflete a reconfiguração do meio rural pela existência de um novo perfil populacional e a crescente integração de mercados de bens e serviços e ainda de trabalho e bens simbólicos (Favareto, 2007).

Destaco ainda a importância do papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços, especialmente a parceria e à participação da sociedade onde se insere as organizações de mulheres trabalhadoras rurais. Entretanto, o meio rural brasileiro, assim como as periferias das grandes cidades, apresentam dados alarmantes de desigualdades sócio-econômicas e culturais e evidenciá-los neste trabalho condiz com o sentido insurgente apresentado na MM.

A situação das trabalhadoras rurais, por razões históricas e culturais, é muito mais alarmante porque enfrentam as discriminações de gênero, classe e étnicas manifestadas de diversas formas, além das desigualdades inerentes a todos os habitantes do campo. Aliás,

uma das dificuldades encontradas pelos(as) pesquisadores (as), gestores (as) e pelos próprios movimentos sociais é a falta de informações e dados sobre a real situação desta parcela significativa da sociedade, excluída historicamente das políticas públicas, apesar das recentes mudanças nos indicadores do IBGE que incorporaram os recortes de gênero e de raça/etnia.

A situação das mulheres trabalhadoras rurais integra o diagnóstico elaborado por Melo & Di Sabatto (2006)³³, com microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) a partir de 2003. A pesquisa é um dos produtos do Projeto FAO/MDA cujo objetivo é fazer um estudo de gênero no meio rural brasileiro. Este diagnóstico analisa ainda os dados de pesquisas anteriores feitas por Graziano, 1997; Camarano & Abramovay, 1997 e outros.

A distribuição da população rural e urbana na sociedade brasileira, segundo o domicílio, indica que a população rural representa 17% da população nacional (dado que reflete o processo estrutural da economia brasileira cuja produção agropecuária mecanizada nas últimas décadas aprofundou a contração de terras no país). Resultado desse processo é a forte migração, sobretudo da população feminina, apontada desde os dados dos anos 1950 (Camarano & Abramovay, 1997 *Apud* Melo & Di Sabatto). Em geral, são mulheres jovens que migram para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e estudo e acabam realizando trabalhos domésticos ou outras atividades, geralmente, de forma precária.

³³ Cf. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In: Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília, MDA, 2006.

Tabela 1: População por faixa etária segundo situação do domicílio e sexo - Brasil, 2004

Faixa Etária (anos)	Urbana				Rural			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Nº	% s/ Total	Nº	% s/ Total	Nº	% s/ Total	Nº	% s/ Total
Até 9	13.199.680	18,2	12.638.280	16,1	3.274.889	20,3	3.187.462	21,5
10 a 14	6.845.492	9,4	6.742.606	8,6	1.824.006	11,3	1.631.882	11,0
15 a 16	2.910.738	4,0	2.896.340	3,7	694.367	4,3	640.621	4,3
17 a 24	11.336.003	15,6	11.760.890	15,0	2.466.656	15,3	2.108.747	14,2
25 a 29	6.042.920	8,3	6.554.134	8,3	1.171.971	7,3	1.079.375	7,3
30 a 39	10.760.048	14,8	12.111.765	15,4	2.074.641	12,9	1.906.223	12,9
40 a 49	9.236.370	12,7	10.411.688	13,3	1.743.138	10,8	1.567.187	10,6
50 a 59	6.015.980	8,3	7.034.746	9,0	1.302.604	8,1	1.214.591	8,2
60 a 64	2.045.909	2,8	2.498.962	3,2	529.242	3,3	472.464	3,2
65 e mais	4.151.384	5,7	5.920.558	7,5	1.044.422	6,5	999.774	6,8
Ignorada	3.273	0,0	6.704	0,0	0	0,0	1.376	0,0
TOTAL	72.547.797	100,0	78.576.673	100,0	16.125.936	100,0	14.809.702	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2004. Tabulações Especiais Melo & Di Sabbato, 2006.

As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, aproximadamente 15 milhões e a maioria está longe de alcançar os direitos sociais básicos que as colocam na condição de cidadãs: educação, saúde, habitação, energia elétrica e outros equipamentos de infra-estrutura e serviços (estradas, esgotos, escolas, hospitais). O mais agravante é que, além das condições de trabalho serem geralmente precárias, as trabalhadoras rurais enfrentam dificuldades para terem seu trabalho reconhecido, mesmo depois de travarem muitas lutas.

A exclusão das mulheres trabalhadoras rurais do processo de formação da sociedade brasileira se reflete na representação sobre o meio rural, nas relações sociais, culturais e de produção e nas políticas públicas. De acordo com documento utilizado nos debates preparatórios da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, apresentado pelo PPIGRE no Seminário Temático, com representantes das organizações de mulheres *[sic]* o retrato da situação é o seguinte:

as políticas agrícolas e agrárias não visualizaram a força feminina de

trabalho, secundarizando o ofício das mulheres e o descaracterizando como mera ajuda aos homens. Este fato levou muitas **mulheres a naturalizar** sua situação de dependência do universo masculino, quer em relação à figura paterna, quer em relação à figura do marido, ou, mesmo, resignando-se frente às situações de violência cometidas contra ela (PPIGRE, 2008, sem pág.).

A divisão sexual e social do trabalho contribui para uma suposta invisibilidade do trabalho das mulheres e influencia na contabilização das horas de trabalho na economia rural. As atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais, em geral, estão diretamente relacionadas ao autoconsumo familiar e vinculadas simbólica e materialmente, aos cuidados dos(as) filhos(as), aos afazeres domésticos e demais atividades ligadas à extensão da casa (criação de aves e pequenos animais, a horticultura, a floricultura e a silvicultura). A problemática da invisibilidade é atribuída ao número expressivo de mulheres sem remuneração. As atividades laborais no campo são atribuídas como de única responsabilidade das mulheres, por isso, o desempenho de outras funções acaba sendo visto como ajuda. No meio rural, as mulheres acabam desenvolvendo atividades caracterizadas pela falta de remuneração e sem vínculo empregatício.

No trabalho denominado “*A masculinização da produção de leite*” de Reginaldo Magalhães é enfatizada as relações entre gênero e economia. Ao abordar sobre as trocas simbólicas o autor afirma que na agricultura familiar não é possível separar as transações econômicas intra-domiciliares das hierarquias de gênero e de geração, ambas estabelecidas no mesmo ambiente familiar sem acarretar mudanças nas relações de gênero. A distribuição do dinheiro, do trabalho e do tempo segue determinadas regras articuladas pelos princípios organizacionais da gestão econômica com ênfase no valor simbólico da família (Magalhães, *s.d.*).

De acordo com dados da PNAD (2006), no período de 1993 e 2006, houve uma queda nas atividades agropecuárias, a saber: 27,4% em 1993 e 19,3%, em 2006. E essa baixa é atribuída à redução do número de trabalhadoras rurais nas atividades agrícolas, que em 1993 era de 24% e em 2006 ficou-se em 15%. Apesar das trabalhadoras rurais exercerem jornadas triplas de trabalho, contraditoriamente os dados revelam que em 2006, a jornada de trabalho dos homens em média era de 39 horas semanais na agropecuária, enquanto das mulheres atribuí-se 21,7% do trabalho.

Deste modo, a invisibilidade do trabalho das mulheres é atribuída tanto em relação

ao tempo gasto com a produção de alimentos quanto pela sua inserção no mercado. Isto significa que os afazeres domésticos além de reiterar papéis tradicionais não são contabilizados, mesmo que muitas trabalhadoras rurais tenham afazeres inseridos no ciclo produtivo da agricultura familiar, por exemplo, na preparação das refeições em função do trabalho de toda a família na roça.

Outros dados da mesma pesquisa demonstram uma queda na ocupação agropecuária pelas mulheres, no período de 1993 e 2006, principalmente na década de 1990, denominados por alguns(as) pesquisadores(as) de *A masculinização do mundo rural*. A explicação para esta tendência de queda é apontada com a diminuição do êxodo rural feminino e também pela implementação de políticas de combate à pobreza e de desenvolvimento rural implementadas pelo Governo Federal. Um outro dado revelador diz respeito à participação e ao empoderamento das mulheres, demonstrado através da baixa representação das trabalhadoras rurais nos espaços de decisão, na formulação e no controle social das políticas públicas e no exercício do controle social do Estado. Elas ainda têm pouca representação nos órgãos colegiados de desenvolvimento rural, conseqüentemente, suas demandas são quase inexistentes, o que implica na realização de ações afirmativas. De acordo com levantamento realizado pelo CONDRAF em 2003, as mulheres representam 13,41% do total dos(as) seus conselheiros(as). Neste universo as mulheres ainda ocupam os lugares de menor poder de decisão, em cargos de suplência equivalentes a 16%; 12,5% em presidências e 4% em secretarias executivas.

Em relação as institucionalidades, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, foram criadas unidades gestoras em níveis Municipal, Estadual e Federal, a exemplo da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres no Governo Brasileiro. Vários Governos Estaduais e Municipais criaram coordenações ou secretarias de mulheres correspondentes. Acrescenta-se, ainda, a criação e ampliação de vários espaços de formulação de políticas demandados pela sociedade civil organizada, representando um avanço, pelo menos do ponto de vista formal, para o fortalecimento da democracia³⁴ (SILVA, 2006a).

Um aspecto problematizado em algumas pesquisas é o fato de que muitos espaços colegiados têm mulheres. Porém isto não quer dizer que estas representem as organizações

³⁴ O trabalho de consultoria junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) possibilitou-me a observação direta e o contato com lideranças dos movimentos de trabalhadoras rurais, inclusive no Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia ligado ao CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

de mulheres. A inclusão das mulheres nos espaços de formulação e avaliação das políticas públicas é um dos desafios para os (as) gestores (as) públicos e para as próprias organizações de mulheres. Recentemente têm ocorrido mudanças que indicam alterações parciais nas relações de gênero no meio rural, a partir do crescimento da presença das trabalhadoras rurais em atividades relacionadas à lavoura, à horticultura e floricultura. Esse crescimento vem acompanhado, em geral, com um aumento nos níveis de renda, do trabalho remunerado e ainda com a diminuição do trabalho para o autoconsumo.

Essas mudanças configuram-se no aumento do número de mulheres chefes de famílias, na agropecuária ao longo da década de 1990 e meados na década atual. Os dados mostram que os 9,2% de lares chefiados por mulheres em 1993, saltaram para 11% em 2006. Entretanto, houve uma queda nos rendimentos desse tipo de atividade no mesmo período, mas apesar de ambos (homens e mulheres) terem queda de rendimentos, as mulheres ocupam posição de desvantagem. Ou seja, a diminuição da desigualdade entre os sexos aparece quando as mulheres assumem as atividades agropecuárias, enquanto os rendimentos dos homens caíram 10,4%, as mulheres tiveram queda de 25,7% nos rendimentos, no período de 1993 e 2006.

Essa queda é interrompida entre 2004 e 2006, quando houve um crescimento de 31,5% dos rendimentos reais femininos na agropecuária. Apesar do número de mulheres ocupadas e as sem remuneração serem proporcionalmente mais elevado na agropecuária, o trabalho não remunerado reduziu de 40% em 1993, para 33,7% em 2006. Na ocupação das atividades de auto-consumo, os homens obtiveram crescimento mais significativo, mesmo com um aumento da participação para ambos os sexos, saltando de 5,3% para 12%, representando um crescimento de mais de 126%, enquanto que as mulheres, no mesmo período, passaram de 41% para 46,6%, representando um crescimento de 13%.

Tabela 2: Pessoal ocupado na agropecuária por faixa de rendimentos segundo o sexo - Brasil, 2004
(salário mínimo de setembro de 2004)

Faixa de Rendimentos (Em salários mínimos)	Homem	Mulher	Total	% sobre o Total		% na faixa	
				Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	3.168.037	4.481.645	7.649.682	26,26	79,03	41,41	58,59
Mais de 0 a 0,5	1.878.580	499.144	2.377.724	15,57	8,80	79,01	20,99
Mais de 0,5 a 1	3.076.055	338.017	3.414.072	25,50	5,96	90,10	9,90
Mais de 1 a 2	2.379.388	235.382	2.614.770	19,72	4,15	91,00	9,00
Mais de 2 a 4	856.765	45.348	902.113	7,10	0,80	94,97	5,03
Mais de 4 a 6	184.378	7.849	192.227	1,53	0,14	95,92	4,08
Mais de 6 a 10	175.181	8.001	183.182	1,45	0,14	95,63	4,37
Mais de 10 a 20	102.973	4.103	107.076	0,85	0,01	96,17	3,83
Mais de 20 a 50	31.289	2.424	33.713	0,26	0,04	92,81	7,19
Mais de 50 a 100	6.445	0	6.445	0,05	0,00	100,00	0,00
Mais de 100	1.454	0	1.454	0,01	0,00	100,00	0,00
Sem declaração	202.416	48.961	251.377	1,68	0,86	80,52	19,48
TOTAL	12.062.961	5.670.874	17.733.835	100,00	100,00	68,02	31,98

Fonte: PNAD/IBGE, 2004. Tabulações Especiais Melo & Di Sabbato, 2006.

Os dados indicam uma significativa participação das trabalhadoras rurais na economia do campo. O próprio Governo Federal reconhece que estas mudanças estão muito distantes da situação de igualdade de um reconhecimento econômico das mulheres trabalhadoras rurais, portanto, de uma situação de igualdade. Por esse motivo, exigem do poder público ações enérgicas na promoção dos direitos econômicos das mulheres (PPIGRE, 2008).

O enfrentamento dessa situação de desigualdades pressiona o Estado a adotar medidas para combatê-lo. Dentre as pressões das organizações de mulheres, destacando a Marcha das Margaridas. As principais políticas demandadas e implementadas serão discutidas no Capítulo seguinte. Por isso aqui cabe somente citá-las brevemente: o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, as ações de assistência técnica, o crédito, por meio do PRONAF Mulher, comercialização e o recém Programa de Apoio à Organização Produtiva. O acesso à terra e a titulação conjunta foram implementadas várias ações na área da Assessoria Técnica e Sócio-ambiental (ATES).

No plano internacional, uma ação prioritária tem sido o fortalecimento do espaço formal de discussão das políticas públicas para a agricultura familiar e campezina na região do Mercosul, por meio da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF). Constituída pelos governos dos quatro Estados-Membros. As atividades incluem o acompanhamento de uma agenda comum de trabalho sobre as políticas para as mulheres, mediante a participação de suas organizações. Foi realizado pela REAF um seminário

específico com todos (as) os(as) integrantes para discutir o diagnóstico mencionado acima sobre a situação de implementação de políticas públicas para as mulheres rurais com recomendação da GMC sobre os temas da facilitação do comércio e o acesso à terra.

Um outro Fórum do Mercosul é a REM - Rede Especializada da Mulher, representada pela SPM, que contribui para ampliar a transversalidade de gênero no âmbito dos países do Cone Sul. Está em andamento a implantação do Programa Regional de Promoção da Igualdade das Mulheres no Campo, já aprovado na REAF e no Grupo de Mercado Comum. Outras ações importantes são as pesquisas e estudos sobre relações de gênero no meio rural citados anteriormente.

Em relação à participação e ao controle social das mulheres nas políticas públicas, o PPIGRE/MDA, outras unidades do MDA e o CONDRAF realizam um conjunto de iniciativas para ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão, inclusive com recomendações e assessoramento à recomposição das instâncias de participação.

Sem dúvida, o advento da Constituição de 1988 foi um marco para as mulheres trabalhadoras rurais. O seu reconhecimento como trabalhadoras rurais assegurou os direitos trabalhistas e previdenciários conquistados há décadas pelos(as) trabalhadores(as) urbanos e possibilitou outras conquistas importantes, como a concessão do título e do uso da terra em nome do homem e da mulher definido no Artigo 189.

Uma das estudiosas do acesso da mulher a terra, a pesquisadora Carmem Helena Deere, da Universidade de Massachusetts, problematiza que em 1988 houve avanços relativos em relação aos direitos das mulheres à terra, mas somente após 12 anos essa questão é colocada como reivindicação pelos movimentos de mulheres rurais, através da Marcha das Margaridas em 2000. Para a autora, assim como em outros países da América Latina, a organização das trabalhadoras rurais foi fundamental para cobrar do Estado o acesso à terra como um direito, induzindo o INCRA a rever sua legislação.

A explicação a respeito dos motivos que levaram as organizações a pautar o Estado e a reconhecer o direito à terra é a seguinte. Para Deere (2004), isso está relacionado com os múltiplos e competitivos espaços de participação, os quais se tornaram acessíveis às mulheres rurais na década 1980 e 1990, assim como as muitas prioridades desses movimentos sociais rurais. Além disso, foi só quando a exclusão das mulheres começou a ter conseqüências práticas reais para a consolidação dos assentamentos da reforma agrária que os direitos das mulheres à terra tornaram-se uma questão dentro do principal

movimento social liderando a reforma agrária, o MST, e para o Estado.

Ao analisar a reforma agrária na perspectiva de gênero e compará-la com outros países latino-americanos, Deere (2002, 2004) considerou baixo o número de mulheres com acesso à terra se comparado com a Colômbia. Em 1996 as mulheres representavam apenas 12,6% das atendidas nos programas de reforma agrária, enquanto na Colômbia o percentual atingia 45% no mesmo período. Uma das razões apresentadas foi que no Brasil, a distribuição e titulação conjunta de terra era tratada como opção diferente da maioria dos outros países nos quais havia obrigatoriedade.

Esta questão somava-se às próprias práticas e padrões culturais que respaldavam-se nas normas legais e que reconheciam somente os homens como chefes de família, conseqüentemente, geriam os recursos (Deere, 2004). A obrigatoriedade da titulação conjunta de terras estava prevista no II Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), fruto das reivindicações das organizações de mulheres trabalhadoras rurais que impulsionara a elaboração e implementação de legislações específicas sobre gênero neste Plano. O fato *de estar contida no II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra, para lotes de assentamentos constituídos pelo casal, acabou sendo implementada pelo INCRA somente em 2003, em resposta à Marcha das Margaridas. A obrigatoriedade é válida para situações de casamento e de união estável. E a normatização prevê que em caso separação, se a terra ainda estiver em processo de titulação, em respeito ao código civil, a área ficará com a mulher, caso esta tenha a guarda dos filhos.*

Um episódio interessante relacionado ao cumprimento da obrigatoriedade da titulação conjunta aconteceu no Assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras, São Paulo. Um casal (ou dupla) de mulheres que vivem juntas uma relação afetiva³⁵, Darci e Dida, teve a concessão do título de terras pelo INCRA. As duas mulheres foram o primeiro casal de mulheres assentadas lésbicas na história do país, a conseguir legalmente o lote de terra. Tais direitos até então concedidos apenas aos casais heterossexuais. A formalização do lote lhes garantiu o direito a financiamentos, a créditos nos diversos programas e o direito de herança a ambas, em caso de falecimento de uma das duas³⁶.

³⁵ O reconhecimento legal do primeiro casal de mulheres assentadas deu visibilidade à história de vida de Dida e Darci, com matérias circularam na Internet e outra de grande repercussão no Programa Fantástico da Rede Globo, em 2007, quando estas protagonizaram uma reportagem sobre a Parada Gay, em São Paulo.

³⁶ Paulo Rogers Ferreira, foi um dos autores contemplados no Prêmio Margarida Alves, com o trabalho intitulado *Entre elas: afetividade versus complementariedade*, resultante de sua pesquisa de Mestrado na área

O reconhecimento da titulação conjunta foi um passo importante na história das mulheres trabalhadoras rurais, porque até recentemente em nosso país - anos de 1960 e final dos anos de 1970 – as trabalhadoras rurais eram consideradas como dependentes do esposo, companheiro ou pai, e sua sindicalização era vista como desnecessária. Esta conquista ocorreu a partir do momento em que as mulheres começaram a questionar o seu papel de dependentes, conforme depoimento:

eu ia com ele [o pai] para fazer companhia, para ter cuidado nele, aí eu ia pro sindicato, lá eu comecei muito nova a observar as coisas, como eles faziam as assembléias, enfim... aí eu dizia: por que eu não posso ser sócia? Queria ser sócia também do sindicato; eu lembro que o presidente na época ele dizia assim: Não, mas você não pode ser sócia não, você é uma menina muito jovem, você já é dependente do seu pai, lá na sua carteirinha já tem seu nome, na carteira do seu pai já tem seu nome, não precisa você ser associada do sindicato, aqui a gente não faz carteira de sindicato pra mulher e nem para filho porque já tem a carteira do pai (...)
(Molica, 2007³⁷).

Para Deere (2004), o reconhecimento da importância do direito das mulheres à terra ocorre por duas razões argumentativas. O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito da mulher à terra está associado com o aumento do bem-estar das mulheres e de seus filhos, bem como de sua produtividade, e, portanto, com o bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento de empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar o seu poder de barganha dentro da família e da comunidade para acabar com a sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade.

Na sociedade brasileira, as lutas em defesa dos direitos civis, políticos e econômicos são muito recentes. Apostar na cidadania plena como constituinte de um desafio a ser enfrentada tanto pelo Estado Brasileiro quanto pelos movimentos sociais. Para caracterizar o período compreendido entre 1990 até os dias atuais, apresento alguns dados sócio-econômicos que caracterizam a situação de desigualdade de gênero no meio

de Antropologia da UNB. De acordo com o levantamento realizado nesta pesquisa, este é um dos poucos trabalhos que abordam a questão da sexualidade dos sujeitos do campo, assim como existem poucos que tratam dos direitos sexuais e reprodutivos. Ao adota a categoria analítica para designar as parcerias homoafetivas, o trabalho etnográfico, realizado no Sertão nordestino, elucida a construção do discurso engendrado sobre o corpo da mulher camponesa, utilizando como núcleo do seu estudo a expressão cunhada por ele *a ética dos afetos mal ditos* para se referir às relações sexuais entre mulheres cujo destino não é a reprodução baseada nos valores utilitaristas e economicistas apresentada pelas teorias sobre o rural.

³⁷ Entrevista realizada com Maria Aparecida de Melo, conhecida como Molica, 50 anos. Coordenadora Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, realizada em Brasília, na Sede da CONTAG, Núcleo Bandeirante, dia 21 de julho de 2007.

rurais, extraídos de fontes e documentos oficiais, principalmente do IBGE e do MDA.

A trajetória de lutas das trabalhadoras rurais é demarcada no processo de luta pela terra. Posteriormente os direitos trabalhistas e previdenciários e o acesso às políticas públicas, a começar pela documentação civil. Assim, há um deslocamento de sujeito de direito para atriz social demandante de políticas públicas seja esta destinada à reforma agrária, agricultura familiar e/ou para o fortalecimento da autonomia das mulheres, como o crédito e a assistência técnica.

Novos elementos como a questão ambiental são evidenciados nos discursos das mulheres trabalhadoras rurais deixa de ser tratada de forma secundária e centra-se na sustentabilidade do uso dos recursos naturais e na defesa da preservação das florestas, incluindo os babaçuais. São questões re-atualizadas na pauta dos movimentos sociais do campo, que por sua vez, reconhecem a existência dos povos da floresta³⁸. Assim, a biodiversidade, a soberania dos povos e a segurança alimentar são questões que vêm sendo permanentemente debatidas pelos movimentos de mulheres rurais, inclusive como mecanismo de denunciar as violências vivenciadas no campo, especialmente as situações enfrentadas pelas mulheres.

Estas e outras questões resultam da atualização do debate sobre o meio rural brasileiro, principalmente no que diz respeito à reforma agrária, ao modelo de desenvolvimento em curso que, contraria a soberania dos povos e a preservação da biodiversidade. Neste debate inserem-se os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais, como os indígenas e os quilombolas³⁹, a preservação das sementes crioulas, como forma de garantir a soberania alimentar e a biodiversidade. São questões que estão presentes nos debates da I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS) e também na Conferência da FAO, realizada em Brasília, em abril de 2008..

Durante os debates sobre a I CNDRSS⁴⁰ foi realizado Seminário “Por um Brasil

³⁸ O acréscimo da expressão floresta juntamente com as categorias campo e/ou rural faz parte da atualização do debate, questão pautada pelos movimentos oriundos da região Norte como forma de afirmar e distinguir sua especificidade e expressão marcada pela identidade social, cultural, ambiental e ética. Esta demarcação está presente nos discursos dos movimentos de mulheres da região Norte (Cf. Capítulo 4 deste estudo a referência ao MIQCB, CNS).

³⁹ Dois Estados têm se destacado nos conflitos envolvendo indígenas e quilombolas, o Maranhão, após a instalação da Base de Alcântara em comunidades quilombolas, e Roraima envolvendo a terra indígena Raposa Serra do Sol, na qual o conflito envolve indígenas e arrozeiros. Cf. Almeida. Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais; Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia e outros estudos.

⁴⁰ Diferentemente de outros temas, somente em junho de 2008, será realizada a I CNDRSS; como parte da etapa preparatória houve um processo de debate que envolveu mais de 20 mil participantes considerando somente as etapas municipal e territorial.e estadual, além de três seminários temáticos e/ou setoriais

Rural com Igualdade para as Mulheres”, como parte da etapa preparatória desta Conferência, que reuniu representantes dos diversos movimentos de mulheres rurais. Na ocasião, os principais temas consensuados entre as diversas organizações de mulheres rurais, foram o empoderamento, representado na proposta de paridade de 50% em todas as instâncias colegiadas relacionadas ao meio rural, a criação de conselhos específicos de mulheres e a visibilidade ao trabalho das mulheres.

(mulheres, quilombolas e cooperativismo).

CAPÍTULO IV:

OS SIGNIFICADOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS

Este capítulo contém o registro de informações sobre o momento de constituição da Marcha das Margaridas em 2000 e a descrição do processo de planejamento e de avaliação nas três versões, com ênfase na Marcha de 2007. Os aspectos destacados compreendem as fases de preparação, realização e os momentos posteriores à MM (organização, mobilização, articulação de parcerias, construção da pauta e a realização de eventos nos Estados e Municípios). A periodicidade da MM é trianual. A última versão prevista para 2006 não ocorreu porque era um ano eleitoral. Daí, o lançamento aconteceu no ano seguinte, em 2007.

A descrição dos diversos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais integrantes a Marcha das Margaridas contida neste capítulo é uma forma de mapear as organizações promotoras e parceiras e não obedeceu critérios pré-definidos. O registro de tais movimentos tem como propósito ressaltar alguns elementos discursivos que demarcam as semelhanças e, ao mesmo tempo, as diferenças existentes entre estas mulheres.

4.1 Margaridas em marcha: história de uma construção permanente

As diversas ações protagonizadas pelas trabalhadoras rurais, dos mais diferentes movimentos e momentos históricos, contribuíram na sua visibilidade como sujeito político e social. A construção da identidade política além de ser uma estratégia de visibilidade tem implicações diretas nas políticas públicas. Sem dúvida, suas lutas estão relacionadas às questões conjunturais e conflituosas entre o conjunto dos movimentos sociais e o Estado pelas disputas de interesses entre classes e segmentos sociais distintos – agricultores/as familiares e grandes produtores.

Na construção da Marcha das Margaridas considerar os elementos históricos anteriores a este momento é imprescindível porque, não se trata de um fenômeno “natural” ou resultado de fatores conjunturais. Assim como a Marcha Mundial de Mulheres, a Marcha das Margaridas foi inspirada na Marcha Pão e Rosas que aconteceu no Quebec (Canadá) cuja experiência foi compartilhada com mulheres representantes de movimentos

diversos países. A conquista das mulheres com relação ao aumento do salário no Québec repercutiu nos movimentos de mulheres de vários lugares do mundo resultando na idéia de um grande encontro. Certamente, a participação das organizações de mulheres brasileiras no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 1999, foi um momento de socialização desta e de outras experiência.

Conversávamos sobre isso com a Ednalva [ex-Secretária de Mulheres da CUT], que já se foi, e se comentava que a Marcha Pão e Rosas teve um resultado fantástico no aumento do salário mínimo de lá e as mulheres aqui se interessaram. As mulheres de Québec marcharam em todos os cantos e chegaram a um lugar e aí é que várias organizações de mulheres no mundo começaram a discutir que as mulheres deveriam fazer uma marcha no mundo, ao invés de ser uma em cada país, seria uma marcha de muitos países (Raimundinha, 2008)⁴¹

Essa “conversa” foi trazida ao Brasil em 1999 por várias organizações feministas, como a SOF (Sempre Viva Organização Feminista) e a Secretaria de Mulheres da CUT, que na época ainda era Comissão de Mulheres, coordenada por Ednalva Bezerra.

Eu me lembro de ter conversado com Ednalva sobre essa Marcha em 99 porque estava se espalhando pelo Brasil inteiro e ela veio aqui na CONTAG. A idéia era: vamos fazer uma marcha só de mulheres, vamos levar adiante a idéia de uma marcha mundial para todas as organizações que possam, que queiram e que se interessem (*Ibidem*).

Naquele momento, já se desenhava o lema da Marcha de 2007: *contra a fome, a pobreza e a violência*. Esses eram os temas comuns a todos os movimentos. Naquele momento, as principais questões estavam pautadas na Carta das Mulheres Brasileiras articulada com a Marcha Mundial de Mulheres (ver anexo 3) sob o argumento contrário ao neoliberalismo que aprofundava as desigualdades no campo e agravando ainda mais a situação das trabalhadoras rurais. Além de denunciar, era necessário apresentar propostas para superar as desigualdades de gênero no meio rural.

A partir da articulação das mulheres da CUT e da SOF, vários outros movimentos também aderiram. Segundo Raimundinha (2008), a decisão de aderir a MMM, deu-se em uma reunião com a Comissão de Mulheres da CONTAG. Nessa reunião a Ednalva da CUT falou sobre o que era a Marcha Mundial de Mulheres, os seus objetivos, quais as organizações componentes e ressaltou a participação direta da CUT.

⁴¹ Entrevista com Raimunda Celestina de Mascena, conhecida como Raimundinha, Secretária Nacional de Formação da CONTAG; realizada já em 02 de abril de 2008, em Brasília.

As mulheres trabalhadoras rurais compraram a idéia da Marcha Mundial e saíram marchando pelo Brasil e pelo mundo afora, enquanto a Carta também circulava por diversos países. Em determinado período, mulheres de todas as partes do mundo se encontrariam em um mesmo lugar, em Nova York, e depois em Washington, onde fica a Sede do Banco Mundial. Raimundinha representou as mulheres trabalhadoras rurais nesse encontro, realizado no período de 12 a 17 de outubro. Estes encontros ocorreram após a Marcha das Margaridas no Brasil (20 de agosto), possibilitando que a representante das mulheres trabalhadoras rurais levasse o material produzido na primeira MM para compor o Museu da Marcha Mundial (*Ibdem*).

Além de realizar mobilizações e parceria, as mulheres trabalhadoras rurais coletaram assinaturas para a *Carta das Mulheres Brasileiras* no momento de constituição da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Os principais pontos desse documento relacionavam-se a *terra, ao trabalho, aos direitos sociais, a autodeterminação e a soberania*. Uma questão era que a MM expressasse o tom de identidade e de representação das mulheres trabalhadoras rurais, semelhante as proporções do Grito da Terra.

A danada daquela Carta tinha milhões de assinaturas, nós colhemos assinaturas por tudo quanto foi lugar (...) foi assim que nós começamos a Marcha das Margaridas e a vinculação dela com a Marcha Mundial de Mulheres veio daí. E como achamos a idéia muito boa, resolvemos fazer uma Marcha e que ela deveria ser chamar das Margaridas (*Ibdem*).

A denominação da Marcha como *Marcha das Margaridas* foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdades nas quais vivem as trabalhadoras rurais, evidenciar as diversas formas de violências enfrentadas e a situação de pobreza na qual vivia a maioria das mulheres. A MM é uma das maiores manifestações populares que ocorrem atualmente no País e integra a agenda dos movimentos sociais do campo.

O nome de Margarida tinha a ver com o seguinte: a Marcha Mundial trazia a história da fome, da pobreza e da violência e Margarida foi uma mulher violentada, extremamente violentada, morta por uma violência cruel de um usineira lá da Paraíba (...). E na época fazia 18 anos da morte de margarida e ainda não havia tido o julgamento do mandante do crime, que é o Zito Buarque, genro de Reginal...fulano de tal, usineiro que determinou ao genro a execução de Margarida. (*Ibdem*)

No caso das trabalhadoras rurais ligadas à CONTAG, as discussões e articulações sobre a realização da MM se favoreceram com a realização da primeira Plenária das

Trabalhadoras Rurais, em 1998.

A gente discutia que era necessário realizar uma atividade de rua, em agosto, mês marcado pela morte de Margarida Alves e nada mais importante que colocar o nome dela. Nessa época, pensar em trazer 20 mil mulheres para Brasília era visto como “*coisa de malucas*” e isso assustou muitos dirigentes homens, inclusive na maioria dos Estados foram as mulheres que assumiram as despesas e houve muito esforço delas para conseguir recurso; nos assentamentos as mulheres arrecadava 1 real por mês e também doavam um animal para vender e fazer fundos para a Marcha (Ilda, 2007)⁴².

O lema contra a fome e a pobreza era condizente com a realidade de muitas mulheres viviam no campo brasileiro. As diferenças entre os momentos não foram capazes de superar o desejo destas mulheres de caminhar juntas em uma grande marcha.

Nós começamos juntas a fazer a Marcha Mundial, somos todas Marcha Mundial, nós não aderimos a ela, somos parte dela. A gente usava a expressão assim *grão de arroz* para dizer que éramos muito parecidas, porque sofremos as violências que as mulheres sofrem, a pobreza que as mulheres vivem e a fome que as mulheres passam, pois muitas vezes o alimento é prioritário para os filhos, do que as próprias mães se alimentarem (*Ibdem*).

Os aspectos conjunturais brasileiros, no período da primeira Marcha das Margaridas (em 2000), consolidaram a opção do Governo Brasileiro pelo modelo neoliberal representado por um Estado mínimo que reduzia o seu papel de intervenção no mercado e este passa a ser o principal regulador das ações. A globalização representada pela quebra de fronteiras, principalmente em relação à economia, gera transformações nas formas de comunicação que ganharam velocidade em grandes redes mundiais.

A primeira Marcha das Margaridas teve como lema ***2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista***. Seus eixos de discussão incluíram temas como terra, o trabalho, os direitos sociais, a autodeterminação e a soberania afirmados na Carta da Marcha Mundial. A questão central apresentada neste documento era um diagnóstico da situação em que vivia o campo e as conseqüências na vida das mulheres. Consistia ainda, na crítica ao neoliberalismo representado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que para as trabalhadoras rurais voltava-se aos interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro.

⁴² Entrevista realizada com Margarida Pereira da Silva, Ilda, Coordenadora Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, realizada em Brasília, em 21 de março de 2007.

De acordo com a Carta das Mulheres, o neoliberalismo somado ao machismo, ao racismo e a outras formas de discriminação alimentam e acentuam as desigualdades entre mulheres e homens e se contrapõem aos interesses da classe trabalhadora e das mulheres. Portanto, o neoliberalismo compromete a soberania dos Estados Nacionais e fere o direito à autodeterminação dos povos (Marcha Mundial de Mulheres, 2000).

Segundo informações divulgadas oficialmente pela Comissão Organizadora, a Marcha das Margaridas de 2000 reuniu em Brasília mais de 20 mil trabalhadoras rurais, centralizando todo o processo. Desde a primeira versão, sua estrutura organizacional é composta pela Coordenação Nacional, formada pela Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, representantes das Comissões Estaduais de Mulheres das Federações e de organizações parceiras. As Comissões Estaduais, Regionais e Locais são formadas pelas representantes sindicais e das organizações parceiras nos níveis que estão localizadas. As parcerias são articuladas em âmbito nacional, porém existem variações necessárias às realidades nos Estados, Municípios e Regiões.

A pauta da MM articula-se com plataforma política do movimento feminista e com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS-CONTAG), que orienta as ações da CONTAG e de movimentos parceiros. As principais propostas que fundamentam tal projeto são: reforma agrária ampla e massiva que valorize e fortaleça a agricultura familiar; geração de emprego, renda e ocupações produtivas; garantia dos direitos dos assalariados e assalariadas rurais; promoção de políticas públicas e a garantia dos direitos sociais; o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; a equidade de gênero/geração/raça/etnia.

A MM possui ações de mobilização, formação e denúncia que a caracterizam como uma estratégia ou ação política. A organização inclui reuniões locais para discussão da pauta – chamadas de reuniões de base, lançamentos, entrega da pauta e avaliação. As reuniões e eventos para discussão da pauta são subsidiadas pelo documento ou a Carta da Marcha que contém os eixos temáticos. A partir dos temas sugeridos, novos temas são incorporados, tanto no diagnóstico e avaliação, quanto propostas para cada tema.

Para efeito de visualização, classifiquei a organização da Marcha das Margaridas em três momentos principais: **preparação, realização e avaliação**. A preparação envolve o lançamento, a divulgação e a mobilização. O próprio momento de lançamento cumpre o papel de divulgar e mobilizar, é nesta oportunidade que as mulheres trabalhadoras rurais

denunciam publicamente a situação de desigualdades em que vivem. A divulgação visa atingir um maior número de participantes e também contribui para dar visibilidade à MM, momento mais voltado para as trabalhadoras rurais e o conjunto do movimento sindical.

Os principais momentos de preparação, realização e avaliação da MM acompanhados durante a realização da pesquisa de campo são descritos abaixo:

1) Momentos de preparação

Foram as cerimônias, atos políticos e outros momentos coletivos, que, às vezes necessitavam de autorização e/ou consulta prévia, tais como: a Marcha Estadual do Piauí; reuniões da Coordenação Nacional da Marcha das Margaridas, a entrega da pauta, em 25 de julho de 2007, no Palácio do Planalto, em Brasília; entrega da pauta ao MDA; entrega da pauta à Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, sendo estes dois últimos realizados no mesmo dia (25 de julho de 2007) e em diversos momentos com organizações parceiras, em Brasília na Sede da CONTAG.



Figura 1: Marcha Estadual do Piauí, no dia 4 de julho de 2007, em Teresina (Foto Berenice Silva)



Figura 2: Reuniões da Coordenação Nacional da Marcha das Margaridas (Foto: Berenice Silva)



Figura 3: Entrega da pauta no Palácio do Planalto, Brasília-DF, 25 de julho de 2007 (Foto: Berenice Silva)



Figura 4: Entrega da pauta ao MDA, Brasília-DF, 15 de agosto de 2007 (Foto: Berenice Silva)



Figura 5: Entrega da pauta à bancada Feminina da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 15 de agosto de 2007
(Foto: Berenice Silva)

- momentos paralelos e pós-Marcha de 2007: Audiência Pública na Câmara dos Deputados para discutir a Lei do Babaçu Livre, com a presença das quebradeiras de coco babaçu, realizada dia 09 de julho de 2007; reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Comitê deste Gênero deste Conselho, em Brasília, que possui representação de diversos movimentos de mulheres rurais; II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, em agosto de 2007, que antecedeu a MM; reunião de retomada das negociações após a Marcha das Margaridas, dia 3 de outubro de 2007, em Brasília, além de outros eventos onde a avaliação foi pautada.



Figura 6: Audiência Pública com as quebradeiras de coco babaçu (Foto: Berenice Silva)



Figura 7: II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em Brasília, 18-20 /08/2007 (Foto: Berenice Silva)

2) **Momento de realização:** a descrição das atividades principais que ajudam a perceber a dinâmica e a complexidade da Marcha das margaridas.

- Chegada das delegações ao Parque de Exposições, dia 20 de agosto de 2007;
- Abertura da Marcha das Margaridas: foi marcada pela presença de representantes de organizações de mulheres de vários países, organizações parceiras e representantes governamentais. Um momento que me chamou atenção foi a realização de uma mística⁴³, que são momentos de afirmação de identidade coletiva, uma espécie de representação de compromissos, explicitados pelos elementos simbólicos retratados em objetos, cantos e outras formas de manifestação de sentimentos.
- Feira da Economia Solidária – espaço para divulgação dos diversos produtos oriundos de todas as regiões do país como forma de demonstrar o potencial produtivo das mulheres trabalhadoras rurais.
- Refeições – as refeições foram demarcados pela interação entre as (os) participantes, mesmo as filas extensas não foram capazes de interromper as trocas de conhecimentos.
- Debates temáticos – ocorreram 04 debates sobre os temas da pauta: *Democratização dos recursos naturais: terra, água e agroecologia; Enfrentamento e combate à violência contra as mulheres; Previdência social e desenvolvimento: distribuição de renda, valorização do salário mínimo e do trabalho.* As mesas de debates foram coordenadas por mulheres dirigentes da CONTAG e teve como palestrantes e debatedoras representantes de organizações parceiras, Ministras e gestoras públicas, além de especialistas.

⁴³ As místicas são muito comuns em eventos realizados com e por trabalhadores e trabalhadoras rurais e são influenciados pela igreja católica.

- Noite Cultural: contou com apresentação de atividades culturais de todas as regiões do país, realizadas pelas (os) próprias (os) integrantes da Marcha;
- Marcha à Esplanada dos Ministérios – na passeata as margaridas marcharam enfileiradas levando bandeiras, cartazes, faixas, encenações, alas⁴⁴ e cantos;
- Ato público – foi marcado pelos discursos das autoridades presentes intercalados ao som da música das margaridas. Fizeram o uso da fala representantes da MM, organizações parceiras, dos presidentes da CONTAG, CUT e convidados internacionais. Os (as) parlamentares e demais autoridades presentes foram citados.
- Encerramento: era visível que a grande expectativa dos(as) participantes era presença do Presidente Lula, juntamente com os(as) Ministros(as). O compromisso do Governo Federal foi representado pela entrega do Documento pelo Presidente Lula à Coordenadora da Marcha, Carmen Foro, contendo as repostas a todas as questões demandas na MM. O anúncio das principais ações e programas foi feito pela Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire.

Além das discussões, são realizadas passeatas, atos públicos e outras atividades de visibilidade pública em diversos níveis. Em muitos locais são realizadas Marchas Estaduais ou Municipais. Os eventos de lançamento da Marcha em diversos Estados e municípios ocorre no dia 8 de março com caráter político e também de comemoração pelas conquistas. O caráter permanente da Marcha revela-se nos lançamentos de campanhas referentes os temas da pauta, tais como reforma agrária, direitos previdenciários, combate à violência e, mais recentemente, participação e poder. Para essas campanhas são elaborados materiais promocionais e textos e culminam com os eventos de 8 de março.

Nos Estados e municípios a dinâmica varia de acordo com o grau de mobilização. Em Pernambuco, de acordo com Molicca (2007)⁴⁵ no ano de 2000, as trabalhadoras rurais usaram a criatividade para realizar marchas pequenas, denominadas de marchinhas, como forma de atrair e chamar a atenção das companheiras. Em vários municípios as marchinhas foram realizadas aos domingos nas comunidades e as participantes usavam adereços para se caracterizarem como margaridas (flores).

A divulgação e mobilização foram realizadas de várias formas: rádio, jornais (impressos e pela rede de internet) cartilhas, adesivos e outros. Estes materiais são

⁴⁴ As alas em 2007 foram divididas em terra, água e agroecologia, combate à violência (região Nordeste), previdência social (região Sul) e emprego e melhores condições de vida; as margaridas estavam organizadas por região.

⁴⁵ *Ibidem*.

confeccionados de acordo com um padrão, obedecendo a uma identidade visual e são distribuídos pela rede CONTAG e redes de organizações parceiras. A mobilização e a formação revelam o caráter político da Marcha das Margaridas.

A pauta da MM é encaminhada aos representantes do executivo e legislativo nas esferas municipal, estadual e federal. Todavia, o peso maior é dado ao Governo Federal e à Câmara dos Deputados. Na Câmara, a pauta da MM é encaminhada à Bancada Feminina. As trabalhadoras rurais do sistema CONTAG elaboram ainda uma pauta interna ao movimento sindical, com recomendações e proposições para avançar na construção de novas relações humanas.

Nos momentos de avaliações coletivas as integrantes da MM comparam a primeira e da segunda Marcha sob vários aspectos.

A primeira Marcha não foi tanto tempo de discussão como foi a segunda, a primeira Marcha a gente tivemos assim uma média de uns seis meses pra construir, fazer discussões a nível de pólos, do que foi feito em cada pólo a gente fez uma discussão da marcha dos temas específicos e depois as próprias comissões foram fazendo as suas discussões nos municípios (Molica, 2007⁴⁶).

O planejamento é realizado em âmbito nacional, com definição de metas e operacionalização física e financeira, incluindo a infra-estrutura e os recursos necessários. Com esta definição é possível planejar as atividades mais gerais, os instrumentos de apoio e os responsáveis, por meio de rateio entre a CONTAG, as Federações e os sindicatos rurais. As organizações parceiras ficam responsáveis pelas despesas de suas delegações. Essa engenharia envolve não apenas o aspecto financeiro, pois a decisão sobre as finanças é sempre uma decisão política e nesse processo, existe uma disputa de poder.

Mesmo diante do suporte financeiro e da estrutura considerável da CONTAG, nas bases, são as próprias trabalhadoras que buscam os meios para arrecadar recursos financeiros, como, por exemplo: rifas e bingos são promovidos para assegurar o pagamento de algumas despesas (alimentação, transporte e outros). Em municípios pequenos e nos assentamentos as mulheres doam pequenos animais (galinhas, porcos, cabritos) e alimentos para arrecadar fundo. De cada produto ou animal vendido um percentual é doado como contribuição financeira para a Marcha das Margaridas. Ou seja, as mulheres trabalhadoras rurais investem em recursos financeiros, além de materiais e humanos demonstrados pela

⁴⁶*Ibidem.*

disposição e criatividade.

Em tempos de novos recursos materiais e militância virtual, as mulheres trabalhadoras rurais promovem atividades financeiras que eram muito comuns aos movimentos sociais e populares em décadas anteriores, uma prática aparentemente inexistente, inclusive fora da realidade da maioria dos movimentos sociais. De acordo com a análise das entrevistas, o apoio financeiro é a questão que mais dificultou a realização da Marcha das Margaridas, pois assegurar a infra-estrutura requer uma negociação permanente com as direções das instituições sindicais. Isto significa negociar principalmente com os tesoureiros, presidente e outros dirigentes homens das instâncias executivas.

Enquanto em muitos sindicatos ou Estados as mulheres trabalhadoras rurais contam com o apoio e solidariedade dos homens, em outros, elas tiveram de se desdobrar sozinhas, pois, o envolvimento do conjunto do movimento sindical e o problema financeiro constituem-se em desafios permanente em todo o processo de luta das mulheres.

As mulheres tiveram que penar muito para atender outras mobilizações e para conseguir dinheiro, pois parecia que era uma coisa dos outros, não era uma coisa do conjunto. Os homens do movimento sindical têm de parar de ver a Marcha como um gasto, mas um investimento no próprio movimento sindical e na alteração das relações machistas. Mesmo que alguns falavam 'a marcha é nossa, é do conjunto do movimento sindical', esse crédito é dado pelo sucesso, mas não era dado pelo investimento que precisava ser feito. Em alguns lugares, houve solidariedade dos companheiros que compreenderam melhor, mas ainda é uma dificuldade, é um desafio (Carmen, 2007)⁴⁷.

Durante a fase de preparação, representantes de organizações parceiras também relataram as dificuldades financeiras para mobilizar as trabalhadoras rurais e, conseqüentemente, a participação da Marcha em Brasília. Na última reunião das coordenadoras com as parcerias corridas em julho de 2007, em Brasília, a representante do MIQCB alegou que as dificuldades para custear a vinda de suas representantes a Brasília se davam em função de que este Movimento acabara de realizar uma audiência na Câmara dos Deputados sobre a Lei do Babaçu Livre que demandou muitos recursos.

Coube às Comissões Estaduais de Mulheres a responsabilidade pela negociação,

⁴⁷ Entrevista realizada com Carmen Helena Foro, Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, realizada em Brasília - DF, no dia 29 de agosto de 2007, na Sede da CONAB (intervalo da Reunião ordinária do CONDRAF).

organização e articulação nos Estados no Estado, uma engenharia complexa que envolve desde os contatos com as delegações, a captação de recursos financeiros e as atividades culturais. A dimensão e o volume de pessoas envolvidas exigem uma grande capacidade de organização, a exemplo do Estado do Pará participou com a maior delegação em 2003 como em 2007. A organização da logística neste Estado previa a saída de ônibus de diversas regiões que foram monitorados diretamente pela Coordenadora Estadual com apoio de dirigentes da Federação Estadual.

A Comissão Organizadora da MM contou com o apoio e parceria das demais Secretarias da CONTAG para organizar a Marcha de 2007 que contribuíram tanto com a parte operacional quanto com proposições teóricas. Os principais parceiros internos identificados foram as Secretarias de Políticas Sociais, Juventude⁴⁸ e Agrária. Os(as) jovens foram parceiros principalmente nos momentos de mobilização e discussão de temas.

A parceria com a juventude foi evidenciada quando este segmento pautou o tema da MM durante o 1º Festival de Juventude da CONTAG, realizado, em 2006, e nos demais eventos promovidos pela Comissão de Jovens da CONTAG. Um outro aspecto revelador da Marcha de 2007 foi a presença significativa de homens que sinaliza para uma compreensão sobre a importância parceria e solidariedade às mulheres.

De acordo com informações da Comissão Organizadora, a Marcha das Margaridas de 2000 reuniu em Brasília mais de 20 mil trabalhadoras rurais, mais de 30 mil em 2003 e cerca de 50 mil, em 2007. Todavia, se for levado em consideração todo o processo, as três versões da Marcha das Margaridas reuniu milhões de mulheres, seja direta ou indiretamente, em todo o País.

Ao identificar as parcerias em nível nacional, percebi que houve algumas alterações com as organizações parceiras da primeira para terceira versão da MM. Porém, a maioria das organizações permanece as mesmas desde a Marcha de 2000: MMM, MIQCB, MMTR-NE, CNS e a CUT que também é promotora desta Marcha.

A principal vantagem da atuação em rede é o caráter multiforme que favorece a aproximação entre uma ação mais localizada para uma mais global, como é o caso da participação das trabalhadoras rurais dos mais distantes lugares do país na Marcha Mundial

⁴⁸ O movimento sindical rural apresenta sinais de mudança na representação em relação ao gênero e geração. No caso da CONTAG, a maioria das Coordenações Estaduais de Jovens é dirigida por mulheres, principalmente no Nordeste; a primeira gestão da Comissão Nacional foi ocupada por uma mulher, Simone Batistine, de Santa Catarina, e a segunda e atual é dirigida por Elenice Anastácio, do Rio Grande do Norte.

de Mulheres, uma articulação internacional. A presença de uma delegação internacional expressiva foi um fato marcante na Marcha de 2007, totalizando 45 pessoas oriundas de 16 países, sendo a maioria da América Latina e Caribe.

A segunda versão da MM teve como lema **2003 razões para marchar por terra, água, salário, saúde e contra a violência**. Sua construção levou em conta a experiência metodológica da Marcha de 2000 que mobilizou mais de 20 mil mulheres. Também foi marcada pela realização de parcerias com os sindicatos, federações, CONTAG, associações, cooperativas, igrejas, partidos políticos, e ainda nas articulações de apoios e parcerias com outros movimentos de mulheres, inclusive outras categorias de trabalhadoras urbanas, como domésticas e comerciárias, que se identificaram com a proposta política da Marcha (CNMTR/CONTAG, 2003).

Os documentos de referência construídos no processo de preparação da MM são o documento-base e a própria pauta. Entretanto, as investigações indicam que em 2000 a preocupação maior foi com a elaboração da Carta das Mulheres Brasileiras entregue ao Presidente da República, na época Fernando Henrique Cardoso. Este documento representava uma forma de expressar o sentimento das mulheres trabalhadoras rurais sobre o país. A partir de 2003, a coordenação da MM passou a se dedicar mais à elaboração de um documento-base e de uma pauta ao Governo Federal e ainda ao Movimento Sindical. Para elaborar tais documentos, foram realizados vários momentos de discussão e aprofundamentos dos debates.

Em 2003, os temas foram salário mínimo, água, terra, saúde e o fim da violência sexista. A versão de 2007, realizada dias 21 e 22 de agosto teve como lema: **Construindo 2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista** e os seguintes temas: terra, água e agroecologia; segurança alimentar e nutricional e a construção da soberania alimentar; trabalho, renda e economia solidária, garantia de emprego e melhores condições de vida e trabalho das assalariadas; política de valorização do salário mínimo.

A construção da pauta de 2007 enfatizou a atualização dos temas em relação às Marchas anteriores com a perspectiva de qualificá-los destacando propostas de políticas públicas encaminhadas ao Governo Federal, tais como: acesso a terra, combate à fome, à pobreza rural, à violência sexista e outras propostas voltadas para a promoção da igualdade de gênero.

A Marcha das Margaridas 2007 apresenta-se com temário e pauta

atualizados em função da conjuntura e cenário econômico e político da sociedade brasileira. Com essa iniciativa as mulheres trabalhadoras rurais assumem posicionamentos contundentes no enfrentamento dos grandes desafios colocados para a construção de um Brasil verdadeiramente soberano, justo e solidário, com garantia dos direitos e cidadania plena das mulheres do campo e da floresta, de todas as raças e etnias, gerações e faixas etárias (CMTR/CONTAG, 2007).

Nas pautas e nos demais documentos constam uma avaliação sobre as políticas existentes, um posicionamento sobre o contexto político e institucional, a afirmação da Marcha das Margaridas como uma ação estratégica para garantir e ampliar as ações voltadas para as mulheres do campo. A metodologia adotada na construção da pauta compreende os momentos de debate e discussão em nível nacional que resulta em uma primeira versão deste Documento. Esta versão é socializada com as mulheres trabalhadoras rurais localizadas nos Estados e Municípios com ênfase para inclusão de temas e propostas que são incorporadas ao texto-base.

Além do lançamento, em novembro de 2006, foi realizado o 3º Encontro Nacional de Preparação da Marcha das Margaridas que resultou na elaboração do caderno de Textos – para estudos e debates. Foram promovidos também diversos debates e reuniões temáticas para discutir temas relacionados à juventude, idosas, assalariadas, agricultoras familiares, sem terra, extrativistas, pescadoras, quilombolas para compor a pauta de reivindicações.

Uma outra inovação da Marcha de 2007 foi a realização da Feira de Economia Solidária, espaço para divulgação dos produtos das mulheres trabalhadoras rurais organizados da seguinte forma: Estados, organizações parceiras, Secretarias da CONTAG e uma exposição sobre a história da comissão de Mulheres imbricada com a própria história da Marcha das Margaridas. São milhares de trabalhadoras rurais de todas as regiões do País reunidas em um mesmo local (jovens, idosas, homens, crianças). Em 2000 e 2003 o evento ocorreu somente em um dia, em 2007 foram dois dias de intensas atividades (21 e 22 de agosto), no Parque da Cidade, em Brasília (DF). A criatividade, a irreverência e a descontração são marcas da MM.

A seguir descrevo alguns registros etnográficos extraídos da pesquisa de campo.

Nas leituras e observações dos lugares e objetos localizados nas instituições, cerimônias e eventos, percebi que a estética é uma das características marcantes não somente da MM, como na ação das diversas organizações parceiras. O componente estético foi identificado na ambientação dos locais dos eventos, nos objetos e produtos

confeccionados (folderes, camisetas, botons, adesivos) e nas expressões corporais das mulheres presentes. Os adereços, as cores e os modelos relacionados às afirmações de identidades, a exemplo das mulheres do Norte com os colares de sementes e as quebradeiras de coco com adereços confeccionados com a própria matéria-prima do babaçu.

A dimensão racial e étnica, geracional e sexual presentes no meio rural brasileiro são demonstradas na diversidade dos (as) participantes, sobretudo nas mulheres negras, brancas, indígenas, quilombolas, idosas, jovens, crianças. A estética é composta por um conjunto de elementos onde se misturam cores e símbolos à identidade visual que se mistura aos sons e aos símbolos representativos do meio rural. Os materiais audiovisuais em diversos suportes e linguagens de comunicação expressam um universo onde se expressam sentimentos de alegria, indignação, dor, sofrimento e magia. Um enlace de histórias, memórias, narrativas, desejos e sonhos manifestados nas músicas, poesias, cantos de trabalho, ritmos, alegrias, harmonias. Estes e outros sentimentos somam-se à organização, a disciplina, ao protesto e a criatividade como um espetáculo no qual todas as personagens são protagonistas.



Figura 8: Expressões da diversidade das Margaridas, Marcha de 2007, Brasília-DF (Fotos: Maria Angelica)

As músicas e as poesias demarcam os momentos lúdicos e de animação presentes nos rituais, e, misturam traços culturais que retratam a vida, a luta e o trabalho pesado. Além desses elementos, descrevem também o cotidiano de trabalho, das lutas em defesa de uma sociedade livre de desigualdades e as tradições religiosas, sobretudo da vinculação à Igreja Católica. Estas formas de linguagem estão presentes no cotidiano e nos eventos

realizados pelas mulheres trabalhadoras rurais. Tanto as poesias quanto as músicas que fazem parte dos rituais, em sua grande maioria, são de autoria das próprias mulheres rurais, como ilustram os trechos:

Olha Brasília está florida estão chegando as decididas, olha Brasília está florida, é o querer, é o querer das margaridas. Somos de todos os modelos, todos os tipos de cabelo, somos de luta e aguerridas somos nós as margaridas (música da Marcha das Margaridas 2003 e 2007)⁴⁹.



Figura 9: Marcha das Margaridas de 2007, Brasília-DF, em 21 de agosto (Foto: Berenice Silva)

Além da música, os elementos simbólicos são representados de diversas formas, como por exemplo: as cores (verde e lilás), as imagens (Margarida Alves e outras mulheres se tornaram símbolo das lutas⁵⁰) estampada em camisetas, cartazes e folderes, bandeiras. Os principais objetos símbolos das margaridas são: flores margaridas, camisetas e chapéus; de todos os modelos e tamanhos. A relação com a natureza, com a terra e os alimentos são elementos simbólicos muito presentes nos momentos eventos específicos das mulheres trabalhadoras rurais e nas atividades públicas.

⁴⁹ Música é interpretada pelo grupo feminista Loucas de Pedra Lilás, um grupo de teatro de Recife (PE), que canta e representa, além de desenvolver técnicas vocais com as trabalhadoras nos momentos de ensaios para a passeata (Cf. Epígrafe deste trabalho).

⁵⁰ Além de Margarida Alves, as trabalhadoras rurais fazem referências a outras trabalhadoras, que perderam suas vidas na luta, como forma de reconhecimento e de denunciar a injustiça, a exemplo de Antônia Fulô, do Estado do Piauí e Maria da Penha, Paraíba. Antonia Fulô é uma trabalhadora rural do Estado do Piauí, assassinada por grileiros. Sua história estava relegada ao esquecimento, porém, na Marcha Estadual das Margaridas realizadas no Piauí, foi recuperada e se tornou visível. Maria da Penha Nascimento, integrante da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural da CUT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), na década de 1980. Penha faleceu em um acidente de carro, próximo ao depoimento do qual Penha era testemunha do assassinato de Margarida Alves.



Figura 10: Ambientação da Feira da Economia Solidária, Marcha das Margaridas 2007



Figura 11: Símbolo da Marcha Mundial de Mulheres, Marcha das Margaridas 2007

Entretanto, toda essa harmonia esconde tensões permanentes. Foucault (1996) ao se referir ao poder enfatiza que os lugares também determinam as posições hierárquicas inseridas em um conjunto de regras e ritos estabelecidos. Na MM o poder material e simbólico é revelado nas falas “autorizadas” que constituem a ordem do discurso.

No Piauí as tensões podem ser atribuídas na decisão inédita e positiva da direção Federação (FETAG/PI) em apoiar e investir na Marcha Estadual, ao invés do Grito da Terra Estadual⁵¹. Porém, ao discutir a organização desta Marcha Estadual as propostas apresentadas tendenciavam para uma configuração de realizá-la nos moldes do Grito da Terra. Isto sinalizava uma disputa sobre o controle da Marcha Estadual, principalmente pelo fato da Coordenadora Estadual de Mulheres estar a pouco tempo no exercício da função. Ressalto que, apesar das tensões sutis, houve de toda a diretoria da FETAG/PI, inclusive dos homens dirigentes e também dos(as) funcionários. Se a tendência se concretizasse, certamente descaracterizaria a Marcha Estadual como uma ação protagonizada pelas mulheres trabalhadoras rurais. Naquela e em outras situações, foi possível, constatar que, ao se tratar de ações pautadas pelas mulheres, havia uma necessidade de convencimento permanente, como se elas tivessem de provar sua

⁵¹ O Grito da Terra Brasil é uma mobilização nacional realizada anualmente pela CONTAG, federações e sindicatos rurais; consiste na apresentação de reivindicações dos trabalhadores(as) rurais para o campo, por meio de uma pauta entregue ao Governo Federal. Diferentemente da Marcha das Margaridas, as demandas da pauta do Grito da Terra são apresentadas com metas e valor dos recursos.

capacidade e de organização.

4. 2 As organizações parceiras

A identificação e o levantamento de informações possibilitaram perceber que na MM existem movimentos de mulheres urbanas ou composto majoritariamente por urbanas, como é o caso da Marcha Mundial de Mulheres. As demais organizações identificadas são: Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR), Secretaria de Mulheres da CUT, Movimento Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Além destas organizações, a Marcha das Margaridas conta ainda com a parceria da Secretaria da Mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros⁵² (CNS), MAMA – Movimento de Mulheres Articuladas da Amazônia e a REDELAC (Rede de Mulheres da América Latina e Caribe) e Loucas de Pedra Lilás.

Se a identidade política é construída a partir de um lugar situado, onde se localizam e como se constituem as diferenças na Marcha das Margaridas? Para tentar responder a estas questões realizei um mapeamento das organizações que compõem a MM buscando identificar alguns elementos discursivos que demarcam tais diferenças. Entretanto, o referido mapeamento é uma forma de visualizar a pluralidade dos movimentos de mulheres presentes na MM.

As relações entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são permeadas por influências mútuas. Ou seja, tanto as mulheres influenciam as instituições nas quais estão inseridas, quanto as instituições contribuem com as mudanças nas formas de agir e de pensar das trabalhadoras rurais. Este processo resulta na formação de uma cultura institucional marcadas por relações de gênero.

As organizações promotoras da MM são: a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG e Secretaria de Mulheres da CUT cujas integrantes pertencem aos sindicatos rurais e urbanos. As organizações parceiras, em sua maioria, são movimentos autônomos

⁵² Durante a pesquisa foram feitas tentativas de registrar a Secretaria de Mulheres do CNS tanto por pretender dar visibilidade a esta organização que se localiza na região amazônica na qual as mulheres vivenciam situações muito diferenciadas das demais. Entretanto, apesar do empenho de Célia Regina das Neves, não foi possível fazer este registro porque as fontes de informação identificadas retratavam somente sobre o CNS e não sobre a Secretaria de Mulheres desta instituição.

de mulheres, exceto a Secretaria da Mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros, apresentado no gráfico do capítulo I.

4.2.1 Secretaria de Mulheres da CUT

A organização das mulheres trabalhadoras rurais, em geral, ganhou maior densidade no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 em meio à discussão sobre gênero e classe como um novo tema discutido pelo movimento sindical urbano e rural. A primeira institucionalidade das mulheres na CUT foi a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural ligada ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), atualmente Secretaria de Mulheres.

Na década de 1980, as principais discussões realizadas pelas sindicalistas fortaleceram-se com a realização do I Seminário Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora Rural em 1990 na cidade de São Paulo. Neste evento as mulheres prepararam sua intervenção para o I Congresso do DNTR que objetivava ampliar as ações específicas da CUT, na criação de políticas por ramo de atividades, previstas nas resoluções do II Congresso da CUT (CONCUT); na introdução do debate sistemático sobre as trabalhadoras rurais, a partir do Congresso do DNTR e na elaboração de diretrizes políticas e do plano de ação deste Departamento (DNTR, 1991).

Um dos artigos que integram a Publicação resultante do Seminário Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora Rural, Maria Berenice Godinho Delgado, destaca três aspectos que considera importante: i) a situação da mulher trabalhadora rural no contexto das relações capitalistas no campo com base em um diagnóstico realizado dos depoimentos; ii) a participação sindical das trabalhadoras e as contradições do sindicalismo frente à presença das mulheres nos sindicatos; iii) o papel da CUT, dos sindicatos e dos movimentos autônomos frente às reivindicações e organizações das mulheres.

Neste Seminário foi definida a realização de uma pesquisa com as delegadas, para traçar-lhes um perfil, subsidiar as ações e formular uma proposta para ser apresentada no I Congresso sobre a importância da mulher trabalhadora rural como questão a ser priorizada no DNTR (Delgado, 1991). O Relatório do Seminário cita a exploração da mão-de-obra feminina no campo e a violência contra as mulheres que aparecia em forma de denúncia:

Na PB tem aumentado a violência sobre as mulheres, tanto no campo como na cidade. As trabalhadoras rurais se defrontam com o assédio sexual dos feitores e a pressão para se submeterem a ele em troca do emprego ou de pequenas vantagens. Não existem as mínimas condições de trabalho. Na cana, por exemplo, não há espaço para higiene pessoal. Mesmo gestante a mulher aduba e carrega peso. Há um aumento do número de mulheres vindas do campo internadas em hospitais psiquiátricos. E, pela falta de assistência à saúde, crescem os casos de câncer no seio e no útero (Delgado, 1999).

No I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, realizado em 1992, também em São Paulo, a CMTR definiu como um dos principais eixos de atuação garantir os direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, principalmente o direito a terra, a igualdade de direitos entre trabalhadoras urbanas e rurais e a co-chefia do núcleo familiar. Dentre os avanços apontados pelas participantes estão a unificação das conquistas dos movimentos de mulheres rurais, o reconhecimento da profissão de produtora e trabalhadora rural, a aposentadoria aos 55 anos e o direito a terra.

A aprovação de questões sobre as mulheres rurais no 5º Congresso da CONTAG, a grande mobilização das mulheres em Brasília, realizada pela CNMTR/CUT unificada com outros movimentos, além de ser referência no Brasil, foram decisivas para fazer valer a lei da aposentadoria. A elaboração da publicação denominada “Mulheres Trabalhadoras Rurais: participação e luta sindical” também foi apontada como avanço pelas trabalhadoras rurais da CUT. Sem dúvida, a organização da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais culminou com a formação de várias lideranças reconhecidas não apenas pelo movimento sindical, mas também pelos movimentos sociais de um modo geral.

Quanto aos limites apontados pelas participantes no referido Seminário, há indícios de que muitas questões ainda não foram superadas, considerando que atualmente as mulheres ainda encontram muita resistência para se inserir estruturas sindicais. Todavia, os primeiros momentos foram muito mais difíceis, conforme apontado no Documento:

Não houve empenho do movimento sindical como um todo na campanha de sindicalização das mulheres e na implantação das resoluções do I Congresso [DNTR]; pouco avanço na compreensão sobre gênero e classe, por falta de discussão séria nos fóruns; não avançamos na elaboração de uma política tática e estratégica em relação ao trabalho com as mulheres na CONTAG; a CNMTR, por falta de integração com a Executiva, Direção e Secretarias, acaba tendo uma atuação autônoma em relação ao conjunto do Departamento; a estrutura de funcionamento da CNMTR foi

sempre muito débil, por falta de ter uma pessoa específica para acompanhar (DNTR/CUT, 1992, p.6).

Ao mesmo tempo em que as sindicalistas enfrentaram muitas barreiras para discutir questões consideradas importantes no movimento sindical e com a sua organização resultou na aprovação das cotas de 30% para mulheres no movimento sindical, em 1993, daí estendidas aos partidos políticos. A resistência e a estratégia de atuação articulada com outros movimentos foram importantes para o conjunto dos movimentos sociais, especialmente os feministas. Desde o primeiro momento as sindicalistas pautaram o tema do feminismo como um caminho possível para avançar nas lutas, pautado em temas como sexualidade e direitos reprodutivos, enfrentamento da violência, e em 2007, ao pautar a campanha “Em defesa da não descriminalização do aborto”, inclusive com uma grande mobilização em Brasília.

4.2.2 Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG

A Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG está inserida na estrutura do chamado MSTTR (Movimento Social de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Seu surgimento em 1992 confunde-se com o próprio surgimento da organização de mulheres da CUT que nos primeiros momentos teve forte presença no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. No Rio Grande do Sul, a luta era manifesta em prol dos direitos previdenciários e acesso à saúde. Em Pernambuco, com a insistência das mulheres em participar das frentes de trabalho contra a seca.

A presença das mulheres começa a ter ressonância no MSTTR a partir do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em 1979. O momento, que demarca a participação das mulheres de forma mais intensa, ocorre no 4º Congresso em 1985, mesmo com a maioria esmagadora de homens.

Todavia, foi somente em 1988 que foi formada a Comissão Provisória da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG e no ano seguinte foi realizado, em Brasília, o 1º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais. Este Seminário resultou na elaboração de uma Carta das Mulheres Trabalhadoras Rurais contendo temas como o reconhecimento da profissão, seguridade e previdência social, questões presentes nos debates e nas pressões

no Congresso Constituinte. O 2º e o 3º Seminários Nacionais aconteceram em 1989 e 1992, antecedidos de debates nos Municípios, Regiões e Estados. A partir de então, as trabalhadoras rurais incorporaram a dimensão de gênero na agenda do MSTTR, inclusive a alteração na linguagem, a começar pela utilização da expressão “*trabalhadoras*” à nomenclatura dos sindicatos e a toda a estrutura lingüística do movimento.

O fortalecimento da presença das mulheres trabalhadoras rurais se intensificou com a criação das Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais no MSTTR, a partir de 1996. Em 1991 durante o 5º CNTR foram eleitas de forma inédita quatro trabalhadoras para a diretoria efetiva da CONTAG evento que contou com 2.100 delegados, sendo 200 mulheres representando 8% do total. Das quatro mulheres eleitas somente uma era titular da 1ª Secretaria e três eram suplentes⁵³. Em 1995, as trabalhadoras rurais elegem a primeira Coordenadora da CNMTR, Margarida Pereira da Silva (Ilda/PE), que passou a integrar a diretoria executiva da CONTAG, com direito a voz e voto (CONTAG, 2003). Ilda (2006)⁵⁴ ressaltou em entrevista a dificuldade que ela e as outras companheiras tiveram para participar das reuniões da direção da CONTAG.

A participação das mulheres representou uma inovação no movimento sindical rural, porém, as trabalhadoras enfrentavam dificuldades para se inserirem nesse processo. Estas dificuldades envolviam as despesas com os deslocamentos, pois no período citado, enquanto os titulares homens viajam de avião, as mulheres tinham de enfrentar horas de ônibus para poder participar das reuniões. Hoje, se reconhece que, houve avanços em vários aspectos. “*Como tínhamos apenas direito à voz, elas se articulavam e negociavam com os dirigentes efetivos a inclusão de temas importantes para as trabalhadoras rurais nas reuniões dos conselhos [da CONTAG]*” (CONTAG, 2008).

Um dos temas e ação destacados foi a implantação das cotas de 30%, em 1998, no movimento sindical abrangendo toda a estrutura da CONTAG, ocorrida no 7º Congresso, após 35 anos de existência desta Confederação. Para as trabalhadoras rurais um fato decisivo para que as cotas fossem aprovadas foi a realização da 1ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais às vésperas do Congresso. Além das cotas, foi neste Congresso que se deliberou pela ampliação da participação das mulheres na Diretoria da CONTAG: Raimunda Celestina de Mascena, do Ceará, eleita a segunda Coordenadora da

⁵³ A titular era Tereza dos Santos da Silva (Tereza de Araxá - MG) e as suplentes: Josefa Rita da Silva (Zefinha da Bahia); Maira Bottega (RS); Margarida Pereira da Silva (Ilda - PE).

⁵⁴ Entrevista realizada com Margarida Pereira da Silva, conhecida como Ilda, no dia 14 de março de 2007, em Brasília.

CNMTR; Maria das Graças Amorim, Maranhão, na Secretaria de Políticas Sociais; Maria de Fátima Rodrigues, Piauí, para a Secretaria de Formação e Organização Sindical; Maira Bottega, Rio Grande do Sul, no Conselho Fiscal.

Em 1999, as sindicalistas rurais ligadas a CONTAG definiram qualificar e ampliar as cotas e para todas as instâncias do MSTTR, aprovando 30% de mulheres como princípio estatutário e 50% de participação nas atividades de formação. Em 2000, no 8º Congresso dos Trabalhadores Rurais foram aprovadas a recomendação e orientação sobre o cumprimento das cotas, via fiscalização e monitoramento. Neste mesmo ano foi eleita mais uma mulher para a direção da CONTAG, desta vez para a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Simone Battestin, do Espírito Santo.

A Comissão Nacional de Mulheres integra a diretoria executiva⁵⁵ da CONTAG. A CNMTR é composta pelas Coordenações Estaduais presentes nas 27 unidades da federação, que por sua vez, estão inseridas nas federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais (FETAGS). As coordenações estaduais contam com a organização das coordenações regionais (em muitos lugares denominados pólos) e municipais que integram a estrutura do movimento sindical. Esta forma de organização indica alterações nas relações de gênero no interior do movimento, mas isto não quer dizer que se trata de mudanças profundas.

Ao desafiar o movimento sindical e provocá-lo a discutir os problemas que as envolvem, as trabalhadoras vinculadas a CONTAG e a outros movimentos consolidaram sua participação em todos os espaços do movimento sindical. Esta discussão foi inserida no contexto da globalização e da reestruturação das relações de trabalho em consequência do neoliberalismo que resultou no aprofundamento das desigualdades no campo e na vida das mulheres.

O debate sobre gênero no movimento sindical rural surge no contexto das reflexões sobre o novo sindicalismo (Abramovay & Silva, 2000). A aprovação das cotas representou mudanças significativas para as trabalhadoras rurais, mas não se trata de espaços dados, considerando que existem implicações. Um dos problemas apontados, é a implantação de cotas desagregadas de outras ações de apoio. Certamente as dificuldades enfrentadas por uma trabalhadora rural ou outra mulher que assume uma função historicamente de exclusão são muitas. O surgimento da CNMTR ocorreu em um contexto de disputas diante

⁵⁵ A CONTAG congrega 27 federações estaduais (FETAGs), mais de 3 mil sindicatos filiados com mais de 9 milhões de trabalhadores e trabalhadoras e atualmente disputa base sindical com a FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura familiar). Tais disputas se dão por meio de formulações, ações e orientações políticas distintas, mas ambas estão filiadas à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

da realização do Congresso da CONTAG. E as resistências quanto à participação das mulheres foi denunciada pelas sindicalistas durante o IV Congresso Nacional⁵⁶, por meio de uma moção de apoio à sindicalização feminina.

Os denominados “espaços políticos” são marcados por disputas duras, e, muitas vezes, as mulheres acabam abrindo mão de ocupá-los. Isso não quer dizer que as mulheres sejam isentas de disputas. Vale dizer que muitas disputas sindicais, partidárias e de outros meios institucionais seguem uma lógica de interesses de grupos políticos e os resultados nem sempre favorecem as mulheres, sejam estas rurais ou urbanas.

4.2.3 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE

O MMTR/NE surgiu nos anos 1990 em decorrência de problemas enfrentados com as secas. Ocasão na qual grupos de mulheres do Sertão Central de Estados de Pernambuco sentiram-se excluídas das frentes de trabalho. A pesquisadora Rosineide Cordeiro, da UFPE, realizou sua tese de Doutorado sobre a representação das mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central. Segundo ela, as mulheres começaram a se reunir e a se mobilizar para serem inseridas nas frentes de trabalho. A partir de então, procuraram o sindicato rural, como os únicos espaços de organização dos trabalhadores(as) no campo. Encaminharam um documento ao Governo Federal denunciando a exclusão das mulheres, causando grande repercussão e mudanças no Programa de Combate à Seca.

Com a reformulação do Programa de Combate à Seca, as mulheres acabaram sendo designadas à preparação dos alimentos para os homens que trabalhavam nas outras atividades e isso causou novas reações. As discussões se ampliaram para outros locais, culminando com a constituição de frentes de trabalho compostas e coordenadas somente por mulheres (Cordeiro, 2006). Resultado desse processo foi a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sertão Central em 1984, envolvendo os Estados de Pernambuco e Paraíba, mais precisamente em Serra Talhada (PE) e em Brejo (PB) atingidos pelas secas desse período. Após a fundação, as trabalhadoras rurais deste Movimento começaram a provocar uma discussão sobre a importância de participarem dos sindicatos, tendo em vistas que estes eram as organizações mais localizadas e com as quais elas possuíam relação mais próxima. A partir de então, formularam uma proposta sobre a

⁵⁶ A partir de então, a CONTAG incorporou a expressão “trabalhadores e trabalhadoras” rurais presente tanto nas denominações de seus fóruns políticos quanto nos documentos.

necessidade de participação das mulheres nos sindicatos e apresentaram algumas questões do seu interesse.

Conforme abordado no capítulo III sobre os movimentos sociais no campo, os sindicatos rurais exerceram um papel muito forte de assistência às áreas rurais, tanto em relação à saúde, quanto à previdência. O fato das trabalhadoras rurais ficarem ausentes naquele momento fez com que elas se sentissem em desvantagem com relação aos homens chefes de família, principalmente na questão dos benefícios da aposentadoria. Enquanto os homens, considerados os chefes de família, recebiam 50% do valor do salário mínimo, as mulheres só tinham direito quando ficavam viúvas, mas a pensão só equivalia a 30% do valor do salário mínimo.

Este debate resultou na organização de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais que obtiveram o apoio da Federação de Pernambuco para apresentar a proposta no 4º Congresso da CONTAG, em 1985. Uma das principais questões apresentadas pelas trabalhadoras rurais foi o seu reconhecimento como sindicalista, pois a sua inserção garantiria o direito à previdência (Deere, 2004). Foi nesse mesmo período que ganhou força também a organização das trabalhadoras da região Sul.

O MMTR/NE surge em 1986 como um movimento autônomo, formado por mulheres com ações em todos os 9 Estados do Nordeste com estrutura organizativa que compreende: organizações de base (assentamentos, comunidades rurais); coordenações municipais, estaduais e a diretoria regional, composta por 3 representantes de cada Estado e uma Secretária Executiva. Define-se como um movimento feminista desde a sua formação que contou com a participação de mulheres trabalhadoras rurais e assessoras de Pernambuco e Paraíba num Seminário realizado, em Cajamar, São Paulo, organizado por movimentos feministas (Ilda⁵⁷, 2007).

A entrevistada ressalta ainda que, o Movimento participou da elaboração da Plataforma Política Feminista em 2002⁵⁸, e no Seminário do Cajamar, as mulheres rurais reagiram ao constatar as poucas trabalhadoras rurais no movimento feminista. Mencionou ainda que, na formação deste Movimento elas tiveram bastante apoio de suas assessoras que, alegavam não se conformar quando chegavam nas casas dos trabalhadores rurais para

⁵⁷ Entrevista realizada com Margarida Pereira da Silva, conhecida como Ilda (*Ibdem*).

⁵⁸ Este documento foi aprovado na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília nos dias 6 e 7 de junho de 2002, contém a Carta de Princípios da Conferência e temas como a democracia política, o estado democrático, a liberdade sexual e reprodutiva; é assinada por várias redes e organizações de mulheres .

reuniões e as mulheres não davam as caras, somente os homens “chefes da família” (*Ibidem*).

Dentre suas principais ações e reivindicações desde a sua fundação, destaca-se a ***Campanha de Documentação da Trabalhadora Rural***, que se tornou programa de Governo, citado neste trabalho. O MMTR/NE tem privilegiado vários temas em sua agenda que vão desde a defesa do meio ambiente, da educação, da saúde, do parto humanizado ao combate à violência contra a mulher. Nesse contexto destaca-se, também, a formulação de propostas coletivas que atingem diretamente as mulheres, por meio de sua participação em conselhos, comitês gestores e em eventos nacionais e internacionais em parceria com ONGs, Igreja Católica e outros movimentos de mulheres e feministas.

É importante registrar que o MMTR-NE insiste em se afirmar como um movimento autônomo, demarcado nas relações com o movimento sindical, nas quais muitas trabalhadoras ligadas a este Movimento também são associadas a outros sindicatos rurais. Essa relação é marcada por parceria e tensões permanentes, tendo os principais motivos são nas disputas de base, principalmente quando se refere à representação política. Além disso, considera-se o fato de que o MMTR-NE firmou rupturas com os movimentos no momento do seu surgimento.

A autonomia reivindicada pelo MMTR-NE parece indicar um desafio permanente em construção. Uma mesma trabalhadora pode estar vinculada ao MMTR/NE, ao sindicato, cooperativas, associações e outras. Muitas mulheres quebradeiras de coco estão vinculadas aos sindicatos rurais, ao movimento de quebradeiras e às cooperativas de produção. Para Ilda (2007), “no início da organização do MMTR/NE muitos sindicatos e Federações tiveram problemas com o MMTR. Havia muita incompreensão, mas hoje já há mais proximidade” (*Ibidem*).

Em relação à parceria na Marcha das Margaridas, a boa relação em nível nacional não impediu nas relações cotidianas as disputas locais entre sindicatos rurais e MMTR-NE.

O MMTR/NE é composto por mulheres de diferentes etnias, gerações, credos religiosos que desenvolvem atividades produtivas distintas: agricultoras familiares, pescadoras, artesãs. São mulheres trabalhadoras rurais que,

Aprenderam a recusar as classificações que as identificam como “doméstica” ou “do lar”, lutam para ter acesso aos direitos previdenciários e registram na documentação que são trabalhadoras rurais. Além disso, transgridem os espaços que lhes são socialmente

delimitados e assumem novas posturas e interesses diante das suas vidas e do mundo a sua volta. (Cordeiro, 2006, p. 217).

4.2.4 Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

As mulheres quebradeiras de coco surgem como uma nova expressão social e política no meio rural, como um sinônimo de resistência nas lutas em defesas dos babaçuais e no enfrentamento com proprietários de terra. Suas ações estão pautadas no combate à expropriação ilegal dos recursos naturais, mais precisamente, em defesa das florestas de babaçuais. Também foi no final dos anos 1980 que as quebradeiras de coco iniciaram o processo de organização, primeiramente, por meio das cooperativas. Em 1989, com a criação da ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão⁵⁹ – o trabalho passou a ter um assessoramento técnico. Daí a organização cresceu resultando na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu em 1991. A partir de 1995, transformou-se no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

Este Movimento atua nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. É formado por trabalhadoras rurais que se autodefinem como *quebradeiras de coco* (Almeida, 1995; Barbosa, 2006; Lago, 2002; e Mota, 2006). O principal elemento de identidade do MIQCB é a luta pela terra e a defesa dos babaçuais, como fonte de sobrevivência e renda.

Na década de 1990, principalmente no Estado do Maranhão, muitas famílias passaram a sobreviver da quebra do coco babaçu, por meio do seu beneficiamento integral, diversificando a agricultura familiar com esta atividade agroextrativista. A inserção dos produtos oriundos do babaçu se diferencia no mercado pelas estratégias de organização coletiva, baseadas nos princípios da sustentabilidade, da agroecologia e do comércio justo e solidário. Essa relação com o mercado caracteriza-se pelos aspectos sociais, econômicos e ambientais nos quais os produtos, além de gerarem renda dão visibilidade às lutas das quebradeiras de coco. Suas experiências estão diretamente associadas às lutas pela democratização do acesso a terra. Nessa relação está presente um forte componente econômico, mas envolve componentes ambientais e elementos de representação simbólica

⁵⁹ A ASSEMA desenvolve trabalho na região do Mearim, no Maranhão, considerada o epicentro da luta pela terra, onde a reforma agrária ocorreu em função da pressão e de muitos conflitos com pouca presença do Estado. A presença de organizações ligadas aos direitos humanos e à igreja foi fundamental tanto na mediação dos conflitos quanto no apoio ao processo de organização das comunidades.

relacionados à proteção dos recursos naturais.

Esta relação entre natureza e sobrevivência, implica em uma nova concepção de direitos por questionar o direito civil que privilegia a defesa da propriedade privada e o direito agrário, para repensar a função social da terra, ainda respaldada na visão conservacionista. Essa concepção, desafia o próprio direito ambiental, a incluir o ser humano na preservação dos recursos naturais. A estratégia é adotar uma visão ampliada do direito e concretizada pelo MIQCB ao fazer várias parcerias com redes de organizações sociais, incluindo instituições jurídicas na elaboração de instrumentos legais que resultou, entre outras ações, na Lei do Babaçu Livre⁶⁰.

Considerando as atividades produtivas, as quebradeiras de coco estão inseridas na categoria de agroextrativistas juntamente com os(a)s seringueiros(as), as açazeiras, as coletadoras de frutos e outros(as), mas tal classificação não exclui sua autodefinição como *quebradeiras* que para estas é o que representa a identidade coletiva ao grupo. “A gente está querendo se expor pro mundo dizendo *eu sou quebradeira*, porque é o que a gente faz mesmo na seca e de verde é quebrar coco, pois se nós quebramos coco de inverno e verão nós somos *quebradeira*” (D. Moça, 2007)⁶¹.

Esta identidade reivindicada, além de posicioná-las e diferenciá-las em relação às demais trabalhadoras rurais, também diz respeito à afirmação de um sujeito coletivo, pois *ser quebradeira* expressa suas atividades produtivas, suas formas de se relacionar com a natureza e de posicionar como mulheres extrativistas. Assim, um olhar mais atento indica a existência de vários pontos de tensionamento e ao mesmo tempo de interfaces na configuração identitária da MM que envolve as representações sócio-culturais e políticas. Ao participar de eventos e fóruns que possibilitam o diálogo social entre governos e sociedade civil, as representantes do MIQCB se diferenciam ao se afirmarem como quebradeiras de coco, uma nova categoria social. Ou seja, na MM os deslocamentos identitários são evidenciados nos discursos marcados pelas aproximações e diferenças permanentes.

Esse emaranhado de representações e de categorias presentes em um mesmo grupo social composto por mulheres, pode ser percebido em mulheres como Dona Nice,

⁶⁰ A Lei do Babaçu é uma iniciativa das quebradeiras de coco babaçu de criar instrumento legais que garantam o direito de livre acesso e proteção dos babaçuais, inclusive consta no rótulo dos seus produtos; atualmente existem leis municipais no Estado do Maranhão e tramita no Congresso Nacional vários projetos de Lei, um deles é de autoria do deputado Domingos Dutra - PT/MA.

⁶¹ Entrevista com Sebastiana Ferreira C. Silva – D. Moça, Coordenadora do MIQCB, realizada em Brasília, em 26/07/2007.

quebradeira de coco, atual vereadora pelo Município de Guimarães, na Baixada Maranhense. Reconhecida socialmente como quebradeira de coco, D. Nice que também faz parte do sindicato rural do seu município e do movimento quilombola, pode adotar uma ou as três categorias, opção que dependerá da ocasião em que foi escolhida ou indicada. Da mesma forma, algumas mulheres localizadas nos Estados do Pará e Tocantins, assumem identidades diversas: indígena, quilombola, quebradeiras de coco, coletadeira. Um dos espaços de organização das mulheres da região amazônica é o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), como é o caso de Dona Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Dona Raimunda dos Cocos, liderança da região do Bico do Papagaio em Tocantins.

Em relação à representação, o MIQCB possui uma estrutura organizativa composta por Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comissões Temáticas. Vale mencionar que apesar do MIQCB abranger a maioria das quebradeiras, existem grupos mais localizados ou dissidentes, como o grupo de quebradeiras de coco da região do Vale do Itapecuru no Maranhão que não possuem relação com o MIQCB, mas são vinculadas a uma associação local e aos sindicatos rurais. Portanto, as quebradeiras estão envolvidas em redes de relações materiais e simbólicas que podem ser observadas nas representações sociais⁶², sobre si e sobre a natureza.

4.2.5 Marcha Mundial de Mulheres

A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) constitui-se em um movimento de mulheres de cunho feminista que surgiu em 1999. Reuniu várias organizações feministas, de mulheres e outras organizações mistas. A idéia da Marcha Mundial de Mulheres tem a mesma influência do surgimento da Marcha das Margaridas, uma alusão à Marcha Pão e Rosas-manifestação de mulheres ocorrida no Canadá em busca de aumento salarial. Essa experiência transformou-se em uma simbologia feminista para expressar a resistência

⁶² Para Jodelet (2001) representações sociais são fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por um trabalho científico. A observação sobre as representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões, pois circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagem e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e especiais. A autora compartilha da mesma preocupação de Moscovici que é encontrar elementos que estruturam hegemonicamente a vida social. Apesar de estarem distantes da escola sociológica francesa, sobretudo no que se refere às representações coletivas, ambos retornam a elas ao priorizarem o estudo dos mecanismos de reprodução da vida social.

contra a pobreza e a violência. A MMM ampliou - se com as mobilizações sociais durante várias edições do Fórum Social Mundial (FSM), a começar pelo primeiro, realizado em Porto Alegre 1999, reunindo várias organizações de mulheres e feministas.

A MMM é composta pela adesão de organizações cujas identidades se pautam no reconhecimento das desigualdades de gênero permeada de uma lógica machista, patriarcal e sexista sustentada pelo sistema capitalista geradoras de consequências perversas para as mulheres. O enfrentamento das discriminações é feito pelo combate à lógica do sistema capitalista, por meio de ações concretas, pela inclusão das desigualdades de gênero no patamar de desigualdades sociais e pelo enfrentamento da constituição de relações de igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz.

A constituição da MMM no Brasil contou com a participação de aproximadamente, trinta mil mulheres oriundas de 16 Estados do Brasil, numa ação integrada pelos movimentos feministas latino-americanos. A aliança com os demais movimentos sociais foi simbolizada na *Carta pelas Américas* que continha uma pauta multidimensional: moradia, reforma agrária, salário justo, saúde, direito ao aborto, pela paz, contra a violência, o racismo, a guerra e outras formas de violência. Os itens da pautas eram incorporados à medida que a Carta passava pelos mais de 53 países até chegar à Burkina Faso na África, no dia 17 de outubro de 2005. Estas questões são retomadas no tema que se refere à formação da Marcha das Margaridas.

As questões incorporadas na Carta e a passagem desta pelas Américas caracterizaram a nova face multidentitária dos feminismos nos movimentos latino-americano e mundial, e nos fóruns transnacionais enquanto espaços ideais para estas mobilizações. O FSM tem estimulado a criação de várias redes nacionais. Como exemplo brasileiro o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outros transnacionais como o Fórum Mundial de Saúde e a Via Campesina, no qual se articulam o Movimento de Mulheres Camponesas⁶³ (MMC). Estes fóruns e redes são espaços importantes de articulação das mais distintas expressões de lutas sociais por direitos.

A organização da MMM é composta por um Secretariado Internacional, formado

⁶³ Os movimentos de mulheres vinculados à Via Campesina não integram a Marcha das Margaridas (MMC, MST, MPA, MAB), além destes, as mulheres ligadas a FETRAF também não integram a MM. Em geral, nos espaços de representação política quando não é possível contemplar todos os movimentos de mulheres, formam-se três blocos: Via Campesina, Marcha das Margaridas e movimentos vinculados à CUT. As diferenças entre estes movimentos de ordem político - ideológica e de disputas de bases sociais, podem ser percebidas nos discursos das mulheres, embora, seja possível inferir que as mulheres rurais conseguem ter mais pontos de unidade que os movimentos em geral.

por países distintos e Coordenações Nacionais localizados nos países membros. O Brasil estruturou-se com a Coordenação Nacional, gerenciada por uma Secretaria Executiva e constituída pelas seguintes organizações: Secretaria de Mulheres da CUT, Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, Setorial de Mulheres da Central de Movimentos Populares (CMP), Centro Feminista 8 de Março de Mossoró (CF-8), Setorial de Mulheres da União de Moradia Popular.

A Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas são Movimentos congregadores vários outros movimentos. A MMM dá ênfase ao caráter feminista, nos seus discursos estão presentes as questões o combate ao racismo, sexismo, homofobia e lesbofobia.

4.3 Análise das pautas: políticas transversais ou ações específicas?

A análise das pautas apresentadas na Marcha das Margaridas foi realizada primeiramente por um levantamento das principais questões pontuadas no período de 2003 a 2007. A seleção dos itens da lista obedeceu aos seguintes critérios: as reivindicações apresentadas ao Estado; as propostas contidas ao menos em duas pautas e despreocupação prévia de constituir séries. As falas das entrevistadas, os documentos institucionais do Governo Federal, as construções discursivas presentes nos materiais elaborados pelas organizações nos materiais promocionais governamentais (folderes, textos, boletins, notícias em jornais e na internet) deram suporte à análise das pautas.

Os documentos utilizados neste levantamento são: os relatórios contendo a posição do Governo Federal sobre as propostas nas três versões da MM, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), I e II PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres).

Assim como as demais políticas públicas para as mulheres, o monitoramento das ações contidas no PNPM é realizado por um Comitê Gestor, vinculado ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O MDA compõe este Comitê Gestor de Monitoramento que por sua vez constituiu um Grupo Gestor para acompanhar e monitorar as ações voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais. Este Grupo é coordenado pelo PPIGRE/MDA e conta com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil, através dos movimentos de mulheres. A parceria entre Estado e sociedade civil também pode ser identificada na constituição do Comitê de Gênero, Raça e Etnia do

CONDRAF, responsável pela formulação e discussão de propostas relacionadas ao desenvolvimento rural.

Para efeito de análise, agrupei as propostas da Marcha de 2000 e de 2003, destacando que somente a partir de 2003 é que o Estado passou a responder às reivindicações da MM 2000. A análise possibilitou inferir que a pauta de 2000 é caracterizada pela denúncia da situação vivenciada pelas trabalhadoras rurais no campo. A partir da segunda MM em 2003, surgem as primeiras políticas públicas que são avaliadas na Marcha de 2007. Para a Comissão organizadora da MM, a pauta de 2007 caracteriza-se pela avaliação e qualificação das políticas públicas em curso. Vale ressaltar que a transversalidade de gênero, raça e etnia está posta em todas as pautas e nos documentos de Governo.

Faz parte da *práxis* dos movimentos sociais do campo classificar suas reivindicações como *questões gerais*, enquanto as propostas apresentadas pelos segmentos sociais, nos quais se incluem movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são denominadas de *questões específicas*. Este argumento desfaz-se quando os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais questionam os padrões sociais e os papéis que lhe são atribuídos historicamente.

As mobilizações realizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais em prol de políticas públicas são um dos aspectos destacados por Thurler (2005), ao mencionar a mobilização convocada pela Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul, em 1994, lançando em cinco Estados a Campanha “*Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos*”, e ao pautar uma questão nacional: a falta de documentação das trabalhadoras rurais, porta de entrada para a cidadania.

No Nordeste, a iniciativa do MMTR/NE em lançar a mesma Campanha contou com o apoio de várias organizações da sociedade, incluindo setores governamentais, principalmente ligados à Igreja Católica. Essa iniciativa da sociedade civil, liderada pelas trabalhadoras organizadas, levou o Governo Federal a criar em 2003, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural⁶⁴, atualmente inserido no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com ações geridas em parceria com as organizações das trabalhadoras

⁶⁴ O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural foi criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Possui um Comitê Gestor Nacional e comitês estaduais, sendo o nacional coordenado pelo MDA e é composto por representantes governamentais e da sociedade civil, dentre eles a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Justiça, o Ministério da Previdência, a Caixa Econômica Federal e outros e pelos movimentos de mulheres: CONTAG, MST, FETRAF MIQCB e MMTR/NE.

rurais (Silva, 2006a).

Enquanto na Marcha de 2000 e de 2003 as propostas vinculavam-se à reivindicação de políticas públicas como crédito, assistência técnica, educação, combate à violência e outros, a pauta de 2007 apresentava novos conteúdos, dentre estes a agroecologia e o empoderamento das mulheres. Os temas considerados novos na MM de 2007 são na realidade, temas que já integravam a pauta e que foram atualizados ou apresentados. A temática da agroecologia aparece vinculada ao aquecimento global, questão muito presente na mídia e que é alvo de preocupação da maioria dos governantes de diversos países. O tema do empoderamento relacionou-se à ampliação dos espaços de participação das mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical e em todos os espaços de diálogo social.

As propostas identificadas na Marcha das Margaridas se baseiam no denominado projeto de desenvolvimento rural sustentável no qual as trabalhadoras rurais são consideradas sujeitos autônomos. De acordo com o Documento-base da MM de 2000, as trabalhadoras rurais enfrentavam uma situação diferenciada e desigual que representavam um entrave para combater a pobreza e para alcançar a qualidade de vida. Para superar tal situação, a MM se utilizaram várias estratégias para dar visibilidade à participação social, econômica e política das mulheres. Para tanto, o Estado deveria promover políticas públicas que atendessem às necessidades das trabalhadoras rurais e favorecessem à igualdade de direitos e a equidade de gênero (Marcha das Margaridas, 2000).

A crítica ao neoliberalismo permeou os Documentos-base de todas as versões da Marcha das Margaridas e fundamentou a formulação de um novo modelo de desenvolvimento para o país. Em 2000, devido ao momento conjuntural, o Documento-base continha sérias críticas à Política denominada *Novo Mundo Rural*, implementada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Para as trabalhadoras rurais, esta política anulava as conquistas das organizações sociais do campo inseridas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Terra, a exemplo do cumprimento da função social da propriedade e a instituição da desapropriação de terras improdutivas, substituindo-a pelo mecanismo de venda de terra a preço de mercado.

Além de criticar duramente o neoliberalismo, as trabalhadoras rurais afirmavam que a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial de Mulheres somavam-se às suas lutas pela equidade de gênero e ainda enfatizavam a defesa de uma sociedade mais justa com

respeito aos direitos humanos. As mulheres trabalhadoras rurais criticavam duramente o modelo agro-exportador (o agronegócio) e o apoio do Governo Brasileiro aos subsídios agrícolas. O privilégio dado às políticas de mercado pelo Poder Público era considerado pela MM como medidas próprias do neoliberalismo e indicavam sérias conseqüências na vida das trabalhadoras rurais.

Ao rejeitar o modelo agroexportador, as trabalhadoras rurais propõem um modelo de desenvolvimento, baseado na diversidade de culturas, no lugar da monocultura (soja, milho etc), baseado em uma nova matriz energética, na agroecologia, na soberania dos povos e na segurança alimentar. Estes temas, constituintes da retórica discursiva, (agroecologia, segurança alimentar, soberania e os seus respectivos termos antagônicos) são materializados em questões concretas. A soberania e a segurança alimentar são representadas pela preservação das sementes crioulas em detrimento às transgênicas.

As ações implementadas a partir de 2003 estavam contidas no documento denominado Vida Digna no Campo e, posteriormente, no Plano Nacional de Reforma Agrária lançado em 2003. A partir de 2004 passou a ser implementado de forma integrada com outros Programas, tais como Brasil Quilombola e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Certamente a realização da primeira MM resultou na implementação de várias ações e programas governamentais, que em sua maioria foram referendos na I CNPM e reafirmados no I Plano de Políticas para as Mulheres.

Muitos destas ações resultaram de esforços de alguns setores do Governo Federal, como é o caso da SPM e do PPIGRE, responsáveis pela articulação de políticas transversais de gênero, etnia. Segundo Bandeira (2005), falar da igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento. As mulheres emergem como alteridade feminina, sociocultural e política, passam a estar presente, reconhecidamente, nas arenas da vida cotidiana, onde se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto, em um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer sua condição de desigualdade.

A pauta da MM 2007 possui 107 pontos sendo 13 selecionados como prioridade para negociação com o Governo Federal: a atualização dos índices de produtividade; a regularização de reservas extrativistas; a criação do Programa Nacional de Apoio e

Fortalecimento das experiências produtivas agrícolas e não agrícolas; a criação do Fórum de Combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta.

O acesso ao crédito está presente em todas as três pautas da MM como forma de incentivar a autonomia financeira, ressaltando que a ênfase é dada ao PRONAF Mulher. Além do crédito, a educação, a saúde, o combate à violência, o apoio à produção são políticas demandadas ao Estado. Um dos desdobramentos da MM de 2007 foi o lançamento do Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres, em abril de 2008.

O tema da violência foi percebido que pela uma mudança de sua qualificação ou tipificação. Nos documentos de 2000, a violência é pautada de forma generalista associada aos conflitos, sem enfatizar a violência sofrida pelas mulheres. Mais recentemente, passou a ter conotações mais explícitas: *violência contra a mulher e/ou violência sexista*. Para cada tema apresentado, as mulheres trabalhadoras rurais elencam um conjunto de propostas, por exemplo: no caso da violência, a Marcha de 2007 reivindicou a implementação de Delegacias da Mulher em todos os Municípios rurais; e a preocupação com o meio ambiente e a agroecologia materializou-se na realização da Feira da Economia Solidária, com exposição de produtos.

O poder aparece na pauta interna dos movimentos de mulheres, sobretudo vinculadas ao movimento sindical, como sinônimo de empoderamento e participação das mulheres nos espaços políticos. Diz respeito, ainda, à qualificação e ampliação das cotas nos espaços de organização sindical, um mecanismo para ampliar a participação das mulheres. Registro que poder e democracia foram temas do debates ocorridos na MM em 2007, inclusive com o estímulo às candidaturas de mulheres trabalhadoras rurais nas eleições 2008. A participação também é associada diretamente ao tema do poder e foi um dos eixos da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

As mulheres trabalhadoras centraram-se no tema da paridade, questão debatida e tensionada nos espaços de diálogo social, inclusive nas etapas preparatórias da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural e nos demais espaços do CONDRAF. A proposta da paridade aparece diretamente atrelada ao empoderamento e é, ao mesmo tempo, uma questão que agrega, mas também que provoca discordâncias, entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. O tema é tratado como forma de qualificar as cotas, ou seja, a ampliação de 30% para 50% de participação das mulheres em todas as instâncias

colegiadas de desenvolvimento rural - proposta aprovada na I Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, realizada em 2005, em Porto Alegre/RS. Apesar de ter sido aprovada por ampla maioria, assegurar a paridade na prática constituiu-se em um novo desafio a ser enfrentado pelos movimentos sociais e pelos governos. É necessário criar mecanismos que assegurem a sua implementação, de forma articulada e integrada.

Nos espaços de gestão das políticas públicas coordenados pelos(as) órgãos públicos, o tema da participação e do empoderamento tem como efeito prático a inclusão das mulheres nos espaços de gestão, sobretudo, nos colegiados territoriais⁶⁵, instância de gestão e decisão de políticas nos territórios rurais. A prioridade do tema se evidencia com o lançamento de campanha sobre participação e poder, lançada pela Comissão de Mulheres da CONTAG, a campanha pela paridade na I CNDRSS e o incentivo às candidaturas de mulheres trabalhadoras rurais nas eleições municipais⁶⁶ de 2008.

A preocupação com a integração de políticas públicas e os mecanismos para assegurar a transversalidade de gênero são apreendidas nas seguintes propostas: garantir no âmbito do MDA profissionais especialistas em gênero para assegurar o diálogo entre os programas com as ações específicas para as trabalhadoras rurais; assegurar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) como política de comercialização da agricultura familiar articulada com a assistência técnica e o crédito, de acordo com os princípios da agroecologia e segurança alimentar e nutricional (Marcha das Margaridas, 2003 e 2007).

As mobilizações em defesa da previdência rural têm sido freqüentes na agenda do movimento sindical rural para refutar o argumento presente nos discursos do Governo Federal (de FHC a Lula) de que a previdência rural é responsável pelos desequilíbrios da Previdência Social, questão utilizada para justificar a reforma da previdência. A manutenção dos direitos previdenciários conquistado em 1988 foi a principal questão apresentada nas falas das(os) entrevistadas(os).

Em artigo denominado Previdência Rural e Gênero, a socióloga Anita Brumer da

⁶⁵ Colegiados territoriais são os espaços de diálogos e consertação entre governos e sociedade civil situados nos territórios rurais, responsáveis pela gestão das políticas públicas, a partir de um recorte territorial. Estas instâncias são responsáveis pela elaboração de um plano territorial de desenvolvimento, tendo como princípio a gestão social. O Governo Federal estimula e apóia as ações territoriais, por meio de dois Programas Governamentais: o PRONAT (Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais), de caráter intersetorial, coordenador pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA (SDT/MDA) e o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, com ações integradas entre 19 Ministérios. Cf. www.mda.gov.br/sdt e www.territoriosdacidadania.gov.br

⁶⁶ Na mesa estiveram presentes parlamentares femininas, a então Ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro e representantes das organizações parceiras. Cf. Revista da Marcha das Margaridas. Brasília, 2008.

UFRGS afirma que as modificações introduzidas após a Constituição de 1988, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito à aposentadoria por idade a partir dos 55 anos, independentemente do cônjuge já ser beneficiário ou não; ou receberem pensão por falecimento do cônjuge. Os homens também tiveram uma extensão de benefícios, com a redução da idade, para concessão de aposentadoria por velhice, de 65 para 60 anos e passaram a ter direito à pensão, em caso de morte da esposa segurada. Outra modificação de impacto, implementada a partir de janeiro de 1996, foi a criação do amparo assistencial, no valor de um salário mínimo, a idosos(as) com 67 anos ou mais e pessoas portadoras de deficiência física, ambos sem necessidade de contribuição prévia (Delgado & Schwarzer *Apud* Brumer, 2002).

A Secretária de Políticas Sociais da CONTAG, Alessandra Lunas, representa os(as) trabalhadores(as) rurais no Fórum da Previdência, coordenado pelo Ministério do Trabalho, além destes, reúne representantes de governo, empresários(as) e trabalhadores(as). As mulheres trabalhadoras rurais não abrem mão dos direitos previdenciários e ficam apreensivas diante das ameaças e especulações sobre a perda destes direitos. Por meio da MM, as mulheres trabalhadoras rurais rejeitam qualquer tentativa de redução destes direitos, como a aposentadoria especial e a equiparação da idade entre homens e mulheres para efeitos de aposentadoria (CONTAG, 2008).

As entrevistas e a análise das pautas possibilitaram afirmar que a transversalidade de gênero está presente na MM, permeando todas as políticas públicas. As maiorias dos temas tratados se caracterizam como direitos universais (educação, saúde, moradia, alimentação, segurança) e outros reforçam a especificidade das mulheres do campo. Outros temas derivam de direitos universais, sobretudo dos direitos humanos, a exemplo do poder que deriva de democracia.

Enquanto temas como previdência, saúde, poder, combate à violência, agroecologia estão presentes em todas as pautas da MM, alguns temas como corpo, aborto e sexualidade aparecem diluídos em outros temas ou ausentes. Estas temáticas e outras pouco explicitadas, a exemplo da violência e suas diversas formas de manifestação (doméstica, sexual, assédio moral) merecem ser aprofundadas em estudos posteriores. O fato de não serem explicitadas não quer dizer que não estão presentes no meio rural, mas geralmente são tratadas de forma velada.

CAPÍTULO V:

PODERES E DIFERENÇAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS

Poderes e diferenças são categorias desdobradas de gênero e identidade na perspectiva de analisar quais os efeitos destas categorias discursivas nas práticas das mulheres trabalhadoras rurais. Assim, este capítulo aborda questões relacionadas aos significados de gênero e as implicações sobre poderes e diferença na MM.

5.1 Os significados de gênero para as mulheres trabalhadoras rurais

Ao tentar identificar os elementos constitutivos da identidade das mulheres trabalhadoras rurais me propus-me investigar quais os elementos objetivos que dão unidade política à MM. Busquei evidenciar as subjetividades que constituem os lugares, saberes e poderes revelados nas ações investigadas. Isto justifica porquê os lugares constituidores de gênero são explicitados a partir de uma multiplicidade de perspectivas teóricas. Estas teorias aliadas às diferentes trajetórias dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais inseridos na Marcha das Margaridas evidenciam a relação entre os pensamentos feministas e as ações destes movimentos.

Na Marcha das Margaridas, gênero apresenta-se como sinônimo de mulheres e problematizá-lo implica em reconhecer os seus significados distintos. A autodefinição *mulheres trabalhadoras rurais*, está associada a espaços geográficos, relações étnicas, culturais e à relação com a natureza, principalmente com a terra, com as águas e as florestas. O conceito de gênero apresenta-se tanto como uma possibilidade de construção de novas relações sociais, como de reiteração de papéis.

A MM é composta por uma rede de movimentos de mulheres e de feministas. O surgimento do conceito de gênero produziu efeitos práticos que influenciaram desde a linguagem até as diretrizes e ações propostas por tais movimentos, como pode ser apreendido na declaração abaixo:

É muito importante para as mulheres trabalhadoras rurais que vêm do campo, que participam da discussão de gênero, é importante porque discutir gênero não é só com mulheres, discutir gênero é quando você discute entre mulheres e homem. E a participação na Marcha das Margaridas isso é a coisa mais importante para nós mulheres trabalhadoras, é a gente ta lutando, conseguindo realmente defender o

direito de todas as mulheres trabalhadoras rurais, não só do Piauí, mas de todo o Brasil. Gênero não se discute só com mulher, gênero a gente discute com homens e mulheres, porque é aí que a gente consegue dá a volta por cima e ampliar e construir (Caçula, 2007)⁶⁷.

Os lugares constituidores de gênero na MM são permeados por discursos pautados na existência de desigualdades e instauradas no campo político, cujas raízes estão localizadas na noção de diferença entre masculino e feminino.

Gênero no discurso das margaridas assemelha-se às políticas de gênero. A constituição da identidade analisada sob o viés de uma perspectiva pós-estruturalista está ancorada na afirmação da *natureza dos sexos* como parte do humano (seu aparelho genital), como se representasse a sua totalidade. A *natureza* carrega uma série de características socialmente construídas, manifestadas de forma binária que ao mesmo tempo classifica e exclui. As desigualdades fundadas no discurso da diferença oculta a noção de diferença sexual impõe todo um aparato valorativo (Swain, 2005). Deste modo, o sexo biológico é tomado como parâmetro para classificar o humano.

A problematização acerca do conceito de gênero e seus efeitos sobre a MM, são subsidiados por conceitos apresentados pelos estudos feministas e de gênero. O conceito de poder em Foucault que é compreendido como poderes no plural, posto que ao invés de centralizados são dispersos e que funcionam como uma teia articulada em redes.

As relações de poder que perpassam a Marcha das Margaridas estão presentes nas disputas cotidianas e nos lugares ocupados pelas mulheres trabalhadoras rurais, considerando-os como espaços conquistados e não destinados a elas. Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ao estabelecerem relações diretas com o movimento feminista, por meio de uma interlocução com uma plataforma política feminista, buscam modificar o próprio exercício de poder.

Swain (2005) apresenta a seguinte questão: *a quem se destina o poder assim instituído?* A autora enfatiza que a formação identitária, a partir de um mesmo sexo biológico binário, acaba reforçando a premissa da sexualidade procriativa e a maternidade como destino biológico das mulheres. Na construção discursiva das mulheres trabalhadoras rurais gênero como sinônimo de mulheres, reforça a existência de uma suposta *condição*

⁶⁷ Entrevista realizada com Francisca Gilberta de Carvalho, conhecida como Caçula, Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG-PI) realizada em 3 de julho de 2007, na Sede da FETAG-PI, em Teresina.

feminina ao mesmo tempo reitera a diferença. De acordo com Swain, a *condição feminina*, só existe, se todas as mulheres tornarem-se parte de uma mesma essência e, assim, transformadas em uma singularidade igual a ela mesma.

A adoção da categoria⁶⁸ mulher nesta pesquisa, a partir de uma perspectiva do feminismo plural, considera a historicidade e as experiências localizadas. Inclui também as temporalidades, diversidades e as interseções com raça/etnia, classe, nacionalidade, geração. Se os desdobramentos do conceito de gênero o transformam em sinônimo de mulheres isto significa que as mulheres trabalhadoras rurais reafirmam que existe uma *essência feminina*? Este questionamento reforça o argumento de que a constituição destas mulheres não deve ser percebida sem identificar os significados de gênero na MM.

Neste sentido, a incorporação do conceito de gênero na História das Mulheres possui um efeito duplo: assegura a esta categoria um lugar na História das Mulheres e é negado pelos historiadores. Contraditoriamente, o gênero como categoria de análise, reforça a diferenciação de uma cultura das mulheres e reitera a oposição homem x mulher que marca as diferenças sexuais. Para Scott (1988), o recorte de uma história global, como é o caso da História das Mulheres é estratégico para dar voz a outros sujeitos. Porém, ao se constituir como uma história isolada, à margem ou anexada aos grandes acontecimentos, não seria suficiente para questionar o status dos sujeitos centrais historicamente visibilizados. Para a autora, a narrativa das Mulheres, é sempre uma narrativa política.

Deste modo, ao invés de gênero tornar-se uma referência para evidenciar a presença das mulheres na História, acabou transformando-se num conhecimento cultural (*Ibidem*). Mas como pensar a afirmação das mulheres trabalhadoras rurais sem essencializá-las?

Ao fazer um paralelo entre a questão da experiência proposta por Scott e a construção discursiva das categorias mencionadas por Foucault, é possível identificar os limites das narrativas das experiências analisadas e ao mesmo tempo problematizá-las. Rago (2002) ressalta a importância de percebermos as “noções históricas”, tendo em vista que estas são de materialidades densas, carregadas de tempo e definidoras de espaços. Para esta autora, as categorias surgem em determinados momentos e possuem efeitos práticos não negligenciáveis sobre as pessoas, por isto necessitam ser historicizadas, desconstruídas e desnaturalizadas em um gesto eminentemente político.

⁶⁸ Categoria no sentido apresentado por Bourdieu adotada para designar uma unidade social (mulheres trabalhadoras rurais) e ao mesmo tempo, uma estrutura cognitiva manifestada no elo que as une (Bourdieu *Apud* Mota, 2006).

Desta forma, as mulheres não seriam protagonistas da História, mas efeitos e produtos da História. São produtos e processos, tendo em vista que não existiam antes da sociedade ou da cultura, portanto, são constituídas pelos discursos classificatórios. De acordo com o pensamento da diferença, o caráter de construção das identidades e das verdades desnaturaliza os conceitos preestabelecidos (*Ibdem*).

Na Marcha das Margaridas a autodenominação *trabalhadora rurais* evidencia um sujeito político nos moldes adotados pelo movimento feminista em sua primeira fase nos anos 1960. Diz respeito ainda à universalização dos direitos que neste caso extrapola os direitos sociais, políticos e civis. Refere-se às subjetividades, aos modos de viver e de sentir; inclui aspectos como a auto-estima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais (Cordeiro, 2006).

Deste modo, existem dois elementos históricos fundantes da identidade coletiva na MM: o sujeito *mulher* oriundo do feminismo e a herança da categoria *camponesa* são evidenciadas na abordagem histórica dos movimentos sociais do campo. A categoria *camponesa* emerge nos anos 1950 com as Ligas Camponesas e ganha força nas décadas seguintes. A partir dos anos 1990 reinsere-se nas elaborações teóricas sobre os novos movimentos sociais do campo, incluindo os movimentos de mulheres. Segundo Cordeiro (2006), o uso da nomeação “mulher trabalhadora rural” é uma posição assumida, tanto pelo lugar, representado pelo meio rural quanto pela posição. São produtos e processos das relações sociais, talvez por isso a insistência de Scott em afirmar que não se deve trabalhar as questões isoladas do contexto histórico. O lugar passa a ser efeito das inter-relações e a atuação em rede de movimentos, caracterizadas pelos novos movimentos sociais, facilidade de articulação entre o local e o global.

As categorias *mulheres trabalhadoras rurais* e as semelhantes (mulheres rurais, trabalhadoras rurais e camponesas) são utilizadas tanto nas formulações acadêmicas quanto pelos movimentos sociais. No entanto, a partir dos anos 1990, o surgimento do(as) *agricultoras(es) familiares* como novos(as) atores/atrizes sociais foram incorporados às políticas públicas, aos movimentos sociais e à academia. Esta nova categoria demarca a existência dos dois modelos de desenvolvimento citados (agricultura patronal e a agricultura familiar). Apesar de se apresentar como categoria inovadora o conceito de agricultura familiar não se diferencia substancialmente da concepção de camponesa e de

trabalhadoras rurais, considerando que estas categorias permanecem atreladas as outras como trabalho, produção e família. Portanto, não consideram a autonomia das mulheres.

O risco de adotar a categoria *mulheres trabalhadoras rurais* e as outras semelhantes está em encobrir a diversidade e a pluralidade dos sujeitos existentes no meio rural. Portanto, os aspectos que influenciam a configuração da identidade política reivindicada na Marcha das Margaridas são: tempo, lugar, etnicidade, localizações geográficas, atividades produtivas e a natureza.

Na análise da MM é importante atentar para os discursos constituidores dos sujeitos coletivos. Nestes a posição situada no meio rural diz respeito à produção de sentidos, subjetividades e dos espaços nos quais as mulheres trabalhadoras rurais interpretam o mundo e expressam seus sentimentos porque trata-se de uma categoria instituída nas lutas sociais do campo que remonta à categoria camponês. Deste modo, é importante evitar a repetição das narrativas que reiteram as desigualdades com base nas diferenças e desconstruir a idéia de naturalidade que funda estes sujeitos.

Partindo da compreensão do meio rural como um espaço diverso, a posicionalidade das mulheres trabalhadoras rurais também é relacional. Isto possibilitou perceber que as mulheres trabalhadoras rurais ocupam diferentes posições e diferentes formas de representação. Isto demonstra as posicionalidades de suas interpretações como deslocamentos identitários. O fato de serem trabalhadoras rurais não impede de se afirmarem como mulheres indígenas, pescadoras, assentadas, ribeirinhas e outras categorias. Deste modo, o rural enquanto localidade pode ser apreendido como uma categoria relacional que interfere na percepção sobre o gênero na MM.

A instituição de um sujeito universal fundado em um corpo sexuado é um dos limites apresentados por Butler (2003) ao se referir à construção da representação das mulheres como seres livres e atuantes. Esta autora reconhece a importância das mulheres enquanto sujeitos jurídicos e portadoras de uma personalidade. Porém chama atenção para a dinâmica de produção e repressão paralelas a esse sujeito, presentes nas estruturas de poder e utilizadas na afirmação da identidade.

As observações *in locus* aliadas às análises teóricas indicam que a afirmação da identidade e das diferenças existentes entre as mulheres trabalhadoras rurais está vinculada às atividades produtivas e à relação com a terra. As análises discursivas levam a inferir que as diferenças são enfatizadas somente nos aspectos sociais, econômicas e culturais. Ou

seja, nas diferenças entre o meio rural e urbano e das mulheres em relação aos homens do campo prevalecem a idéia do outro como referente. As diferenças étnicas, raciais, geracionais, culturais, sexuais ficam relegadas ao segundo plano. As representantes dos movimentos de mulheres extrativistas simbolizam esta diferença:

a nossa luta é pela floresta, pela floresta em pé. Eu sou de uma região do litoral paraense, onde temos reservas extrativistas marinha, nós temos reservas marinhas e reservas florestais. No Estado do Pará, nós temos 10 reservas florestais criadas. Porque nós temos essas reservas florestais? Porque são aquelas reservas que estão a partir dos rios de água doce. Então, nós lutamos pela implementação dessas reservas porque a reserva extrativista para nós é um modelo de reforma agrária em construção (Célia Regina, 2007)⁶⁹.

Nesse processo de construção, desconstrução e deslocamentos de identidades, as aproximações e afinidades são manifestadas nas parcerias entre os diferentes movimentos que integram a MM justificando a unidade política. Mas os limites desta unidade podem ser identificados quando as diferenças são explicitadas. A observação empírica me permite afirmar que os tensionamentos geralmente estão associados às representações políticas, como por exemplo: em Estados como Maranhão e Pará as mulheres trabalhadoras rurais se afirmam seringueiras e/ou quebradeiras de coco. Isto é, vinculam-se a duas ou três organizações simultaneamente ou se autodenominam por diferentes nomeação identitária, por isso, tem a legitimidade questionada pelos seus pares.

Para Foucault (1997), os discursos científicos constituem as formações discursivas e baseiam-se nos reagrupamentos de enunciados descritivos que envolvem a “identidade e persistência nos temas”. Tais enunciados reproduzir-se-iam em um regime de existência que alimenta e é alimentado pelos objetos de discurso, os quais variam de acordo com as condições sócio-históricas e produziram superfícies específicas de aparecimento (a arte, a sexualidade e a penalidade). Assim como a emergência do sujeito político *lésbica*, abordado por Selem enquanto um fenômeno social que adentra os discursos acadêmicos e visibiliza as ações e relações das mulheres, as mulheres trabalhadoras rurais contribuem para destituir o sujeito universal narrado como central.

Em sua obra *A Ordem do Discurso*, Foucault refere-se aos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso. Mais precisamente no *comentário* e no *princípio de*

⁶⁹ Entrevista realizada com Célia Regina das Neves, diretora do Conselho Nacional dos Seringueiros e Coordenadora da Secretaria da Mulher Extrativista no Estado do Pará, realizada no dia 21 de agosto de 2007 durante a terceira Marcha das Margaridas.

autoria, afirma a existência de um desnivelamento entre os discursos: “os discursos que se dizem” no decorrer dos dias e das trocas, e que se passam como o ato mesmo que os pronunciou, e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam dele (Foucault, 1996).

A relação entre os textos iniciais e a versão final do texto permite construir novos discursos e trabalhar o acaso do discurso, ou seja, dizer algo além do texto mesmo. Para este filósofo, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. Para Foucault (1996), o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção, suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.

Se para os movimentos feministas e para as teorias feministas, a categoria *mulheres* tornou-se alvo de disputas políticas, de diferenciações teóricas e, atualmente, aponta forte tendência à sua superação, isto não quer dizer que as mulheres trabalhadoras rurais não possam adotá-la. Evidenciar esta posição de sujeitos coletivos, a partir de um lugar comum é uma questão fundamental para compreender a relação entre teorias feministas e a ação dos movimentos feministas e de mulheres. Neste sentido, gênero apresenta-se com uma categoria fundamental do conhecimento.

A argumentação de Scott (1998) de que todo o conhecimento é situado e parcial perpassa diferentes abordagens. Nesta perspectiva o processo de conhecimento resulta de negociações e rejeições reveladoras de contradições postas na expressão da diversidade e da pluralidade das mulheres trabalhadoras rurais presentes na MM.

Se, por um lado, as análises sobre a MM indicam que suas protagonistas reiteram a idéia de sujeitos universais, por outro lado, estas também desestabilizam categorias até então universais (mulheres brancas, urbanas e de classe média). Ao reivindicar o reconhecimento de uma identidade que é ao mesmo tempo política, coletiva e específica, as mulheres trabalhadoras rurais colocam em xeque o problema da invisibilidade atrelada à divisão sexual e social do trabalho. Além disso, considerar a MM como referencial empírico de estudo possibilitou questionar os limites desta identidade autoafirmada.

Retorno ao período de 1980 para ilustrar que a identidade das mulheres trabalhadoras rurais além de ser apresentada e afirmada no singular encobria as diferenças existentes. Naquele contexto, insistir na afirmação de novas categorias sociais e políticas - mulheres e os(as) negros(as) - era considerado por muitos atores/atrizes sociais como uma ameaça à classe trabalhadora até então homogênea e masculina. Foi no processo de

afirmação dos novos sujeitos que as mulheres trabalhadoras rurais intensificaram suas lutas e reivindicavam os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários assegurados aos trabalhadores urbanos e aos *homens do campo*.

Tudo indica que na MM, o discurso da diferença ainda é recente. Ademais, a afirmação de uma identidade comum representa uma estratégia política de demarcação de presença. Enquanto ressaltar as diferenças entre o meio rural e o urbano e entre a agricultura familiar e o agronegócio aparece permanentemente nos discursos e enfatizar as diferenças existentes entre as próprias mulheres trabalhadoras rurais, dificultariam a construção de uma unidade política em torno da MM.

Ao traçar um paralelo com o estudo elaborado por Selem (2007) sobre a produção discursiva das diferenças em torno da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), é possível inferir que, assim como na LBL, na Marcha das Margaridas, há uma interlocução entre as práticas discursivas e o interdiscurso. Ambos encontram-se em posição de confronto em relação às representações fixadas das categorias ancoradas nas diferenças. Evidenciar a diversidade significa atribuir múltiplos sentidos, no caso das “*margaridas*” revela a existência de um mosaico identitário, expressada na contestação de uma identidade semelhante, embora a diferença diz respeito às atividades produtivas desempenhadas.

De acordo com Swain (2005), o sujeito universal está presente desde a linguagem cotidiana, por isso, é necessária uma boa dose de imaginação sociológica para negar a existência de idéia sem sexo. Pensar uma história do humano fora dos moldes binários requer uma pitada de imaginação histórica se o objetivo for insistir na construção de estratégias de mudança. Para esta autora, o assujeitamento a esta domesticação é promovida socialmente, mas não é passível de ser contornável, posto que as transformações se iniciam quando há resistências. E se as resistências foram apagadas do discurso histórico, nem por isso deixaram de existir e suas marcas permanecem para serem expostas. Mas não se pode negar a experiência, os apelos incessantes ao *ser mulher, a verdadeira mulher (...)*, que supõe uma trabalhadora incansável na cena pública e na domesticidade.

Esta mesma autora questiona o porquê do discurso filosófico midiático repetir sem cessar a idéia de representação da “*verdadeira mulher*”. Talvez seja para consolidar a ideologia de gênero existente em nossa sociedade, porém, deixa brechas possíveis à subversão. Para Swain, esta especificidade imposta com um apelo social pode se

transformar em uma arma capaz de desconstruir as hierarquias sexuadas. A presença de mulheres em todos os postos e campos de trabalho propicia uma mudança no imaginário social que as discrimina. *“Com efeito, os sujeitos humanos, são sujeitos políticos, e se os comportamentos sociais são apreendidos, podem ser modificados (Ibdem).*

Apesar das contradições, as trabalhadoras rurais têm ocupado espaços supostamente masculinos, embora isto não signifique que as relações de poder estejam sendo verdadeiramente alteradas, pois não se trata de adição de mulheres. A inserção das mulheres no mercado de trabalho e a implementação da política de cotas demonstram a quebra de um sujeito universal, por meio de uma discriminação positiva. Assim, a presença das mulheres nos movimentos sociais e nas organizações sindicais revelam mudanças significativas no imaginário social, cristalizadas na divisão sexual e pelas relações sexuadas.

Todavia, não basta somente considerar a entrada das mulheres nos espaços de trabalho e nas representações político - institucionais, mas também questionar as condições nas quais estão submetidas. Mas, apesar das restrições, é importante reconhecer esta conquista para as mulheres como possibilidade de enfrentamento dos limites impostos historicamente (Bandeira, 2005).

Na Marcha das Margaridas, o poder revela-se e/ou localiza-se nas disputas explícitas ou implícitas. Evidentemente, as diferentes abordagens teóricas dos estudos feministas, também se inserem num campo de disputas que envolvem posições entre feministas acadêmicas e feministas militantes.

Ao observar a ação das trabalhadoras rurais no contexto da MM de 2007, identifiquei muitas vezes disputas aparentemente sutis, vistas como “detalhes”. Um exemplo ilustrativo foi a definição das cores utilizadas no material visual da Marcha de 2007 (cartazes, folders, camisas). Enquanto o lilás atribui identidade ao feminismo e às mulheres, o verde representa a identidade da institucional da CONTAG. O argumento justificativo foi que a predominância do lilás colocaria em segundo plano a identidade visual da CONTAG.

No episódio acima prevaleceu o lilás, mas há sempre um apelo discursivo. Às vezes o argumento contém um forte apelo ao compromisso coletivo, afinal, quem vai deixar de divulgar sua instituição? Importante ressaltar que apesar de não ter sido elaborada nenhuma orientação sobre as cores adotadas na MM a grande maioria das

mulheres utilizavam roupas e adereços em tons lilás e outros símbolos que dão identidade às mulheres.

A afirmação da identidade pode ser evidenciada também nos elementos que compõem a identidade visual da MM. Na primeira versão do cartaz da Marcha de 2007 havia um equilíbrio entre as cores verde e lilás, mas com a predominância do verde. No segundo e definitivo a predominância foi do lilás, embora sem abrir mão do verde para não descaracterizar a identidade da instituição promotora da Marcha.

Quando ocorrem as disputas por representações nos espaços do movimento sindical (CONTAG, Federações e sindicatos), em geral, como muitas mulheres não estão preparadas para os enfrentamentos, acabam recuando e cedendo espaços importantes. Os homens levam “vantagem” porque historicamente estão inseridos no processo de organização política. A eleição para a Federação Estadual dos Trabalhadores de Sergipe (FETASE), em janeiro de 2008, resultou na eleição de uma das mulheres integrantes da MM que disputou com o próprio presidente candidato à reeleição. Independente das posições políticas adotadas pelos dois candidatos, este processo eleitoral foi permeado pelo acirramento, embora, observo que, em geral, as mulheres enfrentam mais dificuldades que os homens quando tem de disputar com ele.

Este episódio indica que a participação na MM também é um espaço de formação política das mulheres que se soma às suas experiências nos sindicatos. Como não se constitui objetivo deste estudo aprofundar estas e outras questões tornam-se novos objetos de estudos.

Disputar cores, o uso das falas, os temas prioritários e as parcerias são escolhas passíveis de tensões permanentes que não envolvem somente os momentos de preparação da Marcha das Margaridas, mas o cotidiano das mulheres nos mais diversos sindicatos rurais e urbanos.

A articulação em rede de organizações que possuem identidade social e política semelhantes vai além da obtenção da visibilidade pública, porque oferecem maior densidade e expressão política aos movimentos sociais nas negociações com o Estado. Além disso, possibilitam alcance maiores resultados. Entretanto, as formas de ampliação da capacidade de luta apontam para os limites relacionados às diferentes visões políticas e ideológicas visíveis nos conflitos e disputas.

As limitações geográficas e tecnológicas são ultrapassadas pela existência de

equipamento que dão suporte às redes de comunicação, localizados na maioria das instituições (sindicatos, federações e as organizações parceiras). As mulheres trabalhadoras rurais, à medida que vão ocupando espaços políticos, deslocam-se dos seus Municípios para participar das diversas atividades para as quais são demandadas. Muitas destas lideranças integram os espaços de gestão e de controle social das políticas públicas (fóruns, conselhos, conferências).

A reforma agrária é um dos temas que unificam os movimentos sociais e possui abrangência internacional. É uma das principais reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo. Representa tanto um projeto comum partilhado por diversos movimentos sociais, quanto um objeto de estudos de ampla repercussão por demandar políticas públicas. Esta questão apresenta-se na pauta da MM de forma crítica, sobretudo, relacionada aos primeiro e segundo mandatos do Presidente Lula. Na MM, a questão agrária explicita as contradições existentes no Governo Lula e denuncia os impactos dos grandes projetos considerados como entraves para o avanço desta política.

Algumas características dos novos movimentos sociais que até então eram consideradas quase inexistentes, a exemplo da militância e ativismo presenciais, se revelam com intensidade na MM. A ação militante e o ativismo realizado de forma intensa somam-se à dedicação, à organização e à disciplina, com vistas ao alcance de objetivos. Estas características são fundamentadas em valores como democracia, solidariedade e cooperação. A disciplina e organização, por exemplos podem ser atribuídas à definição de metas⁷⁰ e aos sindicatos relacionadas às(aos) participantes da MM.

É visível a preocupação dos(as) dirigentes sindicais em relação ao cumprimento das metas. E, as observações me permitiram inferir que as preocupações implicavam-se na própria representação do sindicato e do Município. Entretanto, pude observar que em alguns casos, por ser uma marcha voltada para mulheres, o papel das dirigentes extrapola o cumprimento das metas. Ao citarem os significados da MM, a questão central para as mulheres entrevistadas é a qualidade do processo.

Pra mim teve uma questão muito específica que foi a organização das

⁷⁰ Entre 2000 a 2007 a meta foi ampliada de 7 para 20 participantes por sindicatos, considerando que a CONTAG possui mais de 3 mil sindicatos filiados(as), mais as representantes das organizações parceiras. As despesas são rateadas entre a CONTAG, as federações e os sindicatos, mais o apoio de organismo governamentais e internacionais, como é o caso do UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).

mulheres lá nas bases, isso foi construído vários grupos, várias mulheres sendo independente, construindo a sua própria Marcha lá nas suas comunidades e acabou tendo assim um empoderamento das mulheres de tá sendo puxada por elas as discussões, de tá construindo principalmente as finanças lá nos seus próprio grupo (Molica, 2007).

A segunda Marcha, e foi um ganho político muito grande que nós tivemos nessa discussão dessas duas pautas que a gente negociou com governo federal; tivemos um grande êxito, eu considero né, nessa negociação, onde nós conquistamos a titulação conjunta, a DAP⁷¹ conjunta, que dá direito ao PRONAF Mulher, que aí o homem, só o homem antes que podia acessar o crédito e investimentos do PRONAF, a mulher não podia, com esse ganho político da DAP conjunta, hoje o homem e a mulher ao mesmo tempo pode acessar os seus créditos e os seus investimentos (Maria, 2007)⁷².

Para as(os) participantes, a Marcha das Margaridas representa significados distintos que, certamente, ultrapassam as dimensões objetivas, pois dizem respeito às subjetividades, às individualidades de cada mulher agricultora, quilombola, indígena, quebradeira de coco, assentada; cada homem, jovem, idoso(a).

5.2 Poderes e diferenças

A construção da parceria entre diferentes movimentos e do diálogo entre governo e a sociedade civil são marcados por tensões e conflitos permanentes, apesar das limitações. Em alguns casos, as trabalhadoras rurais reconhecem a parceria dada às suas ações coletivas e em muitas situações elas denunciam as dificuldades e as ausências. A criação de unidades governamentais voltadas para a formulação e gestão de políticas para as mulheres é importante porque além de articular programas, também fazem a mediação com as organizações de mulheres.

As parcerias entre as organizações de mulheres na MM ultrapassam as disputas políticas entre os movimentos sociais distintos. As análises permitiram identificar que as estratégias de lutas das trabalhadoras rurais incluem, também, a formação de alianças com o movimento feminista. Há situações em que estas alianças são pontuais e casos em que se tornam mais duradouras inclusive envolvendo órgãos governamentais. Por isso, as parcerias dizem respeito tanto às organizações integrantes da MM, quanto às instituições

⁷¹ A DAP é a Declaração de Aptidão que dá direito a acessar o crédito e vem sendo altera nos últimos anos.

⁷² Entrevista realizada com Maria Gomes do Nascimento, a Maria, conjuntamente com Helena Donilha de Sousa, a Helena, em Teresina (Piauí), dia 3 de julho de 2007, na Sede da Federação dos Trabalhadores Rurais do Piauí - FETAG/PI.

que apóiam as ações das mulheres trabalhadoras rurais. Geralmente, são parcerias entre mulheres, apesar de muitos homens ligados a instituições de governo e dos movimentos sociais também apoiarem as mulheres.

As meninas lá do Amapá, elas estão muito junto da gente, entendeu? A Secretaria de Mulheres, o Conselho da Mulher, o Conselho dos Direitos da Mulher, o MAMA, o IMENA, todos esses parceiros. Tem o movimento sindical do PDT. Todas essas mulheres elas têm prestado um apoio mesmo, têm arregaçado as mangas e têm vindo; comprou a causa pra elas também e têm nos ajudado bastante. Inclusive eu devo muito a essas meninas o que eu já aprendi até hoje eu devo muito a elas e a gente já fez acontecer a nossa plenária, a primeira Plenária Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais já aconteceu no Estado, fizemos a nossa passeata (Eunice, 2007)⁷³.

Na organização da MM além do trabalho intenso e da busca de parcerias, há outras tarefas de ação constante que é o convencimento dos dirigentes homens.

Depois em alguns momentos temos que fazer o exercício de convencer os companheiros de que essa é a nossa estratégia não só para eles entenderem, mas para eles incorporarem também tanto no discurso político, quanto nas ações e nas proposições realizadas em outros espaços. (Carmen, 2006).

Em relação aos avanços nas políticas públicas, destaco a inclusão da transversalidade de gênero no Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, a realização da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) que resultaram na elaboração de Planos.

Nos debates da II CNPM ganharam destaques de referências às **mulheres das florestas** como sujeitos das políticas públicas no lugar de um campo ou meio rural indeterminado. As mulheres trabalhadoras rurais somavam-se mais de 70 delegadas. Articulavam-se em torno de temas, como por exemplo, o novo eixo resultante desta Conferência denominado *Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar*⁷⁴.

Ao incluir as *mulheres das florestas* nos discursos dos movimentos sociais e para os órgãos governamentais, a representante da Secretaria da Mulher Extrativista do

⁷³ Entrevista realizada com Francisca Eunice da Silva, Coordenadora Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amapá - FETAGRAP, realizada em Brasília, na Sede da CONTAG, Núcleo Bandeirante, dia 23 de julho de 2007.

⁷⁴ Durante a II CNPM este tema foi um dos que mais demorou fechar a questão, pois resultou da aglutinação de vários temas estratégicos, o que exigiu muita negociação e convencimentos entre as delegadas.

Conselho Nacional dos Seringueiros enfatiza:

nós queremos ser reconhecidas, mas primeiramente para que a floresta seja respeitada, seja reconhecida, nesse sentido porque tem as pessoas lá dentro, morando e com todas as suas formas de vida, as suas magias, digamos assim, os seus encantos, na verdade, os encantos. É a forma como a gente trabalha, na relação com a natureza (Célia, 2007)⁷⁵.

A promoção e o acesso às políticas públicas pelas trabalhadoras rurais são importantes para enfrentar o problema da desigualdade de gênero e outras formas de desigualdade presentes no meio rural. Entretanto, apesar dos avanços significativos, é necessário criar mecanismos que estimulem a participação e a expansão de suas organizações.

Para identificar algumas questões acerca do exercício do poder em torno da MM apoiei-me nas explicações de Foucault sobre as *disciplinas e a imposição de regras aos sujeitos dos discursos*, observados no momento da entrega da pauta da Marcha das Margaridas em 2007, mais precisamente em relação ao uso da fala.

O uso das falas foi concedido às autoridades governamentais presentes, entretanto a palavra da Coordenadora da Marcha foi antecedida por um dirigente da instituição. Presenciar este gesto simbólico resultou na seguinte indagação: se a representante da Marcha compõe a direção da CONTAG, o que lhe confere autoridade e legitimidade? O que justifica a palavra de outro dirigente? Se pelas regras do jogo a justificativa está na posição hierárquica, significa que os homens representam o conjunto e as mulheres a especificidade? Se a coordenadora geral da Marcha das Margaridas integra a direção da CONTAG a sua fala não representaria esta instituição?

A observação sobre a questão empírica mencionada acima reflete algumas características relevantes nos estudos sobre os novos movimentos sociais. Considerando que a relação em rede tem como principal característica a descentralização, como se dá o equilíbrio entre as relações de poder centralizadas e hierarquizadas? Esta indagação implica na questão da autonomia. Porém, as observações apontam indícios de que na Marcha das Margaridas, esta autonomia é relativa ou parcial.

Segundo Foucault, a vontade de verdade, a palavra autorizada cria campos de exclusão; a vontade de saber, assim como os sistemas de exclusão se apóiam sobre um

⁷⁵ Entrevista realizada com Célia Regina das Neves, da Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS – realizada no dia 20 de agosto de 2007, no Parque de Exposições, em Brasília durante a Marcha das Margaridas.

suporte institucional. Esta questão resulta de provocações acerca dos usos da linguagem e da fala, mas não se aplica como regra e exige reflexões mais aprofundadas. Para este filósofo, a produção do discurso em toda a sociedade é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996).

As verdades para Foucault são ancoradas em representações e valores constituidores de poderes os quais criam mecanismos excludentes de saberes. A imposição das regras aos sujeitos do discurso define a qualificação que deve possuir os indivíduos que falam e que no jogo de um diálogo, da interrogação e da recitação devem ocupar determinados tipos de enunciados. O autor cita os discursos religiosos, judiciários e políticos. As propriedades singulares e papéis preestabelecidos como exemplificações não dissociadas da prática de um ritual determinante para os sujeitos que falam ao mesmo tempo.

A descentralização do poder e a igualdade de participação estão presentes nas falas das entrevistadas e também na pauta elaborada para o movimento sindical.

A participação da mulher hoje está sendo mais respeitada a mulher; têm muitas presidentes de sindicato, avançou muito essa questão; o respeito, o salário igual porque é uma injustiça muito grande! ainda existe na cabeça de muitos homens mesmo dirigente sindical, de que a mulher tem que ganhar mais pouco e que os homens têm que ganhar um salário completo e a mulher ganha lá uma terça parte do salário (Maria, 2007)⁷⁶.

Diferentemente dos homens, a inserção das mulheres trabalhadoras rurais nas organizações, principalmente no movimento sindical, vem acompanhada de tensionamentos do próprio movimento e conflitos oriundos das relações pessoais e familiares são impactos vivenciados pela grande maioria das mulheres ao assumir novas funções, como pode ser observado na declaração abaixo:

A minha vinda para a CONTAG foi muito complicada porque eu tinha uma atuação muito voltada para o meu município e vir participar das discussões nacionais me deu um bloqueio muito grande, principalmente na fala. Já se sabia que eram nove homens e que o machismo era muito presente. Naquele tempo a gente tinha muita dificuldade de enfrentamento e começamos a intervir nos documentos que eram muito machistas: os homens, os trabalhadores...E isso era uma briga. Em alguns momentos a

⁷⁶ Maria (*Ibidem*).

gente tinha de falar muito sério mesmo e chegava a ser motivo de riso até. Mas quando a gente está empoderada exige mais respeito (Ilda, 2007)⁷⁷.

Apesar das tensões, a relação entre homens e mulheres também apresenta traços de solidariedade. A participação dos homens na Marcha das Margaridas de 2007 foi um aspecto que me chamou a atenção pela grande presença, daí tomo como mais um dos significados possíveis e atribuídos ao apoio e solidariedade. Por outro lado, pode ser apreendido como controle. Enquanto um dos entrevistados homens alegou que o motivo de sua participação era para poder proteger as mulheres do seu Município, um outro entrevistado manifestou-se compreender a importância do apoio a tais ações.

Para a gente e eu acho que pra todos nós trabalhadores da área rural é uma alegria participar dessa Marcha porque o nosso Sindicato hoje é composto por 11 mulheres, por isso que precisamos tentar ter essas alianças importantes. Em cada momento as mulheres vêm desenvolvendo um trabalho e cada direção de Sindicato que tem mulher, é mais organizado e essa organização é um trabalho interno e externo. (Lourival Araújo, 2007)⁷⁸.

O estudo realizado por Iracilda Pimentel Carvalho, em 2004, sobre as mulheres nas agroindústrias do Distrito Federal, demonstrou o rompimento parcial da lógica de exclusão do assujeitamento das trabalhadoras rurais ao revelar a criação de mecanismos que possibilitaram a autonomia econômica das mulheres. Para a autora, o fato das mulheres – donas de casa, trabalhadoras rurais – deixarem de ter a sua habilidade suspeitada ou negada para administrarem o próprio negócio, sinaliza para uma desestabilização entre os sexos. Entretanto, não se trata de rupturas com as relações hierarquizadas. Muitas destas mulheres não se conformam com a condição de submissão imposta pela sociedade e constroem o próprio futuro (Carvalho, 2006).

Nesse sentido, a maioria das mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas aproximaram-se dos sindicatos nos anos 1980, na condição de dependentes do pai ou do marido, atraídas pelos benefícios assistenciais.

A minha história de vida começou no movimento sindical, começou a partir dos meus treze catorze anos de idade, meu pai na época nos anos 72, meu pai era o fundador do sindicato (...) naquele tempo os associado eram

⁷⁷ Molica (*Ibdem*)

⁷⁸ Entrevista realizada com Lourival Araújo, presidente do Sindicato de Pitombeira e Diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, realizada em 22 de agosto de 2007 durante a Marcha das Margaridas.

muito escondido (...) eu comecei a participar de fato de assembléia do sindicato nesse tempo e aí assim, naquele tempo tinha aquela história de filhos e esposa ser independente daquela carteira, como o sindicato tinha aquela história de até hoje de assistencialismo, até hoje nós não conseguimos tirar (Molica, 2007)⁷⁹.

Neste caso, há uma relação direta entre a herança familiar e o poder institucional. A entrada das mulheres nos sindicatos e nos movimentos, não está vinculada à transmissão de heranças familiares tradicionais bastante comuns ao meio rural (comerciantes, fazendeiros, prefeitos e outras lideranças locais), mas também significa que a ocupação dos espaços é construída pelas próprias mulheres trabalhadoras rurais a partir de suas necessidades individuais e coletivas e pela superação de barreiras impostas cultural e historicamente.

Esta aproximação está relacionada às experiências anteriores, em organizações religiosas, principalmente à setores da Igreja Católica, ou em grupos sociais de base, como pode ser observado.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, cada comunidade têm igrejas, têm clubes de mães, tem uma escola, então assim, na igreja eu sempre fui catequista, fui animadora, na escola a gente participou; como vice-presidente, a gente sempre atuando e no clube de mães sabe, sempre foi presidente de associação e também a gente tem lá em Santiago tem uma associação de feirantes que eu também faço parte, que já fui até presidente da associação; além de ser isso que eu sou, sou uma trabalhadora rural, eu nasci e me criei na roça. Hoje eu tô morando na cidade por conta disso [da Coordenação estadual de Mulheres], que as coisas aconteceram e eu tô aí, mas a minha vida sempre foi de trabalhadora rural (Lérida, 2007)⁸⁰.

Na verdade eu comecei a minha militância foi na organização da juventude em Crato, que é a minha cidade, lá no Ceará, na região do Cariri e a gente por morar distante da cidade a gente estudava num povoado; todo dia tinha andar 12 km. E começou a partir daí, a gente se encontrava mais, a juventude; e eu conheci um amigo que foi meu grande incentivador ele já fazia parte da direção do sindicato dos trabalhadores rurais. Eu confesso que não gostava muito de sindicato, eu só estudava e na comunidade, eu era catequista, mas um dia ele me convenceu e fui participar do Primeiro Encontro Municipal de Jovens Trabalhadores Rurais e a partir daí eu gostei tanto do encontro que terminei ficando na Comissão Municipal de Jovens (Graça, 2007)⁸¹.

Uma das diferenças entre os movimentos de mulheres constituidoras da MM pode

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ Entrevista com Lérida Pavanelo, 40 anos, Coordenadora Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, realizada em Brasília, na Sede da CONTAG, em 23/07/07.

⁸¹ Entrevista realizada com Antonia Duarte, conhecida como Graça, 33 anos, Coordenadora Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará, realizada em Brasília, no dia 24/07/2007, na Sede da CONTAG.

estar relacionada à identificação com o feminismo. Apesar de não se constituírem em um aspecto central deste estudo, é questão que aparece nos discursos das entrevistadas, sobretudo porque algumas se inserem em movimentos autônomos de mulheres e outras em movimentos mistos:

Nós que optamos por estar fazendo um movimento com as trabalhadoras por dentro de uma organização no porte da CONTAG, que é uma organização mista, sabemos o quanto que é difícil isso; fazer algumas coisas dentro de um espaço que não foi feito para nós, que não foi construído para nós; temos que sair em contra a corrente, abrindo caminhos (Carmen, 2006⁸²).

A concepção feminista, diferentemente das formulações adotadas pela maioria das organizações de mulheres, não busca somente o direito à igualdade nos espaços públicos, mas também busca romper com as estruturas de poder hierarquizadas estabelecidas das desigualdades de gênero. Esta questão torna-se relevante se compreendermos que a idéia de gênero presente nos discursos das organizações em torno da Marcha das Margaridas é influenciado pela perspectiva feminista.

No nosso movimento a gente se considera feminista, inclusive é uma questão que a gente discute. Nós trabalhamos com as mulheres e elas levam as discussões sobre gênero, feminismo para os diferentes espaços. Esse foi um tema de um dos seminários das mulheres rurais no 9º Encontro do MMTR/NE agora passado. Muitas levaram até os próprios dirigentes de sindicatos para a discussão (Ilda, 2007)⁸³.

A relação afirmativa de ser feminista ganha complexidade ao ocorrer entre movimentos feministas, movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e movimentos sindicais, mas não é tão recorrente nas falas, como afirma Carmen (2006).

Então eu continuo achando que esse continua sendo o grande desafio para nós, pela opção política que fizemos de estar dentro do movimento sindical misto e fazer militância política feminista no lugar de ficarmos falando só entre as mulheres, mas têm muitas divergências; você consegue imaginar o que é fazer militância política num movimento misto, numa perspectiva feminista do jeito que nós sabemos ser feministas. Isso é um outro debate que eu acho muito importante, e ainda por estar no movimento sindical misto, as sindicalistas são rotuladas de menos feministas do que as outras que estão só em movimento de mulheres (*Ibdem*)⁸⁴.

⁸² *Ibdem*.

⁸³ *Ibdem*.

⁸⁴ Entrevista realizada com Carmem Foro, Coordenadora da Comissão de Mulheres da CONTAG, realizada em 26 de julho de 2006.

Ao exercerem novas formas de poder, de enfrentamentos, de resistências, as trabalhadoras rurais compõem alianças, tensões, semelhanças, mas também deixam evidentes suas diferenças. Considerada ainda como estratégia política, a Marcha das Margaridas extrapola as reivindicações pontuais. A partir de questões que afetam diretamente a vida das mulheres, a MM pauta novas relações de igualdade e de solidariedade de forma autônoma e sustentável.

Sem dúvida nenhuma a gente vem pra Marcha das Margaridas com essa parceria. Porque primeiro nós mulheres, nós acreditamos que só pela unidade amplia... Se a gente ampliar a unidade do movimento social, a gente vai acelerar o processo de transformação política, de produção econômica e das políticas públicas para o segmento da classe social trabalhadora. Porque quanto mais a gente se dividir, mais a classe opressora domina, a gente pensa assim... Agora, a gente também discute que a gente tem as mesmas dificuldades, as mesmas necessidades. Mas a gente tem diferenças, mas têm as mesmas necessidades. Então, nesse sentido, a gente busca a nossa unidade (Célia Regina, 2007)⁸⁵.

A relação direta entre saberes e poderes está na criação de estratégias próprias da MM, considerando as diferenças existentes entre as organizações de mulheres. Isto reforça a idéia apresentada neste trabalho de que a unidade se apresenta no campo da representação política, ou seja, em momento conjuntural até a organização da MM, mas é permeada pelas diferenças.

Ao integrar uma agenda transnacional e questionar o modelo de sociedade vigente, às trabalhadoras rurais propõem novas relações sociais pautadas na solidariedade, na igualdade e na justiça. Estas questões se materializam em seu cotidiano, por meio de temas como a liberação dos transgênicos que ameaçam a soberania e suas formas de sobrevivência.

A análise das pautas e as falas das entrevistadas indicam que as diferenças existentes são significativas para desconstruir a idéia das mulheres como sujeitos universais ancorados por uma essência feminina. A unidade se constitui em uma pauta comum, mas se desfaz quando as diferenças são reveladas.

Dentro da própria floresta tem a diversidade dos biomas e nesses biomas você encontra as florestas marinhas, as águas salgadas do oceano, igapós, várzeas, campos alagados. Então, elas se diferenciam por isso. Algumas companheiras se identificam: “eu sou uma mulher da maré”, outras se identificam: “eu sou uma mulher da mata”. Porque ela vai mata adentro e

⁸⁵ *Ibidem.*

coleta castanha-do-pará, o miriti. Outra diz assim: “eu sou uma mulher da várzea ou varja”. É muito comum você chegar lá e as companheiras dizer: “vamos na varja tirar o açaí”. Mas têm companheiras que dizem assim: “eu sou uma ajuntadeira; sou uma mulher da praia, uma ajuntadeira de semente, de castanha da andiroba” (Célia Regina, 2007)⁸⁶.

Isto se explica porque a categoria mulheres trabalhadoras rurais não incorpora a diversidade das mulheres presentes na Marcha das Margaridas composta por um mosaico identitário com diversas formas de expressão.

Aqui é mulheres assentadas, é mulheres agricultoras familiares, pequenas proprietárias, no meu caso, eu sou trabalhadora rural, sou pequena proprietária, é sem-terras, têm muitas companheiras sem-terra que mora lá nas comunidades, moradeira de pequenas propriedades e são essa população de mulheres que vão a Marcha. Têm quilombolas; na primeira Marcha em 2000, foi uma senhora já com 86 anos, foi a coisa mais engraçada lá em Brasília, ela andando, foi filmada, foi muito interessante, a participação dela, nesse momento não me recordo o nome da companheira, ela é daqui do município Regeneração (Maria, 2007⁸⁷).

A estratégia de apresentação de uma pauta ao Estado tanto é uma forma de denunciar as desigualdades existentes e cobrar adoção de medidas não discriminatórias para combatê-las quanto um mecanismo de proposição de políticas públicas. Estas e outras estratégias resultam das práticas sociais que constituem os saberes e os poderes exercitados, por meio de uma ação coletiva protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais. Já a atuação em rede proporciona articular ações locais com questões globais.

Ao questionar o Estado e os seus próprios movimentos, as mulheres integrantes da Marcha das Margaridas pautam um novo modelo de desenvolvimento para o país. Ao assumir o lugar de protagonistas em um espaço hegemonicamente masculino, as mulheres trabalhadoras rurais indicam que, de certa forma, conseguem romper com esta lógica. Isto revela que, nos lugares constituidores de gênero as relações de poder são ao mesmo tempo reiterados e recriados, haja vista que elas subvertem essas relações.

Ao assumir postos de grande expressão política lhes é exigido o domínio de uma função coletiva para a qual a grande maioria das mulheres (rurais e urbanas) não foi preparada. E ainda assumem tais postos sem abrir mão de papéis que lhes foram historicamente designados, que envolve a casa e os cuidados com a educação dos(as) filhos(as). Isto resulta em cobranças externas, inclusive a atribuição de “culpa” por um

⁸⁶ *Ibidem.*

⁸⁷ *Ibidem.*

suposto abandono da família, aliado às cobranças que, muitas fazem a si próprias.

A gente faz tudo de uma vez só, mas você consegue dividir tarefas, que foi aquilo que eu colocava, a descentralização do poder, é você colocar tarefas para outros diretores, para você ter folga também para você dar conta de suas outras tarefas enquanto mulher, esposa, mãe e dona-de-casa, trabalhadora rural e criar suas galinhas, e ainda olhar os cabritos, e ainda cuidar de muita coisa: tirar o leite da vaca e muitas outras coisas que aparece; a gente querendo, sobra um tempinho e ainda estuda à noite, estou estudando (Maria, 2007)⁸⁸.

Carmem (2006)⁸⁹ descreve o momento em que passou a coordenar a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, após ter disputado a eleição da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará:

O desafio para mim não é novo, mas ele tem outra dimensão, que é uma dimensão nacional. Eu tenho muitos medos, porque eu sempre fui uma mulher muito ligada à base, mesmo estando em Belém na Federação, meu município é um município próximo [Igarapé- Mirim] e eu ia toda semana no sindicato, eu participava nos finais de semana das atividades, ou na minha região ou em outro lugar; eu vivia muito isso (*Ibdem*).

De um modo geral, a inserção das mulheres vem ocorrendo paulatinamente nos espaços de representação política, apesar das distorções ainda presentes no Brasil. O Legislativo Federal já contou com uma representante das trabalhadoras rurais que inclusive é agricultora, a ex-Deputada Federal Lucy Choynack⁹⁰, exercendo o seu mandato entre 2003 e 2006.

A autodefinição trabalhadoras rurais tem uma conotação carregada de significados construídos ao longo de suas trajetórias. O uso desta nomeação no Brasil está relacionado às reivindicações das trabalhadoras rurais pelo direito de ter direitos. Está diretamente ligado à ação política das trabalhadoras rurais que vivem e trabalham na zona rural como forma de recusar à classificação de “domésticas”, do lar ou mesmo de ter o seu trabalho considerado como ajuda (Cordeiro, 2006).

Portanto, é necessário reafirmar que os principais elementos demarcadores da identidade das mulheres trabalhadoras rurais, na perspectiva política, estão relacionados à constituição de um espaço rural e das dimensões subjetivas e étnicas. A sustentação da

⁸⁸ *Ibdem*.

⁸⁹ Entrevista foi realizada logo após o Congresso da CUT, no qual Carmem foi eleita vice-presidente. Em março de 2007, Carmem foi a primeira mulher a ocupar a presidência da CUT, devido à viagem do titular.

⁹⁰ Lucy Choynack foi candidata a Senadora pelo Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina, em 2006, mas não se elegeu.

identidade, inclusive com reconhecimento de sujeitos diversos, fundamenta-se nas atividades produtivas, ou seja, o que define a identidade das mulheres produtoras rurais é a relação com a produção (agricultoras, seringueiras, pescadoras) ou a sua situação em relação à terra e os demais recursos naturais (quebradeiras de coco, mulheres da floresta, coletadeiras de fruto).

A partir de uma espécie de acordo sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural são acrescentadas as dimensões de raça/etnia e geração. As nomeações identitárias prevalecem nas formas organizativas, pois é a partir das lutas sociais, que os sujeitos se afirmam e reivindicam os seus direitos.

A pouca evidência dada aos temas corpo, sexualidade e aborto, questões presentes nas práticas feministas, sugere que é devido à influência da Igreja Católica na formação dos movimentos sociais do campo, incluindo a maioria das organizações de mulheres. Orlandi (2003) se refere aos ditos e os silêncios nos processos discursivos, os não ditos, que neste caso são atribuídos a estes temas silenciados dos discursos da Marcha das Margaridas.

Os estudos desenvolvidos por Antunes (2006), Barbosa (2006), Pimenta (2006) e Carvalho (2005) sobre as relações de gênero no meio rural, apontam a existência de ambigüidades em diferentes espaços e tempo. A leitura desses estudos subsidiou as problematizações acerca do silenciamento das trabalhadoras rurais em relação à sexualidade. Esse silenciamento induziu-me a questionar como a sexualidade é tratada por elas? Será que esta é associada somente à reprodução da família? Existem outras formas de vivenciar a sexualidade que não estão colocadas em seus discursos?

Para Orlandi (2005), é na memória discursiva que estão presentes o interdiscurso, as enunciações e os signos. A memória discursiva determina o lugar do masculino e do feminino no meio rural.

Além da previdência, um dos temas mais presentes na pauta da MM é a violência contra as mulheres compreendida também como a violência física praticada pelos homens (esposos, patrões ou companheiros de sindicato). Apesar da ênfase dada à violência que sofridas pelas mulheres do campo, pelos fazendeiros e latifundiários, é recorrente a preocupação com a violência sexual. Nos discursos das entrevistadas é visível o conhecimento da Lei Maria da Penha como um instrumento de combate à violência.

Essa coisa, tipo de violência, a discriminação contra a mulher também dentro do movimento sindical acontece bastante, mas essa organização da Marcha tem combatido bastante esse tipo de violência contra as mulher, as mulher tão aí, tão avançando participando agora da já segunda Conferência de Política para Mulheres e foi um ganho muito grande também a Lei Maria da Penha, que já precisa se discutir isso em todos os locais, que as mulher têm que ter a sua consciência que nós temos direitos iguais e que homem não pode bater em mulher, e que esses cabocos tem que ser mesmo processado e ir pra cadeia mesmo; não pode mais o marido abusar da esposa ou namorada, companheiro (Maria, 2007)⁹¹.

Independentemente de serem lideranças ou não, a violência é um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres que vivem no campo, conforme explicita Antunes (2006).

Embora possamos imaginar que este é um problema restrito às mulheres que não estão mobilizadas e não participam das organizações da sociedade civil, essa não é a realidade. Lideranças empoderadas e esposas desempoderadas, essa é a estranha história de algumas quebradeiras de coco babaçu. Parece que essas mulheres mudam de papéis ao entrarem em suas casas, deixando todo o poder alcançado na esfera coletiva do lado de fora (Antunes, 2006, p.144).

Assim como a sexualidade, a violência doméstica e seus desdobramentos apresentam-se ainda de forma camuflada, como se fosse algo exclusivo do ambiente privado. A gravidade da questão é o fato de muitas mulheres trabalhadoras rurais tratarem o problema da violência doméstica e sexual como um problema pessoal. Uma outra questão que merece ser aprofundada em outros estudos, está na visão equivocada de que o problema só ocorre com mulheres menos esclarecidas. Entretanto, não se trata de situações superadas pelas mulheres lideranças, pois muitas delas vivenciam situações de extrema violência com os seus companheiros.

Ao estudar a representação social das quebradeiras de coco como guardiãs da floresta e a suas estratégias de empoderamento, Antunes (2006) aborda uma questão pouco mencionada pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e pelas(os) pesquisadoras(es) que é a violência doméstica e sexual enfrentada pelas mulheres quebradeiras de coco.

Ao mesmo tempo em que demonstram a sua força no cotidiano das lutas do campo contra todas as formas manifestadas do patriarcalismo, muitas mulheres rurais acabam não conseguindo romper com as situações de violência na relação com seus companheiros

⁹¹ *Ibidem.*

homens. A representação destas como sinônimas de mulheres fortes e resistentes seria uma visão idealista e romântica?

Antunes (2006) problematiza que quando o assunto é tratado nos encontros e demais atividades realizadas pelas organizações de mulheres do campo, este aparece em segundo plano. Estas e outras razões justificam a realização de estudos para analisar este tema com o foco nas mulheres rurais. São questões que começam a ganhar visibilidade nos estudos sobre mulheres e relações de gênero no campo. Estão presentes nos estudos de Ferreira (2006); Silva (2006); Antunes (2006) e constitui-se numa das novas temática proposta em eventos científicos, a exemplo do Simpósio “Gênero, poder e corpo em contextos rurais⁹²”.

Deste modo, as representações revelam contradições e ambigüidades. Muitas mulheres descrevem que os maridos não aceitavam a sua participação nos movimentos, mas quando vêem que elas conseguem gerar renda para a família, passam a entender que suas atividades são importantes para o sustento da família. Sobre estas relações entre empoderamento e violência de gênero Antunes (2006) enfatiza que, nem todos os casos de conflito na família por alterações nas relações de poder têm final feliz. Em muitos casos a restrição à liberdade de escolha das mulheres vão além da violência psicológica, resultam em violência física. A autora menciona que muitas lideranças empoderadas e esposas desempoderadas, essa é a estranha história de algumas quebradeiras de coco babaçu. Parece que estas mulheres mudam de papéis ao entrarem em suas casas, deixando todo o poder alcançado na esfera coletiva do lado de fora.

As observações indicam ainda que a sexualidade não é discutida. Isto dá a impressão de que a heterossexualidade é a única forma possível de vivenciá-la. Porém, durante a pesquisa de campo identifiquei um Projeto denominado Gênero e saúde no Campo, realizado em parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a CONTAG que merece ser analisado em pesquisas futuras.

Nem sempre essas questões aparecem tão visíveis, mas de forma sutil revela a dificuldade que muitas mulheres trabalhadoras rurais encontram em suas experiências

⁹² Este é um dos novos Simpósios apresentados no 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, cujo tema central é Corpo, Violência e poder. O Simpósio é coordenado por Rosineide Cordeiro, Vanda Aparecida da Silva e Joana D' arc Bahia, pesquisadoras contempladas no Prêmio Margarida Alves. Além deste, o Fazendo Gênero terá mais dois Simpósios para discutir questões voltadas para as mulheres rurais: “As múltiplas faces da mulher rural no Brasil”, coordenado pelas pesquisadoras Anita Brumer, Maria Inês Paulilo e Gema Galgani Esmeraldo e, “Gênero e violência no campo”, coordenado por Izaura Rufino Fischer, Hulda Helena Coraciara Stadler e Laura Suzana Arrazola.

personais. Além disso, muitas comentam que convivem com conflitos internos. Estes conflitos estão relacionados, principalmente, a sentimentos de culpa e à cobrança da família pelo fato de terem de se ausentar para exercerem as atividades das organizações das quais participam. A convivência em grupo com outras mulheres é considerada por muitas destas mulheres como o espaço coletivo onde elas buscam apoio para enfrentar as dificuldades. Em conversa com uma assentada da região de Ji-Paraná em Rondônia, ela nos revelou que após perder a mãe e o irmão assassinados naquele Estado, teve que mudar de Estado para escapar às ameaças de morte. Após quase 10 anos retornou ao assentamento e retomou às atividades comunitárias, pois para ela, estes espaços são formas de aliviar o sofrimento.

Durante a pesquisa de campo e na convivência com diversas mulheres, sejam estas rurais ou urbanas, é possível perceber que quando se trata de conversas “informais”, elas falam de si e dos problemas que enfrentam nas relações pessoais. A participação em movimentos sociais ou outras formas organizativas tem o aspecto positivo da aprendizagem e da troca de experiência, mas geralmente, desconsideram as experiências pessoais. Ou seja, na prática, o sujeito coletivo elimina a individualidade que é parte constitutiva dos seres humanos.

Nas falas das entrevistadas, uma das maiores dificuldades para assumir os espaços como dirigentes de sindicatos e/ou demais organizações, é o fato de conciliar as tarefas de casa com as atividades políticas. Para muitas mulheres trabalhadoras rurais enfrentar situações novas e as cobranças da família representa desafios e medos. Alegam ainda que no exercício das atividades estão sujeitas à diversas formas de questionamento, geralmente de forma simbólica, como se tivessem de provar o tempo todo as suas capacidades. Isso revela que a dúvida sobre a capacidade das mulheres desde o século XIV não foi superada.

Se por um lado, o desafio da Marcha das Margaridas é fazer alianças entre as organizações de trabalhadoras rurais, certamente existem inúmeras dificuldades para que se consolide esta ação coletiva.

Esse é um desafio permanente, no atual momento nós estamos discutindo a Marcha, dentro da Comissão Nacional, ampliando, por exemplo, a discussão com a juventude. É um exercício permanente do envolvimento do conjunto, podia ser uma Marcha do conjunto, mas infelizmente ainda se sobrecarrega sobre nossa responsabilidade parte da construção da estratégia e ainda do convencimento de que essa estratégia é mais viável (Carmen, 2006).

Protagonizada pelas trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas incorpora-se na agenda dos movimentos de mulheres, dos demais movimentos sociais, do Congresso Nacional, do Governo Federal e de em alguns Governos Estaduais e Municipais. A visibilidade da MM como uma grande mobilização política trouxe novas questões para os estudos de gênero e abriu novos caminhos para pensar sobre os pontos de tensão que sustentam as relações individuais e coletivas, com vistas a ultrapassar as análises sobre as atividades produtivas e as relações familiares.

Ao focar a emergência das trabalhadoras rurais como categoria política, Mota (2006) afirma que essa construção envolve diferentes agentes sociais na produção coletiva, da qual resultam práticas, saberes e experiências pessoais, singulares e sociais, onde as trabalhadoras rurais se identificam como sujeitos.

Mota (2006) refere-se à dimensão institucional que formaliza as organizações específicas para elaborar os discursos sobre/para as mulheres e à dimensão experiencial que envolve formas de representação, apresentação e a construção de uma narrativa própria.

As falas das entrevistadas evidenciaram que a relação com a natureza é algo que interfere diretamente na vida destas trabalhadoras. Portanto, interferem na formação identitária e nas prioridades dadas aos temas. São questões que dizem respeito aos modos de vida no campo ou nas florestas e são evidenciados nas construções discursivas acerca das identidades.

Essa relação com a natureza é um dos elementos mais fortes nas práticas discursivas das mulheres trabalhadoras rurais manifestas em seus modos de vida. As *guardiãs da floresta* como foram nomeadas as mulheres quebradeiras de coco, constituíram a sua luta em uma trajetória que se iniciou com as reações contrárias à derrubada de palmeira.

A derrubada da palmeira foi um sinal para que 28 mulheres da comunidade de Ludovico, no Maranhão, unissem as *soltas*⁹³ para enfrentar o fazendeiro e seus jagunços. Nesse processo, as quebradeiras de coco começaram a alegar que as palmeiras representavam a vida delas, os seus sustentos. Isto se configurou em uma estratégia de negociação que após intensos conflitos deslocou-se na luta pela terra, como forma de

⁹³ Soltas é a designação atribuída pelas mulheres às terras onde se coletam e quebram o coco babaçu. Cf. Antunes (2006).

produção e reprodução (Antunes, 2006).

O sentimento e as imagens expressados por mulheres quebradeiras de coco sobre a derrubada das palmeiras assemelhava-se à dor da morte de uma mãe carregada de filhos. Isto significa que o discurso emancipatório também é somado a papéis atribuídos socialmente.

Por outro lado, estudos sobre a identidade coletiva e relações de gênero da pesquisadora Sara Pimenta (2006) afirmam que, “no processo de conquista e apropriação da terra o sentimento de liberdade impulsiona a geração de novas capacidades e experiências, que articuladamente resultam na possibilidade de criar as condições para produzir, trabalhar e viver com dignidade”. Mas que liberdade é esta onde as mulheres são tidas como mão-de-obra e cuja natureza lhe condiciona e aprisiona a papéis determinados?

Este é um dos limites atribuídos por Hall (1999) à identidade forjada numa origem. Para este autor não existe identidade resolvida, pois esta é formada por meio de um processo inconsciente, por isso propõe a utilização de *identificação* no lugar de identidade. Para Hall, o descentramento presente nas estruturas de linguagens que dão significados ao que é expresso pelos sujeitos, forma um sistema social e não individual. Ao citar Derrida, este autor afirma que os significados das palavras não são fixos, mas surgem das relações de similaridade e diferenças que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua.

De acordo com Pimenta (2006), a subjetividade e a intersubjetividade, os sentimentos e os interesses em jogo nas relações e práticas sociais consistem em aspectos psicossociais, que configuram dimensões da alteridade na dinâmica identitária. Há, portanto, uma indissociável relação entre identidade e subjetividade, entre subjetividade e diferença, na qual a diferenciação se constitui em atividade fundamental à assunção identitária.

Para esta pesquisadora, o sentimento de pertença social enseja a significação da relação com o outro e tem o seu lugar numa rede intersubjetiva, que compõe a estrutura das relações sociais num determinado tempo e lugar históricos. Ao mencionar que, a identidade possui ambigüidade e dissociações, Pimenta ressalta que esta categoria não deva ser confundida com papéis sociais, tendo em vista que, estes podem até fazer parte da identidade, mas depende de como os sujeitos a incorporam em suas práticas cotidianas.

Retomando às mulheres quebradeiras de coco, a entrada no mercado de trabalho resultou na valorização do seu trabalho e em mudanças significativas nas relações sociais e econômicas, nas quais estas mulheres têm função importante nas atividades extrativistas

(Antunes, 2006).

A valorização da renda produzida pela comercialização possibilita o aumento do poder de negociação e acaba influenciando as tomadas de decisão e a autonomia. Entretanto, há evidências de reiterações da divisão sexual do trabalho, visto que a quebra de coco é uma atividade eminentemente realizada por mulheres. Ao contrário do que observou Barbosa (2006) em seu estudo sobre *Gênero e imaginário no cotidiano das trabalhadoras rurais no Maranhão*, ao se referir à Comunidade de Monte Alegre, os espaços sociais são fixamente delimitados, traduzidos em papéis desempenhados por homens e papéis de mulheres.

Em geral, as mulheres quebram coco e os homens realizam as atividades da roça, o que não quer dizer que elas também não se dediquem às atividades no roçado. Porém, no mesmo trabalho de Barbosa (2006) há declarações de trabalhadores rurais homens que alegam não exercerem a atividade da quebra do coco porque tem pouco rendimento. Será que está questão não contribui com o valor do trabalho, tão questionável, mas ainda presente no meio rural?

Os significados de poder (ou poderes) presentes nos discursos das mulheres trabalhadoras rurais ora como poderes dispersos e descentralizados ora como algo fortemente atrelado às estruturas rígidas e hierárquicas como as do movimento sindical com forte presença masculina e ainda, como algo atribuído ao Estado, que nega e restitui poder ao reconhecer os direitos e ao implementar políticas que resultem das pressões das organizações de trabalhadoras rurais.

A relação entre poder e sexualidade no contexto das relações intrafamiliares e afetivas, a partir das observações sobre o cotidiano e as ações políticas das trabalhadoras rurais, sinalizam que, muitas mulheres trabalhadoras rurais demonstram coragem e ousadia ao enfrentar situações de ameaça e outras formas de violência, entretanto, não conseguem superar situações de assujeitamentos e opressão de gênero nas relações afetivas. O que significa, por exemplo, para uma mulher trabalhadora rural ter de manter relações sexuais muitas vezes indesejadas com seus parceiros para não enfrentá-lo por medo de violência? Esta e outras questões carecem de maior aprofundamento em estudos futuros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição do objeto desta pesquisa iniciou pelas afirmações sobre o meio rural brasileiro, entendido como espaços sócio-políticos, geográficos e culturais onde estão presentes as questões agrárias, agrícolas, os conflitos ambientais e as disputas de poder. O meu olhar voltou-se para estes ambientes marcados por diversas formas de desigualdades onde vivem milhões de mulheres trabalhadoras rurais.

As primeiras impressões sobre o objeto de estudo levaram-me a acreditar que a MM surge como uma ação pontual. Durante a investigação e análise dos resultados percebi que a Marcha das Margaridas configurava-se na perspectiva conceitual dos novos movimentos sociais cuja característica geral é a realização de grandes mobilizações intercaladas com ações de caráter permanentes em redes não presenciais. No caso da MM, a atuação em rede é uma estratégia política de mobilização permanente dando o ritmo característico de marcha.

A escolha da Marcha das Margaridas como campo empírico de estudo, justificou-se pelas seguintes características: é um movimento articulado em redes que se configura como uma ação coletiva, inovadora e insurgente protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais. Para constituir uma identidade política, em torno de um projeto comum, as mulheres trabalhadoras rurais constroem uma pauta integrada e específica com propostas objetivas e subjetivas. As questões objetivas são voltadas para a melhoria das condições de vida no campo. Às questões subjetivas são atribuídos às relações humanas manifestadas nos sentimentos, experiências e saberes apreendidos no cotidiano de vida daquelas mulheres.

Na formulação do problema desta pesquisa, considerei o contexto articulado, dinâmico e efervescente da MM como elementos provocadores e desafiantes. Em cada nova composição textual, as análises acerca da constituição do sujeito coletivo e das mulheres trabalhadoras rurais, revelaram a existência de uma diversidade e uma pluralidade das mulheres representadas nesta Marcha: agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas que formam um mosaico identitário.

Os resultados da pesquisa indicam que a existência de uma diversidade, pluralidade, e das diferenças, os efeitos sobre os significados sobre gênero há

predominância é a relação com a natureza e também a influência da religiosidade.

O aspecto político é atribuído à posição situada que constitui a identidade em torno de propostas incorporadas a uma pauta. Portanto, posso inferir que uma das características semelhantes entre as *margaridas* é a situação vivenciada no meio rural que inclui desde a restrição à documentação até as ameaças de retirada dos direitos previdenciários. Estas situações observadas durante a pesquisa me induziram aos seguintes argumentos: para as *margaridas*, afirmarem-se como mulheres trabalhadoras rurais significa ir além de dar visibilidade a estes sujeitos políticos; trata-se de uma estratégia na qual as mulheres trabalhadoras rurais reivindicam direitos conquistados e consolidados pelos(as) trabalhadores(as) urbanos e pelos homens rurais.

Assim, o sujeito do feminismo é apresentado na MM como mulheres, levando-me a inferir que, as mulheres trabalhadoras rurais continuam presas ao gênero representado pelo feminino. Entretanto, gênero atua reciprocamente, assim como os poderes que estão o tempo todo em movimento, ora dispersos, ora centralizados, localizados ou renovados nos saberes compartilhados nas experiências vivenciadas no meio rural.

Os desdobramentos do conceito de gênero na Marcha das Margaridas manifestam-se na dimensão posicionada, historicizada e relacional, à medida que a autodefinição *mulheres trabalhadoras rurais* está associada a espaços geográficos, às relações étnicas e culturais. Semelhantemente, a utilização da categoria mulher retoma uma suposta “*essência feminina*” justificada na relação com a natureza, principalmente com a terra, com as águas e com as florestas. E, o conceito de gênero apresenta-se como uma possibilidade de novas relações sociais. Estas possibilidades podem ser vislumbradas nas práticas discursivas, posto que, existem diferentes interpretações sobre o que significa ser uma mulher trabalhadora rural. Por um lado, identifiquei que se trata de reiterações de papéis, e, noutro lado, existem deslocamentos provocados pelas diferenças.

A ação coletiva é marcada por estratégia de atuação em rede de movimentos sociais. Ao se constituírem em redes de movimentos sociais, incluindo o movimento feminista, as mulheres trabalhadoras rurais adotam estratégias proporcionadoras de visibilidade. Esta visão somada à política de presença formulada nas propostas numa pautas inclui a ampliação das participações nos espaços de decisão. Estes sujeitos políticos são influenciados diretamente pelo conceito de gênero.

Os lugares constituidores de gênero na MM são evidenciados nos discursos

pautados pela existência de desigualdades instauradas por uma posição política, cuja raiz está localizada na noção de diferença entre masculino e feminino. Afirmar-se *mulher* demarca historicidade, experiências, temporalidades e interseções com raça/etnia, classe, nacionalidade, geração na Marchadas Margaridas.

A diversidade é refletida nas concepções e práticas apreendidas nas organizações representativas das mulheres trabalhadoras rurais. A diversidade e a pluralidade ficam encobertas pela afirmação de um sujeito coletivo. A percepção da unidade das mulheres trabalhadoras rurais é representada pela identidade política, daí posso inferir que esta identidade é uma ficção. A operacionalidade do conceito de gênero e seus efeitos ao serem analisados de forma empírica, indicam que não existe uma essência compartilhada pelas margaridas. No entanto, a idéia de uma pauta negociada sugere uma suposta unidade para além da esfera política.

As diferenças dizem respeito aos aspectos produtivos e à relação com a terra (assentadas, quebradeiras de coco, agricultoras familiares). Neste sentido, pensar sobre os efeitos das diferenças significa apontar para o empoderamento das mulheres, no sentido de reconhecer o seu potencial político e organizativo.

Entretanto, a afirmação de uma mesma identidade não elimina as identidades específicas. Sendo assim, as mulheres trabalhadoras rurais transitam entre diversas categorias identitárias, embora as observações sobre o objeto empírico indiquem que gênero na MM está condicionado à categoria mulheres. Isto é, só existe enquanto afirmação política dos sujeitos ao demarcar uma posição situada (o meio rural), como estratégia de reivindicar direitos historicamente negados. Estes elementos se refletem nas práticas discursivas das mulheres trabalhadoras rurais e indicam a importância de reconhecer os limites da unidade anunciada.

Outro aspecto relacionado à afirmação da identidade de mulher trabalhadora rural como estratégia pode ser exemplificado pelas quebradeiras de coco. Enquanto lutam pelo reconhecimento político de uma identidade própria, as mesmas continuam vinculadas aos sindicatos rurais, pois estes lhes permitem acessar os direitos trabalhistas e previdenciários. Neste caso, observa-se a existência de elementos relacionados à representação política e aos aspectos étnicos, ambientais e produtivos. Neste sentido, assim como as mulheres pescadoras, a luta das quebradeiras de coco em defesa dos babaçuais é também uma luta em defesa dos seus espaços de produção e do reconhecimento de sua profissão. Isso

evidencia a afirmação de gênero como produto e processo das relações sociais.

A análise da Marcha das Margaridas revelou que o poder manifesta-se nas alianças, nos consensos, tensões e negociações permanentes em todas as relações sociais. Podem ser evidenciados nas aproximações e tensões entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e o movimento feminista, assim como nas negociações permanentes que envolvem o processo de construção da MM. Isto é, entre as organizações sociais envolvidas, nas disputas presentes nos movimentos sociais e sindicais, sobretudo, nas negociações e alianças com os homens dirigentes.

A concepção de poder, como algo difuso e em movimento está em constante disputa e assim como o gênero, localiza-se dentro e fora das estruturas sociais, são contraditórios e indicam determinações e inovações. Assim, o conceito de poder apresentado por Foucault é adequado no sentido de desconstruir papéis tradicionais designados às mulheres no processo de desenvolvimento rural, na perspectiva de reconstruir novas relações sociais de gênero.

O poder e o empoderamento apresentam-se discursivamente como sinônimos na MM e estão associados à igualdade de participação, à autonomia econômica e a luta permanente pelo reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos de direitos. Também, implica perceber o que Foucault designa de teia de relações que não apenas reprime, exclui, interdita, domina, mas também incita, produz, perpassa a vida cotidiana e marca corpos, delimita comportamentos, define gestos, constrói saberes.

Na Marcha das Margaridas, a disputa de poder ocorre de forma permanente em todo o processo de organização nas demais relações vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras rurais, seja nos espaços político-institucionais, nas relações afetivas e familiares. Isto quer dizer que na prática o poder deve ultrapassar a ocupação dos espaços de representação política e alterar significativamente as relações de gênero no meio rural.

A MM apresenta-se como um espaço das mulheres exercitarem o poder e romper com os lugares historicamente designados à sua participação. Apesar de sofrer a influência do modelo de democracia brasileiro – a democracia representativa – as análises indicam as possibilidades das mulheres trabalhadoras rurais exercitarem diretamente o poder. Porém, se inserem nas estruturas hierarquizadas que conferem autoridade às mulheres dirigentes. Todavia, é importante mencionar que ao adentrar nas estruturas hegemonicamente masculinas, as mulheres trabalhadoras rurais quebram algumas amarras

que dificultam o exercício do poder.

Os poderes exercitados confundem-se com os saberes quando são manifestados a criatividade, os enfrentamentos e a irreverência características da MM. As mulheres trabalhadoras rurais desafiam as próprias regras instituídas no jogo das relações sociais e se transforma em um instrumento de subversão da ordem estabelecida. Neste sentido, o gênero adquire um sentido prático e deixa de ser apenas efeito da representação, ou seja, é capaz de romper ou desestabilizar qualquer representação fixa. Na Marcha das Margaridas, os poderes exercidos pelas mulheres trabalhadoras rurais além de descentralizados, são materializadas nas resistências e contraditoriamente, revelados nas hierarquias de gênero. Retomo às contribuições de Lauretis para afirmar que, as mulheres trabalhadoras rurais estão ao mesmo tempo dentro e fora do gênero e de suas representações.

A descoberta da pluralidade e da diversidade de sujeitos se coaduna com a percepção do rural, onde o simbólico e o material se misturam ao contexto social, político e econômico, às dimensões étnicas, culturais, estéticas e poéticas que dão materialidade ao saberes, poderes e às diferenças existentes nas relações sociais.

Ao romper fronteiras geográficas, estabelecer laços com diferentes organizações rurais e urbanas e inserir-se em redes de movimentos feministas, a MM subverte os códigos e as normas dos movimentos sociais do campo. A unidade política é quebrada quando as diferenças ocultadas se revelam para além da representação, no momento que outras expressões identitárias são afirmadas na Marcha das Margaridas: quebradeiras de coco, seringueiras, quilombolas, assentadas, mulheres das florestas, ribeirinhas encobertas sob o manto da categoria hegemônica mulheres trabalhadoras rurais.

A utilização do conceito de ação coletiva é coerente na perspectiva de buscar apreender os desdobramentos das ações em movimento extrapoladas pela questão da visibilidade às trabalhadoras rurais e pelos problemas seculares ainda existentes no meio rural. A ausência de infra-estrutura de serviços básicos dificulta inclusive a conexão em rede e somada à falta de recursos financeiros limitam o potencial de ação das mulheres trabalhadoras rurais. Porém, não impedem a existência de uma interconexão entre o global e o local, característica dos novos movimentos sociais que atuam principalmente de forma virtual.

Evidenciar as experiências concretas, datadas, localizadas e vivenciadas por sujeitos coletivos que possuem diferenciações identitárias como propõe Scott. A

constituição de uma identidade coletiva no sentido social, histórico e político não podem negar a existências das múltiplas identidades e da diversidade das mulheres, sem negar a legitimidade à reivindicação de uma mesma identidade.

Diante da complexidade e de uma gama de informações levantadas, o propósito deste trabalho foi identificar os problemas e indicar pistas, na perspectiva de apresentar novos conhecimentos às teorias feministas. Revelar a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais manifestadas na Marcha das Margaridas significa demarcar os seus lugares de fala, suas condições de produção definidora das suas identidades e, sobretudo, abrir caminho para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam, SILVA, Rocicleide da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In: ROCHA, Maria Izabel B. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios** Campinas: UNICAMP; ABEB/NEPO; SEPLAR; Ed. 34, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. De volta par ao do futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: Seminário Nacional do Programa de Pesquisa da Agricultura Familiar da EMBRAPA, 1º. Petrolina, 1992. **Anais..** p.17-27

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTEMAN, Ellen F., HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006.

BANDEIRA, Lourdes M., SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. In: **Sociedade e Estado – feminismos e gênero**. Rev. do Departamento de Sociologia da Unb.v. 12, n. 2, jul./dez. Brasília, 1997.

_____. Feminismo: Memória e História. In: Celecina de M V Sales att al. (Org.). **Feminismo: Memória e História**. Fortaleza - CE: Imprensa Universitária, 2000, v. .

_____. Maternidade e cidadania: uma mulher marcada para (sobre) viver. In: Stevens, Cristina. **Maternidade e Feminismo – diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 79-142.

_____. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, Tânia Navarro, Muniz, Diva do Couto G. (Orgs). **Mulheres em ação - práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005. p. 169-193.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BENTO. Berenice A. de Melo. Ciladas da Igualdade. In: GOYA, Luz et al (Coors). **Direitos Humanos e Cotidiano**. Goiânia: Bandeirantes, 2001. p.184-203.

_____. Os estudos de gênero na encruzilhada do universal e do particular. In: **Revista do Museu Antropológico**, n. 1, v.3/4, jan./dez.Goiânia:UFG, 1999/2000. p. 121-146.

_____. **A reinvenção do corpo - sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Cleude, PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo – metodologia da pesquisa em sociologia**. 5 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

_____, Pierre. A Ilusão Bilbiográfica. In:Ferreira, M. e Amado, J. (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: SPM; CEPAL, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Gênero na agricultura Familiar e na reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Brasil com Igualdade para as Mulheres Rurais**. Brasília, 2008. Texto para discussão no Seminário preparatório à Conferência.

BRUMER, Anita. Previdência Social Rural e gênero. In: **Rev. Sociologias**, ano 4, n. 7, jan.jul.2002. p. 50-81.

BUTLER, Judith **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andrea. Políticas para as Mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Gênero na agricultura Familiar e na reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD, 2006. p. 87-116.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, Iracilda P. **Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF**: espaços identitários, lugares de poder (1995-2002). Brasília, 2004. Tese de doutorado da Área de Estudos Feministas do Programa de Pós Graduação em História.

_____. **Empresárias do campo**. Entrevista concedida à Assessoria de Comunicação Social da UnB, em março de 2006. (www.unb.br/acs/bcopauta/mulher4.htm)

CASTELS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.

CONTAG. Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Revista da Marcha das Margaridas 2007**. Ed. Especial. março de 2008.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes M. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. In: WOORTEMAN, Ellen F., HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves** – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006.

HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves** – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006.

COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992

CUT. Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. **Relatório do 1º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais**. São Paulo, 1992.

_____. **Mulheres Trabalhadoras Rurais** – participação e luta sindical – construindo a unidade na diversidade. São Paulo, 1991.

DEERE, Carmen Diana, Leon, Magdalena. **O empoderamento da Mulher** – direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Ford Foundation. 2002.

_____. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. In: **Rev. Estudos Feministas da Universidade Federal de Santa Catarina**. v. 12, n. 1. jan./abr.2004. Dossiê As agricultoras do Sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 175-204.

DELGADO, Maria Berenice G. I Seminário Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora Rural. In: **Mulheres Trabalhadoras Rurais** – participação e luta sindical. São Paulo: DNTR/CUT, 1991. p. 21-27.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005. Coleção Debates.

DESCARRIES, Francine. Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural. In SWAIN, Tânia Navarro (Org). **Feminismos: teorias e perspectivas**. Textos de História. Revista da pós-graduação em História da UNB. Vol. 8, n.1/2, 2000.

DEVREUX, Anne-Marie. **A teoria das relações sociais de sexo**. Trad. Ana Liése Thurler. Paris, 2005. (mimeo.).

DI SABBATO, Alberto, MELO, Hildete Pereira. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Gênero na agricultura Familiar e na reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD, 2006. p. 47-87.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão**. São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FERREIRA, Mary, Álvares, Luzia, M., SANTOS, Eunice F. dos (orgs). **Os saberes e os poderes das mulheres**. São Luís: REDOR, EDUFMA, NIEPEM. 2001.

_____. **As Caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA, REDOR, 2007.

FERREIRA, Paulo Rogers. Entre elas – afetividade versus complementariedade. In: WOORTEMAN, Ellen F., HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves** – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006.

FOUCAUT, Michel. **A ordem do discurso**. 10ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **História da sexualidade**. A vontade de saber. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal,

2005.

_____. **Microfísica do poder**. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HAGUETTE, Tereza M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2.ed. Petrópolis(RJ):Vozes, 1990.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica** In Brasileiro, Ana (org.) *Mulher e Políticas Públicas*, Rio, IBAM/UNICEF, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza. **Fazendo Gênero, a Antropologia da Mulher no Brasil** in Costa, Albertina e KOFFES, Suely, **Categorias analítica e empírica: Gênero e Mulher: Disjunções, conjunções e mediações** In: *Cadernos Pagu*, 1º 01, 1993.

JODELET, Denise. **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdURRJ, 2001.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n.2. Out.1986. p. 41-47.

LAGO, Maria Regina T. **Babaçu livre e roças orgânicas: a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais**. Dissertação de Mestrado: Belém, NAEA/UFPA, 2002.

LAURETIS, Teresa di. **As tecnologias do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me o que significa gênero? **Revista Sociedade e Estado**. Dossiê; Paternidade e Cidadania. Brasília, v. 21, n. 3, set.dez.2006. p. 713-726.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LYYRA, Timo, VRITZER, Leonardo. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista de Alberto Melucci. In: *Novos Estudos – Rev.do CEBRAP*, São Paulo, n. 40, nov.1994 p. 152-166.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A “masculinização” da produção do leite. In: *Seminário Internacional Territórios Rurales em Movimento Movimientos Sociales, Actores y Instituciones del Desarrollo Territorial Rural*, 2006, Santiago.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero, Um novo Paradigma**. In: *Cadernos Pagu* (11), Unicamp, Campinas,1998.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de

Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Reforma Agrária no Brasil** – História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Coleção Brasil Urgente.

MELUCCI, Alberto. Ação Coletiva como uma construção social. In: **XII Congresso Mundial de Sociologia**. Madri, jul.1990. (texto)

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.17, jun.1989.p.49-66.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

_____. (Org.) **Pesquisa social** – teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas- FIPE. PIB da agricultura familiar – Brasil e Estados. Brasília, 2006.

MUNIZ, Diva do Couto G. Civilizar o sertão: a construção de diferenças e identidades de gênero e sexuais (Minas Gerais, século XIX). **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v.14, n.6, jun. 2004. p. 1049-1058.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ORLANDI. Eni P **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e terra, 1993.

PIMENTA, Sara Deolinda C. Identidades em trajetória: In: WOORTEMAN, Ellen F., HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves** – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. In: Cadernos Pagu (11) Unicamp, Campinas, 1998.

PERROT, Michelle. **Les Femmes et les silences de la Histoire**. Paris, Flammarion, 1998.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria, GROSSI, Miriam Pillar (Orgs). **Masculino, feminino, plural** - Gênero e interdisciplinaridade. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2000. p. 20- 41.

_____. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu - Trajetórias do gênero, masculinidades...**, n.11. Campinas: Publicações do Pagu/UNICAMP, 1998.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.

Saffiot, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, José Vicente T. A construção da viagem inversa – ensaio sobre a investigação em Ciências Sociais. In: **Caderno de Sociologia** – Metodologias de Pesquisa. Porto Alegre: v.3, n.3, jan./jul.1991. p.55-88.

SARDENBERG, Cecília M. Bacelar. Da crítica feminista à ciência à uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara, SARDENBERG, Cecília M. Bacelar. **Feminismo, Ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR, NEIM- FFCH/UFBA, 2002.p. 89-120.

SCHERER- WARRER, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Rev. Sociedade e Estado**. Dossiê: Movimentos Sociais. Brasília, v.21, n.1. jan.abr.2004.p. 109-130.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____.Experiência. In: SILVA, Alcione L., LAGO, Mara Coelho de S., RAMOS, Tânia Regina O., (Orgs). **Falas de gênero** - teorias e análises, leituras. Florianópolis,: Ed. Mulheres, 2002.

_____. História das Mulheres. In: BURKER, Peter (Org.). **A escrita da História** – novas perspectivas. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992.p. 63-95.

SHCNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun.2004. p. 88-125.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado.

SILVAa, Berenice Gomes da. Mãos invisíveis? As demandas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais por políticas públicas no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7 – Gênero e Preconceitos. Florianópolis, SC, 28 - 30 ago.2006. **Anais...**Florianópolis, SC, Ed. Mulheres, SC, 2006. www.fazendogenero7.ufsc.br

SILVAb, Berenice Gomes da. **Gênero no Desenvolvimento Rural**. Trabalho In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Quito, Equador, de 20- 24 nov. 2006. GT 1 - Gênero e Desenvolvimento Rural.www.alasru.org

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em movimento** – relações de gênero e subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SPINK, Mary Jane Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI & JOVCHELOVITH (org). **Textos em**

representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1999.

SWAIN, Tania Navarro(Org). Feminismos: teorias e perspectivas. **Textos de História. Revista da pós-graduação em História da UNB**. vol. 8, n.1/2, 2000.

_____.Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia Navarro, MUNIZ, Diva do Couto G. **Mulheres em ação** – práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 337-354.

Teixeira, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1998. Dissertação de Mestrado.

THURLER, Ana Liési. **Reconhecimento da paternidade, direito de cidadania**. Fortaleza, Arpen, 2005. Artigo publicado no site www.arpen.org.br

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, LOURENÇO, Fernando Antônio. O agricultor familiar e a sociabilidade no espaço local: notas sobre um estudo comparativo internacional. In: **Encontro Nacional**, 17, Porto Alegre, novembro, p.15-26, 1994. **Anais**.

WOORTMAN, Ellen F., HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves** – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006.

WOORTEMAN *et all*. **Margarida Alves** – II Coletânea sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, NEAD, 2007.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de Entrevistas

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Programa de Pós- Graduação em Sociologia- Mestrado
Aluna: Berenice Gomes da Silva
Orientadora: Profa Dra Berenice Bento

Título: A Marcha das Margaridas: resistências e permanências.

- a) Nome, sua função no movimento e fale um pouco da sua história, como se inseriu no movimento.
- b) O que significa participar de uma ação de grande visibilidade como a Marcha das Margaridas que é organizada pelas próprias organizações de mulheres?
- c) Na sua opinião, quais as principais conquistas das trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas realizadas anteriormente?
- d) Quais os desafios a serem alcançados na próxima Marcha das Margaridas?
- e) Como vocês se relacionam com os outros movimentos que compõem a Marcha?
- f) Quais as estratégias adotadas na organização da Marcha das Margaridas para possibilitar a maior participação das mulheres?
- g) Quais são as questões que você considera mais importante, aquelas que o movimento não abre mão de negociar com os outros movimentos e com o Governo?
- h) Existe alguma questão de divergência em torno da construção da pauta ou todas as questões são de consenso? Como estas questões são tratadas na pauta?
- i) O combate à desigualdade de gênero está sempre presente nas pautas dos movimentos de mulheres, qual o significado de gênero para você?

Anexo 2: Relação das(os) entrevistados(as)

Nome e idade	Estado de origem	Função no movimento	Contexto da entrevista
1. Carmem Helena Foro – 2 entrevistas	Pará	Coordenadora Nacional da CMTR – CONTAG	A primeira foi realizada, em março de 2006, foi realizada na Sede da CONTAG; a segunda no Centro de Formação da CONAB, por ocasião de reunião do CONDRAF, em agosto de 2007, após a MM.
2. Raimunda de Mascena – sem identificação da idade	Ceará	Secretária de Formação da CONTAG	Realizada em abril de 2007 de 2008 na Sede da CONTAG
3. Margarida Pereira da Silva – ver na entrevista	Pernambuco	Secretária Executiva do MMTR/NE	Realizada no prédio do INCRA, em Brasília, em março de 2006.
4. Francisca Gilberta de Carvalho – 41 anos.	Piauí	Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente	Entrevista realizada na sede da FETAG/PI, em Teresina, em julho de 2007.
5. Maria Gomes do Nascimento – idade não identificada.	Piauí	Ex Coordenadora da Comissão Mulheres do Pólo Sindical e atual dirigente do STR	A entrevista com Maria Gomes e Helena Donilha foi realizada conjuntamente na Sede da FETAG/PI
6. Helena Donilha de Sousa - idade não identificada.	Piauí	Ex presidente do Sindicato de Salinas, atual dirigente STR	Idem a Maria Donilha
7. Maria Aparecida de Melo, (Molica), 50 anos.	Pernambuco	Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAPE – Pernambuco.	Realizada em julho de 2007 na Sede da CONTAG
8. Lérida Pivotto Pavanelo, 40 anos	Rio Grande do Sul	Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAG/RS	Realizada em julho de 2007 na Sede da CONTAG
9. Antonia Duarte de Almeida, 33 anos (Graça).	Ceará	Coordenadora Estadual de Mulheres da FETRAECE	Realizada em julho de 2007 na Sede da CONTAG
10. Rosalina Rodrigues da Silva, 42 anos.	Piauí	Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAG/PI	Realizada em julho de 2007 na Sede da CONTAG
11. Sebastiana Ferreira Costa Silva, 47 anos.	Maranhão	Coordenadora do MIQCB	Realizada em julho de 2007 na Sede da CONTAG
12. Francisca Eunice da Silva, 42 anos.	Amapá	Coordenadora Estadual de Mulheres da FETRAGRAP	Realizada em julho de 2007 na Sede da CONTAG
13. Célia Regina das Neves, 50 anos.	Pará	Secretária de Mulheres Extrativistas do CNS	Realizada em agosto de 2007 no Parque de exposições em Brasília, durante a MM.
14. Joana Teixeira do Nascimento, 58 anos.	Espírito Santo	Participante da MM 2007	Realizada em agosto de 2007, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, após o ato na durante MM.
15. Maria Auxiliadora Gonçalves – idade não identificada.	Ceará		Idem a anterior

16. Edite Pitombeira - idade não identificada.	Ceará	Membro da Cooperativa de Mulheres de Iço; integrante do Conselho e do Coletivo de Mulheres	Idem a anterior
17. Lourival Teixeira de Araújo – idade não identificada.			Idem a anterior
Nome e idade	Estado de origem	Função no movimento	Contexto da entrevista
18. Isabel Amoazarti (dúvidas sobre o sobrenome por causa do barulho na gravação) – idade não identificada	Mato Grosso	Índia Xavante participante da MM	Realizada em agosto de 2007, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, após o ato na durante MM.
19. Fátima Monteiro, 60 anos.	Amazonas	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Município de Presidente Figueiredo	Realizada em 25 de janeiro de 2008 em Brasília durante o seminário temático preparatório a I CNDRSS.
20. Nome idade não identificado (02 enquetes).	Não identificado	Não identificado	Realizada no dia 22 de agosto, na fila das refeições, no Parque de Exposições em Brasília- DF.
21. Roda de conversa: Maria das Dores, 16 anos; Larissa Cabral Sousa, 16 anos; Eudilene Silva Lira, 21 anos; Milvia Donato Meneses, 21 anos.	Maranhão	Jovens que participam das atividades de base da FETAEMA	Realizada no Parque de Exposições em Brasília, em 20 de agosto de 2007, ao no alojamento, ao amanhecer o dia, momento antes da caminhada e ato público durante a MM.

Anexo 3: Carta das Mulheres Brasileiras

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES 2000

Carta das Mulheres Brasileiras

TERRA – TRABALHO - DIREITOS SOCIAIS – AUTODETERMINAÇÃO - SOBERANIA

A opção política e econômica pelo neoliberalismo tem acelerado a pobreza e a exclusão social em todo o mundo. Este modelo responde aos interesses das transnacionais e do capital financeiro em detrimento dos interesses da classe trabalhadora e das mulheres, compromete a soberania dos Estados nacionais e fere o direito à autodeterminação dos povos.

O machismo, o racismo e outras formas de discriminação alimentam e acentuam a desigualdade. Nós, mulheres, não somos consideradas como sujeitas de nossas vidas e da sociedade. A nossa integridade física e mental é atacada pela violência sexista e pelas imposições sobre nossa forma de viver a sexualidade e nossa vida reprodutiva. Nossa participação nos espaços de decisão é infinitamente menor do que nossa contribuição para o desenvolvimento humano.

No Brasil, ao longo de 500 anos de história, a elite econômica implantou um modelo de desenvolvimento baseado na concentração da terra e da renda, na exploração do trabalho e na degradação ambiental. Isto levou o país a ter os piores índices de desigualdade social. Os 10% mais ricos da população detêm 50 % do total da renda das famílias. No outro extremo, os 50% mais pobres ficam com pouco mais de 10%. A concentração da renda tem recorte de sexo e de raça. As mulheres correspondem a cerca de 41% da população economicamente ativa no Brasil. Neste índice não estão consideradas as mulheres que realizam o trabalho doméstico em suas casas. Os homens receberam 68,7% dos rendimentos em salário no ano de 1998, enquanto as mulheres receberam 31,3%. E as mulheres negras recebem em média a metade do que recebem as mulheres brancas. (PNAD, 1999)

O governo de Fernando Henrique Cardoso não fez nada para enfrentar estas desigualdades e a exclusão social. As decisões de seu governo favorecem a elite econômica de nosso país: os grandes proprietários de terra, os banqueiros, e ainda mais o capital estrangeiro. A subordinação do Brasil aos agentes internacionais do capital nunca foi tão grande. O documento de “estratégia e assistência ao país” (CAS) do Banco Mundial, acatado pelo governo no final de 1999, repete a velha fórmula do “ajuste estrutural”: privatizações (inclusive de serviços essenciais como a distribuição da água), abertura indiscriminada do mercado nacional, precarização das relações de trabalho, redução das atribuições do setor público, e ações pontuais de “alívio à pobreza”. Este acordo, além de seu conteúdo trágico, foi decidido sem a participação da sociedade.

Parte significativa do orçamento público está comprometida com o pagamento da dívida interna e externa, reduzindo a capacidade e responsabilidade do Estado de promover políticas sociais. O impacto negativo desta política na vida das mulheres se traduz na

informalidade do emprego, no aumento da mortalidade materna, na volta de doenças há muito erradicadas, como a tuberculose. Tudo isto retrata o crescimento da miséria em nosso país.

Contestamos esse modelo de desenvolvimento excludente. Queremos um modelo que conceba a pessoa em sua integralidade, que distribua renda e gere emprego; que promova justiça, participação social, igualdade; que preserve o meio ambiente e respeite a diversidade racial e étnica. Isto só será possível com a participação efetiva das mulheres no controle das políticas públicas, exigindo dos governos compromisso com a efetivação de nossos direitos.

Conclamamos as mulheres a lutar por autodeterminação e cidadania. Estaremos marchando com mulheres de vários países para criar um mundo novo, que se baseie na repartição da riqueza coletiva, material e cultural da humanidade.

Temos 2000 razões para marchar.

TERRA

Para democratizar a terra exigimos:

- Uma reforma agrária ampla e massiva, com a imediata desapropriação das terras improdutivas, com o assentamento imediato de todas as famílias acampadas e a instalação de infra-estrutura nos assentamentos, com estradas, escolas, eletrificação, água e transporte.
- A garantia do acesso das mulheres à terra e ao crédito, e que a mulher tenha direito ao título da terra, independentemente de seu estado civil, e de forma autônoma.
- A demarcação das terras indígenas e das áreas de remanescentes de quilombos, garantindo a posse e o usufruto exclusivo por estas comunidades.
- A demarcação de reservas extrativistas e o manejo adequado de seus recursos naturais para as populações que economicamente delas dependem.

Para valorizar a agricultura familiar exigimos:

- Política agrícola (crédito, pesquisa e extensão rural) adequada à agricultura familiar e que considere as mulheres como agentes ativos da produção agrícola.
- O reconhecimento do trabalho das mulheres em atividades como artesanato, extrativismo, pesca e ecoturismo.

Para democratizar o uso do solo exigimos:

- Uma reforma urbana que promova a democratização do uso do solo para garantir moradia digna, com infra-estrutura urbana, a amplos setores da população.

Para um desenvolvimento sustentável exigimos:

- O fim da exploração depredatória dos recursos naturais, que tem comprometido a sobrevivência das populações e das gerações futuras.
- O fim do desmatamento desenfreado e a poluição, inclusive pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.
- Uma moratória por tempo indeterminado do cultivo e comercialização de culturas transgênicas.
- O fim da apropriação privada da biodiversidade e do patenteamento de seres vivos.

- A água como um bem público, utilizado de forma democrática e responsável por toda a população. Por isto, somos contra a privatização da água como estabelece o último acordo assinado entre o governo brasileiro e o FMI.
- A extensão de serviços de coleta, distribuição e tratamento de água, esgoto e lixo, pelos governos.

TRABALHO

Para termos emprego, renda e salários justos, exigimos:

- O direito ao emprego para todas e todos, com políticas públicas dirigidas ao combate do desemprego entre as mulheres, e em particular entre as mulheres negras.
- A redução da jornada de trabalho sem cortes de salários, visando a ampliação de postos de trabalho.
- Um salário que atenda às necessidades básicas dos seres humanos.
- A adoção e execução de medidas concretas pelos governos para eliminar a diferença de rendimentos médios entre homens e mulheres, e entre mulheres brancas, negras e indígenas.

Para dividir de forma igualitária o trabalho doméstico exigimos:

- Que os governos criem condições para a socialização do trabalho doméstico garantindo a melhoria do acesso aos serviços públicos e a criação de novos equipamentos sociais como lavanderias e restaurantes públicos.
- A garantia do acesso à creche e pré-escola, em período integral para todas as crianças de 0 a 6 anos.

Queremos construir nas famílias a divisão igualitária das responsabilidades pelo cuidado com as crianças, idosos e doentes e, sobretudo das tarefas domésticas.

Para termos seguridade social exigimos:

- A garantia e ampliação de nossos direitos na Previdência Social. Defendemos a manutenção da diferença de idade exigida para a aposentadoria entre mulheres e homens, e a eliminação da vinculação da idade com o tempo de contribuição para o direito à aposentadoria.
- Os direitos já conquistados em lei de licença maternidade de 120 dias, com salário integral e estabilidade no emprego.
- Que a Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe sobre a proteção à maternidade, não tenha nenhum retrocesso na revisão programada para junho de 2.000. Defendemos a estabilidade no emprego à gestante, a ampliação da licença maternidade para 17 semanas e a garantia da remuneração.

DIREITOS SOCIAIS

Para democratizar a educação com qualidade exigimos:

- A garantia de acesso de todas e todos à educação pública, leiga e de qualidade em todos os níveis, bem como à formação profissional.
- Uma educação que promova a formação integral do ser humano, que respeite a pluralidade cultural e combata qualquer forma de preconceito e discriminação.
- Que as instituições de ensino promovam a convivência igualitária entre meninos e meninas, homens e mulheres e o combate a qualquer forma de preconceito e

discriminação.

- A erradicação do analfabetismo, particularmente entre mulheres jovens e adultas.
- O acesso e permanência de todas as crianças a escola, e a ampliação do programa bolsa-escola no valor de um salário mínimo, que contribua para a erradicação do trabalho infantil.

Para termos saúde para todas e todos exigimos:

- A total implantação do Sistema Único de Saúde, respeitando os princípios que o originaram, em especial a universalidade e integralidade, e combatendo a privatização do serviço e assistência à saúde.
- A efetivação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), e que as mulheres sejam atendidas em todas as fases e em todas as dimensões de sua vida.
- Ações emergenciais desenvolvidas pelos governos para diminuir a mortalidade materna e para prevenir e tratar o câncer de mama e ginecológico e as doenças sexualmente transmissíveis, em particular a AIDS.

Para democratizar a cultura e lazer exigimos:

- O direito das mulheres ao lazer para que tenham condições de manifestar seu potencial criativo e tenham acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade.

AUTO-DETERMINAÇÃO

Para que todas as mulheres tenham documentação exigimos:

- Campanhas de documentação dirigidas às mulheres promovidas pelos governos.
- A anotação correta da qualificação das mulheres nos registros civis.
- A inclusão do nome das mulheres agricultoras nas notas de produtor rural.

Para assegurar o direito sobre nosso corpo exigimos:

- O direito de decidir, escolhendo nosso modo de viver, nossa sexualidade e nossa orientação sexual.
- A garantia do acesso à informação e aos meios de contracepção, a discriminalização e a legalização do aborto nos serviços de saúde.

Para acabar com a violência sexista exigimos:

- A adoção e execução de medidas pelas instituições públicas e toda a sociedade para combater a cultura machista e fortalecer as mulheres.
- Serviços públicos de apoio às mulheres vítimas de violência, como delegacias de defesa da mulher, centros de atenção integrada e casas-abrigo.
- A adoção de medidas de combate ao turismo sexual pelos governos federal, estaduais e legislativo
- Mudanças legais como a revisão da Lei 9.099/96, e a efetivação da Convenção de Belém do Pará (Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), da qual o Brasil é signatário.

Para acabar com todo o tipo de discriminação exigimos:

- Medidas concretas da parte dos governos para aumentar a participação e as oportunidades das mulheres negras e indígenas.

- Uma política de reconhecimento social das lésbicas combatendo a imposição da norma heterossexual dominante.
- O reconhecimento da violência dirigidas às lésbicas como uma violação aos direitos fundamentais dos seres humanos.

SOBERANIA

Para acabar com a crise do endividamento exigimos:

- Uma auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil.
 - Uma moratória soberana, o rompimento do acordo com o FMI e a redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria.
- O cancelamento geral das dívidas externas dos países pobres altamente endividados.

Para acabar com os programas de ajuste estrutural exigimos:

- Que o governo Fernando Henrique Cardoso não subordine mais o país aos interesses das transnacionais, do FMI e do Banco Mundial em detrimento dos direitos de todas e todos.
- A recuperação e a democratização de empresas estatais privatizadas e o fim dos “projetos salvadores” (como o programa Banco da Terra, imposto pelo Banco Mundial), que só servem para criar novos mercados e excluir os mais pobres.

Para acabar com o capital especulativo exigimos:

- Que o governo federal imponha restrições ao capital internacional, como tempo de permanência no país, transferência de tecnologia e regras para remessa de lucros.
- Que o capital financeiro pague impostos crescentes e acumulativos. Os recursos assim arrecadados devem ser utilizados para amenizar as dívidas sociais e ambientais em nosso país, em particular com as mulheres e, dentre elas, com as negras e as indígenas.

Marcharemos nesta proposta, que criará asas, gestará compromissos com a igualdade e com o ousado sonho de construir uma nação livre de toda a forma de opressão, exploração, discriminação e violência. O importante é que uma esperança libertária nos domina, nos impulsiona e nos faz acreditar nesta transformação, uma metamorfose, que vai rompendo velhos paradigmas de poder e vai semeando outras utopias.

João Pessoa, 26 de abril de 2000

Carta aprovada na II Reunião Nacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil